

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Cristina Arena Forli

**SOBRE NÃO TER A MEMÓRIA DOS PEIXES: A IDENTIDADE EM
QUESTÃO N'A MÁQUINA DE FAZER ESPANHÓIS**

PORTO ALEGRE

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LITERATURA
ESPECIALIDADE: LITERATURAS PORTUGUESA E LUSO-AFRICANAS
LINHA DE PESQUISA: PÓS-COLONIALISMO E IDENTIDADES

**SOBRE NÃO TER A MEMÓRIA DOS PEIXES: A IDENTIDADE EM
QUESTÃO N'A MÁQUINA DE FAZER ESPANHÓIS**

CRISTINA ARENA FORLI

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. ANA LÚCIA LIBERATO TETTAMANZY

Dissertação de Mestrado em Literaturas Portuguesa e Luso-africanas, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LITERATURA
ESPECIALIDADE: LITERATURAS PORTUGUESA E LUSO-AFRICANAS
LINHA DE PESQUISA: PÓS-COLONIALISMO E IDENTIDADES

CRISTINA ARENA FORLI

**SOBRE NÃO TER A MEMÓRIA DOS PEIXES: A IDENTIDADE EM
QUESTÃO N'A MÁQUINA DE FAZER ESPANHÓIS**

Dissertação de Mestrado em Literaturas Portuguesa e Luso-africanas, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Alessandra Bittencourt Flach (UNIRITTER)

Prof. Dr. Paulo Ricardo Kralik Angelini (PUCRS)

Prof^a. Dr^a. Jane Fraga Tutikian (UFRGS)

PORTO ALEGRE

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Forli, Cristina Arena

Sobre não ter a memória dos peixes: a identidade em questão n'A máquina de fazer espanhóis / Cristina Arena Forli. -- 2016.

121 f.

Orientadora: Ana Lúcia Liberato Tettamanzy.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Identidade. 2. Memória. 3. História. 4. Valter Hugo Mãe. 5. A máquina de fazer espanhóis. I. Tettamanzy, Ana Lúcia Liberato, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Ana Tettamanzy por ter, sem mesmo me conhecer, acreditado em mim e aceitado me orientar. Pelo aprendizado e auxílio ao longo desses dois anos.

À CAPES pela bolsa. Sem ela, não seria possível minha dedicação exclusiva a esta pesquisa.

Ao professor Paulo Ricardo Angelini por permitir que eu participasse das reuniões do seu grupo de pesquisa, as quais foram fundamentais para a concretização deste trabalho. Pelas aulas instigantes e por me ensinar sobre o afeto na academia.

À professora Alessandra Flach pela orientação inicial desta pesquisa, pelo incentivo a levá-la adiante e por ter se tornado muito mais que professora para mim.

À professora Jane Tutikian pelas aulas inspiradoras e lições sobre identidade tão importantes para este trabalho.

Às colegas e amigas queridas Caroline Becker, Luara Minuzzi e Terena Guimarães pelos diálogos constantes e pelo carinho.

Às minhas queridas Juliana Gava, Mauren Przybylski, Bianca Parracho, Jéssica Fraga e Débora Noll pela amizade e apoio.

Ao Gustavo Rückert por existir simplesmente, mas também me mostrar que faz sol todos os dias. Agradeço também pelas discussões incansáveis que me faziam ficar com mais dúvidas que certezas.

À minha família pela compreensão nos momentos de ausência, pelo amor incondicional e por sempre acreditarem em mim.

*E qualquer coisa que eu recorde agora, vai doer, a memória é uma vasta
ferida.*

Chico Buarque

RESUMO

Sabe-se que a memória constitui-se, ao longo da história, um objeto de disputas. É com base nela que os povos afirmam suas representações culturais, tendo em vista que as narrativas individuais são integrantes das narrativas coletivas. O romance *A máquina de fazer espanhóis*, de Valter Hugo Mãe, publicado em 2010, tem como fio condutor a memória de António Jorge da Silva, narrador-protagonista. Entende-se a memória desse narrador como um ponto de vista sobre a memória coletiva da nação portuguesa. Este trabalho, assim, tem como foco analisar o processo de constituição da identidade tanto no nível individual quanto no coletivo a partir da subjetividade de Silva. Para isso, utilizam-se os estudos de teóricos referentes aos três eixos estabelecidos nesta pesquisa, memória, história e identidade. Entre eles estão Maurice Halbwachs, Ecléa Bosi, Paul Ricoeur, Jacques Le Goff, Walter Benjamin, Maria de Fátima Marinho, Stuart Hall, Zygmunt Bauman, Boaventura de Sousa Santos e Eduardo Lourenço. Os resultados refletem não só os paradoxos existentes no que se refere às representações do passado histórico, mas também em relação às memórias e conflitos do narrador e das personagens. Esses paradoxos também revelam uma identidade fragmentada e fluida, vivida de forma ainda mais intensa pelo narrador devido à sua condição de idoso e à sua vivência no Estado Novo.

Palavras-chave: Identidade. Memória. História. Valter Hugo Mãe. A máquina de fazer espanhóis.

ABSTRACT

It is known that memory constitutes, throughout history, in a dispute object. It is on that basis that people claim their cultural representations, given that the individual narratives are part of collective narratives. The novel *A máquina de fazer espanhóis*, by Valter Hugo Mãe, published in 2010, has as the thread of the narrative the memory of Antonio Jorge da Silva, the novel's narrator-protagonist. The narrator's memory is understood as a point of view of the Portuguese nation's collective memory. This work thus focuses on analyzing the identity constitution process both individually and collectively from the subjectivity of Silva. For this, we use the theoretical studies relating to the three axes set out in this research, memory, history and identity. Among them are Maurice Halbwachs, Ecléa Bosi, Paul Ricoeur, Jacques Le Goff, Walter Benjamin, Maria de Fátima Marinho, Stuart Hall, Zygmunt Bauman, Boaventura de Sousa Santos and Eduardo Lourenço. The results reflect not only the paradoxes existing in relation to the historical past representations, but also to the memories and conflicts of the narrator and the characters. These paradoxes also reveal a fragmented and fluid identity, experienced even more intensely by the narrator because of his old condition and his experience in the New State (Estado Novo).

Keywords: Identity. Memory. History. Valter Hugo Mãe. *A máquina de fazer espanhóis*.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	8
2 O CÉREBRO A ALUIR OU A MÁQUINA DA MEMÓRIA	14
2.1 A MEMÓRIA COMO FENÔMENO SOCIAL	14
2.2 COMPORTAMENTO NARRATIVO E VELHICE	22
2.3 MANIPULAÇÃO DA MEMÓRIA E ESQUECIMENTO	33
3 AS NARRATIVAS DO PASSADO E A BUSCA POR SENTIDOS	455
3.1 HISTÓRIA, PASSADO E REPRESENTAÇÃO	45
3.2 O ROMANCE HISTÓRICO E O LUGAR DO NACIONALISMO	60
4 SOMOS UM POVO DE CAMINHOS SALGADOS	733
4.1 UMA PÁTRIA DE BONS HOMENS.....	73
4.2 O MITO DA SALVAÇÃO PELA EUROPA E A JEREMÍADA NACIONAL... 88	
4.3 A VIVÊNCIA DA RELIGIOSIDADE	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	119

1 APRESENTAÇÃO

A abordagem da memória na literatura tem sido cada vez mais recorrente por possibilitar a representação de vivências no âmbito individual e coletivo e por apresentar o entrelaçamento entre o real e o ficcional, estabelecendo um intenso diálogo com a história. Na literatura portuguesa contemporânea, parece haver a preponderância de narrativas que tomam a memória de um sujeito como referência para a retomada do passado, que é individual e coletivo ao mesmo tempo, e que, ao revisitar esse passado, refletem também sobre as identidades culturais nele imbricadas.

Margarida Calafate Ribeiro (2012) destaca que, passado tanto tempo da Revolução dos Cravos, na atualidade já se pode refletir acerca dos modos, dos processos e do tempo que a sociedade portuguesa precisou para definir o que deveria ser esquecido e o que deveria ser lembrado no que concerne à ditadura, à África e à Guerra Colonial. É sobre esse pacto entre esquecimento e lembrança que a estudiosa defende a invenção de uma democracia. A memória na literatura assume, assim, um papel fundamental por proporcionar a representação de outras perspectivas e, por isso, fazer vir à tona o que foi silenciado, fazer lembrar o que foi esquecido.

A máquina de fazer espanhóis (2010), objeto de estudo desta pesquisa, é um exemplo da importância do papel da memória na literatura. O romance tem como autor Valter Hugo Mãe, escritor contemporâneo nascido em Angola, mas que vive em Portugal. Deixou o país africano aos dois anos de idade e, de acordo com Sérgio Rodrigues (2011), não considera a dupla nacionalidade. Já publicou livros de poesia, romances, obras infanto-juvenis e crônicas. Além de escritor, é músico e artista plástico. O gênero mais reconhecido e que rendeu mais prêmios ao autor é o romance. Com *O remorso de Baltazar Serapião* (2006), obteve o Prêmio Saramago, e, com *A máquina de fazer espanhóis*, conquistou o Prêmio Portugal Telecom.

O interesse pela temática desta pesquisa e seu desenvolvimento iniciaram-se ainda na graduação. A partir da leitura de romances portugueses contemporâneos na pesquisa “Cartografias narrativas em Língua Portuguesa: redes e enredos de subjetividade”, desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob coordenação do professor Dr. Paulo Ricardo Kralik Angelini, percebeu-se, devido a recorrência da interligação entre história, memória e identidade, a necessidade de realizar uma pesquisa que abordasse esses temas. É desenvolvido, então, o trabalho de conclusão de curso, na Faculdade Porto-Alegrense, intitulado “A máquina de fazer espanhóis: passado, memória e identidade”, tendo como orientadora a professora Dra. Alessandra Bittencourt Flach. O trabalho tinha como enfoque principal a identidade individual e coletiva a partir da memória de António Jorge da Silva, narrador do romance. No entanto, necessitava de aprofundamento analítico e teórico. O curso de mestrado em Literaturas Portuguesa e Luso-Africanas foi visto, então, como uma possibilidade de realizar esse aprofundamento.

Para tanto, realizou-se uma busca no banco de dados de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em que não foi encontrado nenhum trabalho sobre o romance em questão. Em uma busca nos repositórios de trabalhos portugueses, há alguns sobre esse romance de Mãe, mas nenhum com a proposta apresentada neste trabalho. Em um *site* de buscas, encontraram-se dois artigos. O primeiro¹ aborda o processo de constituição identitária portuguesa a partir da trajetória do protagonista do romance, mas que o faz de uma maneira bastante esparsa, deixando diversas lacunas, e que não considera conceitos importantes para tanto, como o de memória. Já o segundo² trata da abordagem pela ficção dos limites entre identidade, história, memória e esquecimento, aproximando-se mais da proposta desta pesquisa.

¹ Este artigo intitula-se “Questões identitárias em ‘A máquina de fazer espanhóis’” e é de autoria de Leila Cunha Raposo, mestranda em Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz, orientado pela Prof^a Dr^a Inara de Oliveira Rodrigues.

² Intitulado “O mundo em minúsculas: uma leitura de ‘A máquina de fazer espanhóis’”, o artigo é de autoria de Shirley de Souza Gomes Carreira, vinculada a UNIABEU.

Contudo, por se tratar de um artigo, também deixa, assim como o primeiro, lacunas, não levando em conta, por exemplo, o aspecto específico da memória do narrador enquanto idoso, a identidade como um processo que não cessa de acontecer e as noções de história e passado tomadas.

A máquina de fazer espanhóis tem como narrador António Jorge da Silva, um idoso de 84 anos. Após a morte de sua esposa, ele vai para um asilo contra sua vontade e, no local, passa a lembrar o passado, juntamente com seus colegas, de forma a buscar sentidos para sua existência no presente. Além de suas condições no asilo, esses idosos têm em comum o passado ditatorial em que viveram a maior parte de suas vidas. Suas lembranças constituem-se representações desse passado, as quais estabelecem uma relação de dependência com o presente, evidenciando que essas representações são abertas e móveis. Nesse sentido, pode-se pensar o passado como uma junção das memórias. Se a memória possibilita a referida reconstrução, ela também evidencia as identidades culturais desse tempo. Neste trabalho, portanto, tem-se como objetivo principal analisar o processo de constituição da identidade tanto no nível individual quanto no coletivo a partir da subjetividade de Silva.

O estudo da memória se faz fundamental, uma vez que é por meio dela que António retoma o passado. Para essa abordagem, é tomada a concepção de memória defendida pelo sociólogo Maurice Halbwachs (2003). De acordo com ele, a memória de um sujeito não é unicamente sua e a existência da lembrança depende de um contexto social. Nesse sentido, a memória individual configura-se um ponto de vista sobre a memória coletiva. No romance em questão para este trabalho, é a memória individual de Silva que revela o seu ponto de vista e de seus colegas sobre o passado ditatorial lusitano e o presente. Esse contexto é muito expressivo tanto para o narrador quanto para as demais personagens, pois, mesmo com o estabelecimento da democracia, não é possível apagar as heranças do passado. Considerando que a identidade segue uma lógica de oposição, a opinião dessas personagens também é importante para a discussão acerca da identidade. A memória permite que António vivencie, perto do que acredita ser o fim de sua vida, uma

tomada de consciência, gerando o questionamento acerca de quem é. Assim, essa busca configura-se uma forma de ressignificar sua existência.

Considerando a escassez de estudos sobre a obra e sua relevância, a realização deste trabalho é justificada, pretendendo-se significativa fonte bibliográfica para estudos posteriores acerca das relações entre passado, memória e identidade na obra do autor. Esse assunto é bastante relevante ainda, tendo em vista que permeia a literatura contemporânea portuguesa, como anteriormente mencionado, contribuindo, desse modo, para compreender as diversas formas de romance contemporâneo.

Sabe-se que o panorama geral da literatura portuguesa tem como marca, nas últimas décadas, o já citado diálogo com a história, conforme Fátima Marinho (1999). *A máquina de fazer espanhóis* confere à memória da história portuguesa um redimensionamento, resultante dos questionamentos de Silva sobre sua identidade e a identidade da nação. Além disso, Mãe tem como narrador um sujeito que, pode-se dizer, ocupa um espaço periférico na sociedade, um idoso, mas que, em vez de ter sua voz calada, está na posição privilegiada de quem possui legitimidade para narrar. Assim, faz-se necessário abordar a importância dessa condição para essa narração que tem como fio condutor uma memória tão volátil e quais suas implicações para a problemática da identidade.

Considerando o fato de a memória ser, ao longo da história, um objeto de disputas e de os povos afirmarem através dela suas representações culturais, ela sofre manipulações por parte de quem desempenha com preponderância o poder. Em Portugal, é muito forte a expressão de representações identitárias na literatura. Essas representações hegemônicas só foram difundidas porque quem as estabeleceu exerce seu poder de narrar e é tido como o portador de um discurso que carrega consigo o valor de verdade, absoluta e incontestável. Com Alexandre Herculano, por exemplo, já se criava uma imagem ideal da identidade portuguesa, de um povo desbravador, grandioso e escolhido por Deus para difundir a fé no cristianismo. Essa representação teve e ainda tem um forte poder de gerar identificação com a nação. A memória, nesse sentido, retoma um passado apaziguador, que

constrói uma narrativa cômoda e ilusória. No romance de Mãe, tanto António como as demais personagens revelam contradições não só em seu discurso acerca da identidade, mas também no que se refere a suas ações, o que aponta para a impossibilidade de manter uma identidade unificada e estável. Assim, a memória revisita o passado português não a fim de reforçar uma identidade idealizada, de um passado do qual se tinha orgulho, mas para revisar essa identidade criticamente. Essa revisitação propõe desacomodar a antiga narrativa de uma unidade ilusória.

Dessa forma, parece clara a interligação entre memória, história e identidade. Neste trabalho, cada um desses eixos é tomado para a composição de um capítulo. Essa disposição não anula o diálogo entre os eixos, mas foi escolhida como um modo de alcançar uma progressão teórica e analítica, visando ao objetivo principal que é a discussão sobre a identidade. Para isso, no capítulo intitulado “O cérebro a aluir ou a máquina da memória”, além da apresentação da teoria de Maurice Halbwachs, ainda são discutidas a importância do comportamento narrativo para a memória, a especificidade da memória de António como velho, a memória enquanto responsável pela perpetuação e pelo esquecimento de discursos. Além de Halbwachs, destaca-se a apresentação de ideias de Jacques Le Goff, Ecléa Bosi, Michel Foucault, Lucetti Valensi e Paul Ricoeur.

Em “As narrativas do passado e a busca por sentidos”, enfatizam-se as noções de história, passado e representação, a abordagem do romance histórico em relação a essas noções e o lugar do nacionalismo na narrativa de Mãe pelas perspectivas de teóricos como Jacques Le Goff, Walter Benjamin, Fátima Marinho e Linda Hutcheon.

Finalmente, tentando estabelecer um diálogo com os demais capítulos, “Somos um povo de caminhos salgados” trata da identidade de Silva enquanto homem pertencente à sociedade portuguesa, de forma a apontar para o fato de que sua representação identitária diz respeito, do mesmo modo, à identidade coletiva. Também é discutida a influência dos mitos para a constituição da identidade, a expressão das patologias causadas pela jeremíada nacional, a influência da relação com a religiosidade e da sua condição como idoso para a

identidade. No capítulo, são abordadas concepções de Zygmunt Bauman, Stuart Hall, Eduardo Lourenço e Boaventura de Sousa Santos.

As representações identitárias evidenciadas refletem os paradoxos existentes não só em relação a elas, mas também ao pensamento do narrador, das personagens e suas ações. Essas constantes contradições apresentadas pelo narrador apontam para a intensificação da fragmentação e fluidez identitária devido à sua condição de idoso e à sua vivência no Estado Novo. Devido ao fato de a identidade não proporcionar mais certezas ao sujeito, como quer Hall (2006), o narrador experimenta uma profunda sensação de angústia, que se intensifica na narrativa à medida que percebe a impossibilidade de criar uma cômoda e estável narrativa do eu.

2 O CÉREBRO A ALUIR OU A MÁQUINA DA MEMÓRIA

2.1 A MEMÓRIA COMO FENÔMENO SOCIAL

A preocupação com o estudo da memória no século XX constitui-se uma ruptura com o cientificismo (ou positivismo) desenvolvido nas sociedades europeias. Como assinala o sociólogo Jean Duvignaud (2003), essa ruptura ocorre em relação à guerra de 1914, que distancia um passado nunca visto como tal; aos “nacionalistas” hostis, que mostram a construção arbitrária a que se submete uma nação ao tentar tornar sua história uma “doutrina”; à vida econômica, que torna acentuada a divisão da sociedade em classes e sensibiliza o diálogo entre a imagem que se cria do homem e o lugar que essa imagem pode preencher num conjunto organizado.

Como bem aponta o historiador Jacques Le Goff (1990), em seu *História e memória*, pensada pela perspectiva da propriedade de conservação de informações, a memória remete a uma ampla gama de funções psíquicas que possibilitam ao homem a revisitação de informações passadas ou representadas pelo sujeito como tais. O historiador chama atenção para o fato de os fenômenos da memória constituírem-se resultados de sistemas dinâmicos de organização e existirem por serem mantidos ou reconstituídos por essa organização. Foi desse modo que passou a pensar-se a memória de forma mais próxima à das áreas das ciências humanas e sociais.

Na área da sociologia, Maurice Halbwachs segue o mesmo movimento que se manifesta nas outras disciplinas, a aproximação da realidade. Ele possibilita a abertura de um novo caminho do estudo sociológico da vida cotidiana. É importante destacar que o sociólogo foi seguidor de Émile Durkheim, o qual considera o predomínio do social sobre o individual. Por isso, em sua obra, é enfatizado o estudo das funções que as ideias dos sujeitos adquirem num grupo e na sociedade em geral.

O romance *A máquina de fazer espanhóis*, de Valter Hugo Mãe³, tem como o fio condutor a memória de António Jorge da Silva, um idoso de 84 anos. Silva perde sua esposa Laura, e a família coloca-o, contra sua vontade, em um asilo a fim de não o deixar sozinho e fazê-lo esquecer mais rapidamente essa perda. No local, ele passa a refletir sobre o envelhecimento e a lembrar-se dos anos que passou com Laura. Juntamente às lembranças do narrador, está imbricado o passado de uma nação, o da nação portuguesa durante a ditadura salazarista. Para compreender melhor a relação entre a memória individual do narrador e a memória coletiva da nação portuguesa, a teoria de Maurice Halbwachs é fundamental, visto que se centra no estudo da memória como fenômeno social. A obra que interessa a este trabalho é *A memória coletiva*, publicada postumamente em 1950, em que Halbwachs distingue, sobretudo, as concepções de memória coletiva, memória histórica e memória individual. Desse modo, surge a necessidade de tratar essa teoria de forma mais minuciosa neste capítulo.

Halbwachs (2003) admite duas formas de organização das lembranças – em torno de um sujeito, que tem seu ponto de vista sobre elas (memória individual); e no interior de uma sociedade, constituindo representações parciais (memória coletiva). Para o estudioso, a memória de um sujeito não é unicamente sua e a lembrança só existe em um determinado contexto social. Assim, a memória individual não é fechada e isolada, mas está fortemente atrelada a diferentes contextos sociais, e é destes que pode emergir a lembrança.

A lembrança é definida pelo sociólogo como uma reconstrução do passado que se sustenta a partir de informações do presente, o que implica a preparação de outras reconstruções realizadas em outros momentos e nas quais a imagem já havia sido bem modificada. É possível produzir uma espécie de lembrança simulada quando esta entra em contato com a de outro indivíduo sobre pontos comuns, o que gera o alargamento da percepção que se tinha do

³ Todas as citações ao romance serão referenciadas em nota de rodapé. MÃE, Valter Hugo. *A máquina de fazer espanhóis*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

passado. Assim, a consciência não se encerra em si e nem é solitária. O estudioso ainda ressalta que

nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 2003, p. 30)

A presença física de outro indivíduo não é necessária, porque, em pensamento, é possível se situar em um grupo. Halbwachs (2003) cita o exemplo de um homem que chega em casa sem estar acompanhado. É comum dizer que “ele andou só”. Porém, sua solidão é apenas aparente, pois tanto seus atos quanto seus pensamentos se esclarecem devido a sua natureza de ser social e também porque em nenhum momento ele deixa de fazer parte de uma sociedade. Desse modo, outras pessoas terão a mesma lembrança em comum e poderão, inclusive, ajudar a lembrá-la. As representações do passado podem ser criadas com base na percepção de outros indivíduos, no que se imagina sobre determinado acontecimento ou na apreensão de representações de uma memória histórica, a qual se constitui, na história de um país, a sequência de fatos que têm destaque. Esses fatos fazem parte da memória da nação, mesmo que individualmente não se tenha assistido a nenhum deles. Essas lembranças históricas podem ser aumentadas à medida que o sujeito tem contato com outros; entretanto, essa memória não é sua, é apenas “emprestada”.

É essa concepção de memória individual que se toma como ponto de partida para a análise do romance de Valter Hugo Mãe. O narrador, António Jorge da Silva, conta sua experiência no asilo em que passa a viver após a morte da esposa. A convivência com os outros idosos proporciona as lembranças sobre o passado que têm em comum (o regime salazarista), bem como a reavaliação de seus posicionamentos acerca desse passado a fim de entender e justificar o presente. Assim, seu passado e a reavaliação constante que faz dele também compõem o passado da nação portuguesa.

Para Halbwachs (2003), os fatos históricos podem parecer exteriores à vida de um sujeito. No entanto, posteriormente, ao refletir sobre esses fatos, o indivíduo entende o motivo de muitos acontecimentos. A memória sustenta-se não na história aprendida, mas na vivida. É importante ressaltar que, para o estudioso, entende-se por história o que torna um período distinto de outro, e não uma sucessão cronológica de acontecimentos e datas. Assim, a história não se constitui todo o passado ou o que resta desse passado. Juntamente à história escrita há uma história viva, a qual se renova ao longo do tempo. Por isso, não são apenas os fatos que se fixam na memória, mas também as maneiras de ser e de pensar. Nesse sentido, ao analisar uma narração que surge a partir de uma memória individual, é inevitável analisar também uma narração que é coletiva, como no romance de Mãe, uma vez que o narrador sempre esteve inserido em determinados grupos sociais ao longo de sua vida e, ao retomar suas lembranças, retoma também os modos de ser e de pensar dos grupos de que fazia parte.

É corriqueiro o pensamento errôneo de que o reaparecimento da lembrança seja consequência da união de várias reflexões. Entretanto, o reaparecimento da lembrança é resultado da aproximação de percepções, as quais são definidas pela ordem em que objetos sensíveis apresentam-se, uma ordem que é espacial. Para Halbwachs (2003, p. 53-54), as percepções

limitam-se a reproduzir objetos exteriores, não contêm nada mais do que esses objetos e não podem nos conduzir além deles. Daí a convicção (temos de admitir) de que elas serviram unicamente para nos deixar em determinada disposição física e sensível, favorável ao reaparecimento da lembrança.

Na série de estados que a memória apresenta, as partes que um sujeito distingue aparecem conforme as mesmas divisões que a realidade apresentava, objetivas, da ordem da percepção, baseadas nas relações naturais entre as coisas. Daí a ideia de que é a causalidade natural que liga as coisas e os pensamentos de um sujeito com relação a essas coisas. Ela constitui-se a representação que alguém faz de si na sociedade que o circunda.

Pode-se questionar, a partir dessas premissas, se não há lembranças que surgem sem estar ligadas a um grupo devido ao fato de o acontecimento reproduzido ter sido percebido somente por um indivíduo (realmente só) e que evidencie um ponto de vista único. Ainda que isso seja muito raro, Halbwachs (2003) avalia que bastam algumas situações dessas serem confirmadas para que se perceba que a memória coletiva não explica todas as lembranças e suas evocações. Silva, em determinado momento da narração, por exemplo, relembra a morte de um filho seu. Essa lembrança diz respeito a si; entretanto sua forma de percebê-la é também a forma como socialmente o grupo de que faz parte a percebe. Sobre a morte do bebê, ele lembra: “não foi culpa do padre, nem da igreja e nem de deus. foi só o triste acaso de sermos miseráveis num país de miséria que não esperava de nós mais do que o brio e o sacrifício mudo”⁴. Nesse caso, sua lembrança está carregada do teor crítico com que vê seu passado: a dor de ter vivido uma ditadura e não ter feito nada para mudá-la, assim como muitos cidadãos portugueses. São essas lembranças que desencadeiam o conflito identitário do narrador tanto em relação a si quanto a seu país.

A influência que um sujeito sofre no meio social não é sentida por ele. Ela se manifesta quando um ambiente é comparado a outro. É no cruzamento das várias correntes sociais na consciência de um indivíduo que ocorre o que Halbwachs (2003) denomina de *intuição sensível*. Esta é um estado de caráter individual, pois não está ligada inteiramente a um ou a outro ambiente. Para ele,

[...] na base de qualquer lembrança haveria o chamamento a um estado de consciência puramente individual que chamamos de *intuição sensível* – para distingui-lo das percepções em que entram alguns elementos do pensamento social. (HALBWACHS, 2003, p. 42, grifo do autor)

É muito difícil encontrar lembranças de um momento em que o que se sente não esteja relacionado a imagens ou pensamentos que remetem a outras pessoas ou grupos dos quais se fez parte. Isso ocorre porque, para que

⁴ Ibid., p. 84.

aconteça a rememoração, é necessário que se refaça o caminho anteriormente percorrido, que se retome uma sequência de percepções que leva a esse caminho. A primeira infância, por exemplo, não é lembrada conscientemente devido ao fato de as impressões da criança não estarem ligadas a uma base enquanto ainda não se é um ser social.

Para Halbwachs (2003), ainda que algumas lembranças possam ser rememoradas de forma tão direta, não se pode distinguir com certeza o que de fato é lembrado e o que é imaginado. Muito do que se denomina lembrança pode ser uma representação baseada parcialmente ao menos em testemunhos e deduções. Desse modo, o que se refere ao social ou ao histórico na memória de um passado é muito mais amplo do que se pode pensar. Entretanto, o autor acredita ser melhor não se falar em memória histórica, tendo em vista que a história está relacionada a um ponto de vista adulto e as lembranças da infância são mantidas apenas pela memória coletiva. Isso ocorre devido ao fato de a criança manter presentes a família e a escola. O que é lembrado pela família, por exemplo, causa uma sensação de maior aproximação com o passado, de forma a aumentar uma categoria de lembranças. Tudo o que se aprende sobre um assunto colabora para a degradação do passado tal como era lembrado em uma época anterior. Imagens novas surgem de forma a recobrir as antigas. Os grupos de que se faz parte são outros e é a partir de seu ponto de vista que o passado é pensado. Nesse sentido, a memória de Silva enquanto idoso sofre essa degradação de forma mais intensa devido ao seu aspecto volátil. O grupo social de que passa a fazer parte no asilo também apresenta essa especificidade no que diz respeito à memória. E o ponto de vista desse grupo influencia o surgimento das novas imagens do passado.

A partir da noção de memória individual, o estudioso afirma que é necessário um testemunho para que um dado acontecimento se perpetue e se torne memória para um grupo. Entretanto, é preciso ressaltar que o testemunho, nesse caso, não tem o sentido literal da palavra: indivíduos presentes fisicamente. Esse testemunho serve como um meio de reforçar ou enfraquecer o que se sabe sobre um evento. A relação que Silva estabelece

com os outros idosos, por exemplo, reforça as informações sobre o passado em comum entre eles.

Halbwachs assinala, contudo, que nenhuma memória se vale apenas de imaginação e nenhuma representação histórica é exterior ao sujeito. Além disso, para que o sujeito consiga aproveitar-se da memória de outros, não basta que estes apresentem seus testemunhos. É necessário que sua memória não tenha deixado de concordar com as deles e que existam muitos pontos de contato que as liguem para que a lembrança seja reconstruída sobre uma base comum.

O sujeito participa, desse modo, de dois tipos distintos de memória, a coletiva e a individual, que se interpenetram e entre as quais não se pode fazer uma distinção como a seguinte: de um lado, uma memória desprendida de contextos, disposta de linguagem e de ideias da vida prática que possibilitariam a classificação de lembranças; de outro, um panorama histórico ou coletivo que não tem memória, ou seja, é construído, reconstruído e conservado nas memórias individuais. A memória individual pode confundir-se com a coletiva para confirmar lembranças, preencher lacunas. Já a memória coletiva encerra as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Possui leis próprias que regem sua evolução e, caso seja invadida por lembranças individuais, estas acabam por mudar de forma quando substituídas num conjunto de uma consciência que não é pessoal.

Sobre a memória coletiva, Halbwachs (2003) atenta para sua distinção em relação à história a partir de dois aspectos. A memória coletiva tem caráter contínuo, visto que retém do passado apenas o que ainda está latente ou que pode ser trazido à tona pela consciência de um grupo. Não vai além dos limites de um grupo. Se um período passa a não interessar o período seguinte, não se trata de um grupo que esqueceu parte do seu passado, mas de grupos que se sucedem. Além disso, a memória coletiva não traça linhas de separação em seu desenvolvimento, como ocorre com a história. Ela tem fronteiras incertas. Não há a oposição entre o tempo presente e o passado, como acontece com períodos históricos consecutivos. Já a história gera um movimento de renovação de um período para outro. Ela está fora desses grupos e introduz

divisões simples na corrente dos fatos, de forma a suprir uma necessidade que é meramente didática.

A existência de muitas memórias coletivas é o segundo aspecto que distingue a memória coletiva da história, pois, para Halbwachs (2003), só há uma história. Pode-se distinguir a história de diferentes países, de um período, religião, cidade e até de um sujeito. Entretanto, de acordo com o sociólogo, “o mundo histórico é um oceano para onde afluem todas as histórias parciais” (HALBWACHS, 2003, p. 106). Ele toma a história, assim, como uma grande área que abarca todas as histórias parciais, e não no sentido de acreditar na existência de uma história absoluta, única, tida como uma verdade universal. Ainda esclarece que a história apresenta-se como uma memória universal; no entanto, esse tipo de memória não existe, pois, como explica,

Toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço. Não podemos reunir em um único painel a totalidade dos eventos passados, a não ser tirando-o da memória dos grupos que guardavam sua lembrança, cortar as amarras pelas quais eles participavam da vida psicológica dos ambientes sociais em que ocorreram, deles não reter somente o esquema cronológico e espacial. Não se trata mais de revivê-los em sua realidade, mas de recolocá-los nos contextos em que a história dispõe os acontecimentos, contextos esses que permanecem exteriores aos grupos, e defini-los cotejando uns aos outros. (HALBWACHS, 2003, p. 106-107)

Dessa maneira, fica bastante clara a impossibilidade de se ter uma representação única do passado. É interessante lembrar também que Halbwachs fez parte da Escola de Strasbourg, de onde começou a surgir a Nova História. Além disso, essa visão de uma história única, tida como uma verdade absoluta e incontestável é ainda uma visão cientificista. Cientificismo esse com o qual Halbwachs fez questão de romper.

A memória individual, então, construída a partir de lembranças do grupo, constitui-se um “ponto de vista” sobre a memória coletiva. Essa perspectiva deve ser analisada de forma a considerar o lugar que ocupa o sujeito no interior de determinado grupo e das relações mantidas com outros meios. Desse modo, uma narrativa que se vale da memória individual de um

narrador é também reveladora da memória de uma coletividade, a sociedade da qual esse sujeito faz parte.

No romance de Mãe, é a memória individual de António que revela o seu ponto de vista sobre o passado lusitano, a ditadura salazarista, e o presente. Foi nesse período ditatorial que viveu a maior parte da sua vida, e é esse contexto também que deixa fortes marcas sociais impregnadas nesse sujeito. Suas lembranças são um elemento central de reflexão, no sentido de voltar-se para si mesmo. É graças à memória que Silva, perto do fim de sua existência, vivencia uma tomada de consciência, de forma a questionar-se acerca de quem é. Assim, essa busca constitui-se uma forma de ressignificar sua existência.

2.2 COMPORTAMENTO NARRATIVO E VELHICE

Le Goff (1990) ressalta a importância do comportamento narrativo para a memória, caracterizado por sua função social, visto que é por meio da narração que se dá a informação no momento em que o acontecimento já passou. Nesse sentido, a linguagem também assume um papel fundamental em relação à memória, na medida em que é por meio dela que o sujeito se expressa, dá sentido ao mundo e às representações feitas sobre ele, sendo ela também resultado da sociedade.

Na literatura portuguesa contemporânea, há um movimento muito forte de rememoração do passado. E esse movimento se dá a partir da memória de uma personagem. A rememoração desta, sob uma perspectiva particular e que se centra no cotidiano, permite analisar a dimensão histórica que seu discurso comporta. Para Margarida Calafate Ribeiro (2012), a literatura portuguesa produzida após o 25 de Abril define bem a importância da memória, mostrando que esta é essencial para a democracia. O romance *A máquina de fazer espanhóis*, de Valter Hugo Mãe, enquadra-se nos moldes de Ribeiro (2012), na

medida em que a memória é essencial para construir as representações culturais do narrador-protagonista, bem como para, a partir dessas representações, revisar e complexificar seu passado e o do país.

Deve-se atentar para a escolha de Mãe para a perspectiva da rememoração: um velho, figura tão rechaçada na sociedade, que, conforme João Alexandre Barbosa (1994) afirma no prefácio à *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, nem pertence a uma classe, tendo em vista que a definição da classe social se dá pela posição que o sujeito ocupa nas relações de trabalho. Considerando a desvalorização do velho na sociedade, essa figura, então, não teria legitimidade para contar sua história, como é o caso de Antônio. Entretanto, o faz, evidenciando uma perspectiva que está à margem da sociedade.

Levando em conta esse estágio da vida, a velhice, relacionado à narrativa conduzida pela memória do narrador, destaca-se o olhar teórico muito sensível de Ecléa Bosi (1994), em *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, resultado de sua tese de livre-docência. Em seu livro, apresenta reflexões sobre a memória realizadas a partir de entrevistas com pessoas idosas, acima de 70 anos, moradores da cidade de São Paulo. Sua abordagem da memória é social, de forma a mostrar que as falas dessas pessoas surgem de uma memória pessoal que faz parte também uma memória social. Para a psicóloga:

A velhice, que é um fator natural como a cor da pele, é tomada preconceituosamente pelo outro. Há, no transcorrer da vida, momentos de crise de identificação: na adolescência também nossa imagem se quebra, mas o adolescente vive um período de transição, não de declínio. O velho sente-se um indivíduo diminuído, que luta para continuar sendo um homem. (BOSI, 1994, p. 79)

Esse sentimento de que fala Bosi (1994) intensifica-se à medida que são retirados do indivíduo direitos essenciais, sobretudo os que dizem respeito à sua autonomia. Entre eles, pode-se destacar a questão do espaço em que se vive. Ao perder o direito à residência autônoma, o sentimento de incapacidade aumenta com dependência da casa de familiares ou de casas geriátricas. A

situação inicial da narrativa de Mãe já nos evidencia a problemática tratada pela autora.

a laura morreu, pegaram em mim e puseram-me no lar com dois sacos de roupa e um álbum de fotografias. foi o que fizeram. depois, nessa mesma tarde, levaram o álbum porque achavam que ia servir apenas para que eu cultivasse a dor de perder a minha mulher.⁵

António não pode escolher a ida para o asilo, nem a permanência de seus pertences consigo, sob o discurso de que seria melhor dessa maneira para que não ficasse sozinho e para que esquecesse a causa de seu sofrimento, a morte de Laura. A violência familiar é tamanha que lhe é retirado até o direito à memória, na medida em que os familiares tiram-lhe o álbum de fotos para impor a ele o esquecimento. O narrador, na condição de velho, é tratado, então, como uma pessoa incapaz de decidir por si mesma, que assume o papel mais de espectador do que de ator de sua vida.

Bosi (1994) destaca que os suportes materiais da memória são destruídos pela sociedade capitalista a fim de não possibilitar a retomada da lembrança pelo sujeito velho. A estabilidade espacial a que esse sujeito estava acostumado lhe é roubada, bem como a confiança de que as pessoas da convivência diária não se perderiam. Desse modo, a memória não tem mais onde se apoiar, visto que não há referências que sirvam de suporte. É o que sucede, de certa forma, com António, que passa a viver sem a esposa, pessoa de sua convivência diária e com a qual estabelecia uma relação muito forte de dependência, num local a que não estava habituado, sem os objetos biográficos de apego afetivo. Sobre seu novo quarto no lar, ele pensa: “o quarto pequeno é todo ele uma cela, a janela não abre e, se o vidro se partir, as grades de ferro antigas seguram as pessoas do lado de dentro do edifício”⁶. É-lhe tirado o bem mais valioso: a liberdade. Nesse caso, trata-se da liberdade física, contudo esse sujeito perde também a liberdade de escolher o rumo a tomar em sua própria vida.

⁵ Ibid., p. 23.

⁶ Ibid., p. 23.

O espaço, dessa forma, configura-se um elemento importante, pois é ele que dá suporte à memória. No romance de Mãe, o quarto seria o local que poderia proporcionar maior estabilidade para o sujeito, uma vez que ele poderia levar seus pertences e torná-lo uma espécie de extensão de sua casa. Não é o que ocorre, entretanto, como citado anteriormente, visto que o narrador não pode manter seus pertences no local. Essa é uma forma também de fazer esses sujeitos perderem suas individualidades. Outro aspecto bastante comentado pelo narrador e que lhe causa aflição é a brancura do asilo. Sobre as paredes do lar, ele pensa o seguinte:

no lar, por todo o lar, as paredes são brancas e entre o vazio mais intenso do céu e a candura das paredes não há diferença. sentimos-nos cegos. qualquer mancha ou imperfeição na planura do estuque já é uma exceção que aprendemos a observar e nos ajuda a quebrar o mesmo abundante em nosso redor. um dia, havemos de esboroar-nos na luz. esta brancura é um estágio para a desintegração final.⁷

As paredes, diferentemente das de uma casa, não podem ter outras cores, pois o branco mantém a aparência asséptica do ambiente, de que está tudo em ordem para quem ali vive. A cor da parede é associada à cegueira, à rotina enfadonha do lugar e à morte. O ambiente, assim, não possibilita ao sujeito uma expectativa de vida feliz, de se ter novas experiências na medida em que o mais que se chegaria no local seria à morte. Como o próprio Silva admite num outro momento, apenas o tempo acontece no local, nada mais poderia acontecer.

No salão de refeições, também se busca manter uma ordem, esta já referente ao comportamento dos velhos, que é limitado. O narrador relata sua primeira refeição: “como a refeição já se servia, eram [os moradores] mandados para seus lugares sem tempo para descortinarem sobre suas vidas, apresentando-se muito brevemente e até arrelhados pela falta de autorização para continuarem”⁸. Os colegas do lar queriam ser gentis com Silva como uma forma de encorajá-lo para aceitar a mudança por que todos ali também

⁷ Ibid., p. 25.

⁸ Ibid., p. 26.

passaram. Contudo, a fim de manter a ordem, sobretudo dos horários, não podem fazê-lo como gostariam. Os horários para todas as principais atividades também são uma forma de manter a ordem, de manter o controle sobre esses sujeitos, privando-os, assim, de fazer o que é de suas vontades.

O funcionamento do lar é resumido por Silva nas seguintes palavras:

o lar não suporta mais do que noventa e três pessoas, e, para que uma entre, outra tem de sair. a saída é dolorosa mas rápida. rodam-se alguns velhos pelos quartos fora. eventualmente um que esteja acamado vai para a ala esquerda, já muito vizinho dos mortos, e outro entrará de novo no quarto vago com vista para o jardim.⁹

O asilo surge nesse trecho como uma máquina que opera com a capacidade máxima de 93 pessoas, não sendo possível a entrada de mais um morador sem que haja a morte de outro. Para que alguém possa viver seus últimos dias no local, outro precisa morrer. A descrição de Silva retrata a impessoalidade que o lar apresenta. Tudo é feito com muita naturalidade. A divisão citada por ele, a ala esquerda e a direita, é determinante da condição dos indivíduos no local. Na ala esquerda, ficam os acamados, os que necessitam de cuidados frequentes. A vista dessa ala é o cemitério, o que indica a aproximação da morte desses moradores. Já a ala direita tem vista para o jardim, onde brincam as crianças, onde se permite ver que ainda há vida. A tristeza pela morte é frequente nas primeiras semanas, bem como a rejeição do novo residente, visto que sua vida é a prova da morte de alguém, como afirma Silva.

A impessoalidade do local, assim, atenta para o fato de que as individualidades não são levadas em conta, afetando consideravelmente as identidades desses sujeitos. Estes não podem mais, de certa forma, ser, pois já não podem escolher o que fazer de suas vidas, não exercem ações que consideram definidoras de suas existências, como suas profissões, por exemplo. Nesse sentido, estando o local fortemente atrelado à identidade e ao sentimento de pertença, a reação do narrador é justamente a de não querer fazer parte do local: “queria que fizessem de conta que não estava ali, não

⁹ Ibid., p. 27.

pertencia ali. era só um ponto escuro nas paredes que haveria de ser limpo com lixívia de uma qualquer limpeza”¹⁰. Ele não quer fazer parte do local pois assumir o sentimento de pertença seria assumir também a identificação com o lugar, a impessoalidade a que estava sendo submetido, a negação ao seu direito de exercer um papel na sociedade, seria assumir a condição de velhice que lhe era imposta. O que faz para afirmar-se minimamente, então, é manifestar sua indignação por ter de permanecer no lar.

que se fodam os discursos de falsa preocupação dessa gente que sorri diante de nós mas que pensa que é assim mesmo, afinal, estamos velhos e temos de morrer, um primeiro e o outro depois e está tudo muito bem. sorriem, umas palmadinhas nas costas, devagar que é velhinho, e depois vão-se embora para casa a esquecerem as coisas mais aborrecidas dos dias.¹¹

O termo utilizado por Silva, tradicionalmente considerado inapropriado, apenas acentua a sua revolta diante dos discursos de que se dá conta. Ele reconhece que sua família e a dos demais moradores pouco se importam com o que ocorre nas vidas desses sujeitos. Ele acaba utilizando-o em outros momentos da narração que evidenciam também ímpetos de raiva. Sua percepção sobre a morte é cruel e denuncia o lugar que o sujeito velho ocupa na sociedade: o de um entrave na vida dos adultos atarefados demais para cuidarem de seus familiares na velhice.

A perspectiva do envelhecimento mostrada na narrativa, bem como a visão que a sociedade tem da velhice, mostra que existem lesões ainda em aberto na nossa cultura.

e só não nos tornamos perigosos porque envelhecer é tornarmo-nos vulneráveis e nada valentes, pelo que enlouquecemos um bocado e somos só como feras muito grandes sem ossos, metidas dentro de sacos de pele imprestáveis que já não servem para nos impor verticalidade nem nas mais pequenas batalhas.¹²

¹⁰ Ibid., p. 30.

¹¹ Ibid., p. 22.

¹² Ibid., p. 22.

Silva, indignado com a atitude de sua família, revolta-se em sua interioridade, mas se entrega, como ele mesmo diz, por não ver maneiras de sair dessa situação, visto que não há possibilidade nem de fugir do espaço, pois o quarto assemelha-se a uma cela. O sentimento de impotência e de dependência da família intensifica-se pela maneira como são tratados os velhos no asilo. A enfermeira trata-o como uma criança, sorrindo e dizendo-lhe palavras no diminutivo. O próprio ambiente é opressor. Além disso, há degradação do corpo, que já não responde mais como na idade adulta às necessidades do indivíduo. Assim, instaura-se a ideia de incapacidade nesses sujeitos, que, segundo o narrador, estão ali para esperar a morte.

De início, como mais uma forma de manifestar seu descontentamento por estar no lar, Silva nega-se a comunicar-se com os demais idosos. Pereira é quem primeiro vai falar-lhe. Percebendo a indiferença do colega, diz que nem deveriam ficar contentes com sua vinda, pois ela era a confirmação da morte de dona Lurdes, que morreu por susto devido aos estrondos de foguetes, tamanha a fragilidade em que se encontrava. Silva, nesse momento, analisa a condição de todos que vivem no local:

pouco importava que o orgulho lhes trouxesse ao de cima o passado profissional, mais ou menos brilhante, mais verdadeiro ou mentiroso, porque muitos mentem sem pudor para não se deixarem humilhar, pouco importava tudo isso porque tão na extremidade da vida eram todos a mesma coisa, um conjunto de abandonados a descontar pó ao invés de areia na ampulheta do pouco tempo.¹³

Conforme sua análise, há uma perda significativa nas individualidades dos sujeitos, pois eles não se diferem mais entre si. São iguais, na visão do narrador, pelo fato de terem sido apartados da sociedade por suas famílias, as quais os destituem do direito de decidirem sobre as próprias vidas. Todos são vítimas de uma sociedade que rejeita o velho, que prega o respeito ao idoso, mas deseja convencê-lo de que deve ceder seu lugar ao jovem, conforme esclarece Bosi (1994). A psicóloga ressalta a ação das famílias em relação aos velhos:

¹³ Ibid., p. 28.

Veja-se no interior das famílias a cumplicidade dos adultos em manejar os velhos, em imobilizá-los com cuidados para “seu próprio bem”. Em privá-los da liberdade de escolha, em torná-los cada vez mais dependentes “administrando” sua aposentadoria, obrigando-os a sair de seu canto, a mudar de casa (experiência terrível para o velho) e, por fim, submetendo-os à internação hospitalar. Se o idoso não cede à persuasão, à mentira, não se hesitará em usar a força. Quantos anciãos não pensam estar provisoriamente no asilo em que foram abandonados pelos seus!¹⁴

É o caso do narrador do romance, bem como o de seus colegas do lar. Eles sofrem um processo de padronização, de perda da individualização ao integrarem o conjunto de que fala Silva. Já não podem, portanto, viver suas vidas como estavam habituados, nem decidir sobre elas porque lhes foi tirado esse direito. Nesse sentido, o asilo, no romance de Mãe, surge como um espaço de segregação social, para onde são direcionados os indivíduos considerados não mais ativos socialmente. É o lugar de controle por excelência. Os velhos necessitam ser controlados, assim como ocorre com os loucos, pois, na visão da sociedade, já não estão em suas condições mentais mais saudáveis.

É interessante analisar como a narrativa de Mãe, ao recuperar a memória do narrador, aproxima-se da realidade da velhice, na medida em que o próprio narrador chama atenção para incertezas quanto a suas ações. Silva, por vezes, mescla sonho e realidade, como se não tivesse controle sobre corpo e mente. Logo no início da narrativa, ele conta que acordava diversas vezes à noite tentando entender onde estava. E continua:

numa das noites, no instante em que a luz se espalhou pelo quarto, tive a clara visão de as portadas estarem abertas e haver pássaros lá fora. vi os pássaros negros num segundo e, no segundo seguinte, as portadas já estavam fechadas não sendo possível observar o céu escuro da noite.¹⁵

Na manhã seguinte, pergunta ao Américo se as portadas estavam abertas, mas este lhe responde que elas não abrem. Ele se justifica dizendo

¹⁴ Ibid., p. 78.

¹⁵ Ibid., p. 37-38.

que era uma impressão e admite apenas para si mesmo estar mentindo: “uma horrível mentira para me deixar mais sozinho com os meus medos e *alucinações*”¹⁶. Nesse momento, tem-se um indício ainda mais forte de que o estado mental desse narrador já traz traços comuns da velhice, o que vai justificar atitudes posteriores que ele toma e sequer se lembra depois de realizá-las.

Em outro momento, também à noite, Silva acorda e deseja falar com Marta, uma senhora que esperava receber cartas do marido, muito mais jovem que ela, que já não a procurava há dois anos. O narrador sensibiliza-se com a história da idosa ao mesmo tempo em que quantifica o seu sofrimento como muito maior que o dela. Silva vai ao quarto de Marta, e esta, ao deparar-se com o homem ao lado de sua cama, assusta-se e começa a gritar. O narrador, também assustado, admite:

e sem saber o que fazer, fiz o pior. bati-lhe três vezes com a mão através dos cobertores. três pancadas fortes que se amorteceram na espessura das roupas da cama, e que foram suficiente para que ela ficasse imóvel. petrificada com a agressão.¹⁷

No dia seguinte, quando Américo vai ao quarto, Silva percebe o semblante carregado do jovem e pergunta-lhe se há algo errado. Ao ouvir a resposta de que dona Marta havia passado mal a noite, ele conta: “[...] e não me lembrei, nem mesmo vagamente, de me ter levantado às três da manhã. naquele momento, cheguei a dizer, pobre coitada, se tivesse pedido ajuda eu teria ouvido”¹⁸. Ele é incapaz de lembrar o que fez por muito tempo após a ocorrência. Assim, é como se não tivesse mais total controle de seu corpo e de sua mente.

O atordoamento intensifica-se sempre que sonha com os abutres a comerem-lhe as carnes, conforme suas palavras. As aves, que se alimentam de carniça, são a representação da chegada, cada vez mais próxima, da morte.

¹⁶ Ibid., p. 38, grifo meu.

¹⁷ Ibid., p. 40.

¹⁸ Ibid., p. 41.

António luta contra essas aves e, por isso, levanta-se à noite sem saber ao certo o que está acontecendo.

adormeci, entrei pesadelo adentro e os abutres vieram imediatamente buscar-me a carne. entraram pelo quarto e não hesitaram em desfazer-me. não havia poesia capaz de salvar um homem de tal coisa, e nenhuma metafísica seria capaz de encontrar retórica para mediar um diálogo com os furiosos e esfaimados bichos voadores. não sei muito bem quando percebi que o que restava de mim estava já a meio do corredor. percebi infimamente que mudara de lugar e que, em restos de mim, ia saindo do quarto, passando algumas portas e procurando, sem o saber, alguém.¹⁹

No excerto, percebe-se que o narrador não se desvencilha por completo do sonho ao levantar-se. Ao deparar-se com a morte trazida pelas aves que desfazem seu corpo, António recorre ao que tem na vida de mais importante, a poesia e a metafísica. No entanto, não fazem diferença na hora da morte, pois não podem salvá-lo. O desespero gera a saída do quarto sem ter consciência do que está fazendo.

O ápice dessa condição culmina na morte de Marta.

e a natureza deu-lhe por umas vezes com o livro na cabeça. directamente na cabeça, sem falha, umas pancadas fortes e pesadas que apertavam a cabeça da mulher de encontro à almofada até que, nuns segundos tão breves, voltasse ao meio ponto, exactamente ao mesmo ponto, de encontro à parede. mas era diferente porque entretanto ficara de olhos abertos e deixara de respirar.²⁰

Seu discurso revela uma postura que não é a de agente da ação, tendo em vista que não foi ele quem matou Marta, foi “a natureza”. Mesmo tomando uma ação de tamanha magnitude, age como se nada tivesse feito. Posteriormente, ainda afirma sentir pena de Marta, sobretudo pelas cartas que escreveu para ela. É importante atentar para a escrita das cartas, pois ele o faz para divertir-se, e não como uma forma de consolar a idosa. Nesse sentido, tendo em vista que o narrador desejava escrever um livro a fim de deixá-lo como legado após sua morte, justifica-se a necessidade de matar a

¹⁹ Ibid., p. 160.

²⁰ Ibid., p. 161.

interlocutora de suas cartas para que o autor possa nascer. Além disso, o livro é também o instrumento causador da morte.

Ao representar as imprecisões da memória, Mãe torna a narrativa mais próxima da realidade da velhice, pois se sabe que, nessa fase da vida mais do que em outras, é muito comum o esquecimento de situações. Entretanto, na narrativa, estas não são quaisquer situações. Elas são fundamentais para o seu desenvolvimento e para a compreensão da identidade do narrador, que se declara em vários momentos um bom homem. É a partir delas que se pode ver a precisão das marcas que o passado, sustentado por uma memória coletiva, pode imprimir num sujeito.

No lar, entretanto, não é somente Silva que rememora seu passado. Seus colegas também o fazem, refletindo sobre suas vidas no presente. Desprovidos de autoestima e de credibilidade, o que esses idosos possuem são as lembranças do passado. Suas vidas no presente são mais constituídas por essas lembranças do que pelas exigências práticas. Ecléa Bosi (1994) reflete sobre a teoria de Halbwachs e afirma que o estudo das lembranças de idosos seria um teste para a hipótese psicossocial da memória. Isso porque com esse sujeito seria possível analisar uma história social bem desenvolvida. Sobre a memória do velho e do adulto ativo, ela esclarece que o raciocínio de Halbwachs coloca em oposição essas memórias. O adulto ativo se ocupa com o presente. A evocação faz parte do momento de repouso, de fuga. Já a situação do velho é diferente: lembrar do passado não está relacionado ao descanso do cotidiano. Sua ocupação, dessa forma, em relação ao passado é atenta, pois este é parte substancial de sua vida.

Para Bosi (1994), no momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo socialmente, não influencia mais na vida presente do meio de que faz parte. Resta-lhe, então, a função de lembrar. Fica a cargo desse sujeito a responsabilidade de alimentar a memória familiar, do grupo, da sociedade. É dada a ele uma obrigação que não é cobrada das pessoas com outras idades, a obrigação de lembrar.

Na obra de Mãe, no entanto, o narrador não pode exercer essa incumbência, pois é apartado da sociedade ao ir viver no lar de idosos. Essa

função é-lhe negada, portanto. Apesar de o espaço ser opressor, como abordado anteriormente, anulador de individualidades, e apesar de não haver possibilidade de interação com a sociedade, os velhos do Feliz Idade encarregam-se de transformar esse espaço que seria nulo num espaço de convivência, num lar de fato. É o lugar em que os idosos ouvem-se mutuamente, constroem narrativas sobre seus passados e refletem sobre eles. Portanto, pode-se ver o asilo como um grande banco de memórias em que é construída uma narrativa histórica, visto que seus passados pessoais têm em comum o passado histórico da ditadura salazarista.

2.3 MANIPULAÇÃO DA MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

É importante pensar nos velhos do lar como os portadores de uma memória coletiva que evidencia profundas feridas impressas em uma nação. Nessa sociedade à parte que é o asilo, o que é esquecido também é muito significativo. Le Goff (1990, p. 367), ao discorrer sobre a memória, explica o problema da amnésia para a nação:

[...] num nível metafórico, mas significativo, a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva.

O historiador situa o problema não só no nível individual, mas também no nível do todo social de que o indivíduo faz parte. Isso porque a memória é responsável pelo estabelecimento de hábitos – os quais se dão por necessidades sociais, que fazem parte de um processo de adestramento cultural –, mas que tem também uma carga ideológica muito forte. Nesse sentido, pode-se inserir a memória nas disputas de poder ao longo da história, visto que é por meio dela que são constituídas as representações culturais.

Portanto, ela é a responsável pela construção e perpetuação de determinados discursos e pelo esquecimento de tantos outros.

Sobre a relação entre memória e disputas de poder, Le Goff (1990, p. 368) afirma:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Devido ao fato de a memória possibilitar a continuidade ou não de determinados discursos ao longo da história é que surgem os esquecimentos e silêncios de que fala Le Goff (1990). As ideias de Michel Foucault (1999) são muito esclarecedoras para entender a relação entre a produção de discurso e os jogos de poder que a envolvem. O filósofo vê o discurso como uma organização em que é estruturado um imaginário social. Os procedimentos de exclusão têm por função organizar e redistribuir a produção dos discursos. Ao falar sobre esses procedimentos, o autor salienta:

[...] o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1999, p. 10).

Sob essa perspectiva de que o discurso é um construto social e o objeto pelo que se luta, fica claro que os procedimentos de exclusão são os causadores dos esquecimentos e silenciamentos já citados, tendo em vista que deslegitimam determinadas falas e privilegiam outras. No romance de Mãe, a legitimidade da fala é posta em questão desde a escolha do narrador, que é um idoso. Levando em consideração o tratamento que a sociedade dá ao velho já explorado anteriormente, Silva não teria legitimidade para contar sua história, nem para reproduzir a história de outros idosos do lar. No entanto, o faz e, ao retomar o passado, põe em evidência uma visão da história que não é a

tomada pela perspectiva da história oficial, mas que dá vários indícios dos mecanismos de manipulação da memória coletiva e suas implicações.

Lucette Valensi (1994) reflete sobre os processos que envolvem a memória dos povos e a necessidade de esquecer determinadas questões históricas a fim de conseguir viver em paz. Ela cita como exemplo os crimes de guerra cometidos pelo presidente da República da Áustria e os crimes praticados na Alemanha durante o nazismo. Essas nações exerceram uma “estratégia compensadora”, como afirma, negando e silenciando os momentos históricos em que praticaram ações tão cruéis. Elas construíram verdades cômodas para reconstruir a identidade coletiva de forma aceitável. A memória coletiva é regulamentada, então, de forma a escolher-se o que deve ser lembrado ou não na história nacional.

Valensi (1994, p. 8) explica que fazem parte dessas ações de negar, silenciar determinados fatos:

Mentira oficial e mentira individual, memória truncada, negação, amnésia, silêncio são, em graus diversos, modalidades de um mesmo processo: elaborar um traumatismo maior, fazer as pazes com um passado difícil, assumir o passado trazido.

São os momentos trágicos, as crises na história de uma nação que geram a necessidade de elaboração do traumatismo vivido. Não só a Alemanha e a Áustria passaram por isso, mas também outros tantos países, entre eles, Portugal. Um momento trágico na história portuguesa que apresenta ainda muitos silenciamentos é a ditadura, período vivido por Silva e sua família e lembrado por ele no asilo. A atuação absurdamente repressiva da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) não é lembrada pela história oficial, cabendo aos relatos que a detalham um lugar ainda à margem da história portuguesa. Como ocorre com a Áustria e a Alemanha no exemplo de Valensi (1994), não se quer lembrar as atitudes perversas cometidas a fim de poder estabelecer uma reconciliação com a identidade coletiva e de poder viver em paz com o passado.

A escritora contemporânea portuguesa Lídia Jorge (2002, [s.p.]), em entrevista concedida a Andreia Azevedo Soares sobre seu romance *A costa*

dos *murmúrios*, diz escrever com a necessidade de registrar o que ia se perdendo na história oficial e, conseqüentemente, na memória coletiva dos anos de atuação portuguesa na África.

Comecei a ser assaltada pelo sentimento de que tinha espreitado um momento particular da história da Europa em relação a África. E de que a história o traía na sua essência. Porque se estava a dar apenas os relatos oficiais das coisas. E os sentimentos humanos? E os milhares de mortos não tinham uma cruz verdadeira sobre a sua sepultura? Então, fiquei com uma necessidade enorme de fazer reviver figuras, figuras que eu tinha conhecido no auge da juventude. A maior parte delas já não existiam - umas porque tinham morrido fisicamente, outras porque desapareciam em vidas lamentosas e anódinas -, mas eu tinha um desejo enorme de as fazer viver. Naturalmente, não sou capaz de criar figuras a partir de seres existentes. São, portanto, abstrações, criações laterais em relação às figuras verdadeiras. Mas são uma homenagem para que elas não se apagassem. Aliás, é por isso que esse livro se chama "A Costa dos Murmúrios". É a ideia de que a história se apagava.

A narrativa serve, nesse sentido, como meio de não deixar perder-se a memória, e portanto a história, de um passado parcialmente silenciado. Os crimes da ditadura, em Portugal ou nos países africanos, fazem parte desse passado de que pouco se sabe com base na história oficial. Omitir as ações cometidas no passado é uma tentativa desesperada de apagá-las da memória coletiva. A literatura é utilizada, então, como forma de apresentar as histórias silenciadas pela história oficial, não permitindo que elas sejam apagadas da memória da nação.

No início da narrativa de *Mãe*, tem-se um exemplo de manipulação exercida pelo regime. Ao ir para o salão onde se encontravam os demais velhos, Silva é aplaudido. Sem saber ao certo o que fazer, ele conta sua reação:

fiquei sentado com o doutor Bernardo, posto diante de mim como um anjinho lavado acenando-me com nuvens de algodão-doce e pássaros a espanar o vento. e eu sorri. senti-me um idiota por dentro, mas sorri. era da cultura, o estupor da cultura que nos mascara cada gesto.²¹

²¹ Ibid., p. 26.

Antônio reage dessa forma automaticamente. Sua reação não define a expressão do que sente de fato. A memória, nesse caso, funciona como adestradora de ações, como uma forma de conter um impulso mais forte, que seria o de se revoltar contra a permanência no lar. Esse mecanismo resulta no silenciamento do narrador. Aliás, essa reação diz muito sobre sua vida: ao longo dos anos durante a ditadura, muito do que fez foi calar, aceitar o que lhe era imposto sob o risco de sofrer grave violência caso resolvesse manifestar-se contra o regime. O medo causado pela repressão impregnou sua personalidade como uma espécie de trauma. Por isso, sua revolta é interiorizada. Em outro trecho, ele diz o seguinte:

naqueles primeiros tempos eu não me acalmava com coisa alguma. ficava maligno *por dentro* a embater contra as paredes do meu cérebro. *algo me impedia de reagir*, uma qualquer educação, a memória da elegância da Laura, o delicado toque da sua mão no meu cabelo como a dizer-me, antônio, tem calma, isto vai resolver-se. mas contra mim, *interiormente*, investia impiedosamente, como se lá dentro houvesse um precipício e eu me empurrasse exaustivamente à espera de poder tombar pelo seu esquecimento abaixo.²²

Foi assim que Antônio levou a vida, “educadamente”, sempre restringindo suas atitudes, de forma a suprimir o que realmente sentia em relação à nova casa apenas exteriormente. No entanto, essa supressão causa um conflito interior muito grande. Um sinal disso é a violência e a angústia sempre presentes em seus sonhos. Elas são exteriorizadas sempre à noite, no atordoamento de suas madrugadas, em que acaba por violentar de diferentes formas dona Marta. No nível da narrativa, se, por um lado, a imprecisão de sua memória torna difícil o reconhecimento entre sonho e realidade, fazendo com que a narrativa aproxime-se da realidade senil; por outro, permite a concretização de sua violência. Esta pode ser vista como um reflexo da ditadura em sua memória, pois sua ação no que se refere a Marta não é consciente, é da ordem da automatização imposta pelo social. Revela, portanto, um fascismo que é remanescente.

²² Ibid., p. 36, grifos meus.

Ainda sobre a manipulação da memória, cabe pensar o que explica Le Goff (1990, p. 400, grifo meu) sobre a importância da comemoração:

Se os revolucionários querem festas comemorando a revolução, a maré da comemoração é sobretudo um apanágio dos conservadores e ainda mais dos nacionalistas, para quem a memória é um objetivo e um *instrumento de governo*.

A comemoração, por lembrar determinado fato histórico, contribui para reforçar a lembrança, para torná-la parte da memória coletiva. Assim, torna mais fácil a manipulação da memória pelo governo, na medida em que se lembra o que é de seu interesse.

Em seguida, Le Goff (1990) esclarece que a comemoração passa a ampliar seu campo: são elaborados selos, moedas, medalhas, estátuas a fim de auxiliar a função da memória. Até o turismo passa por um desenvolvimento muito significativo, visto que é fruto de estereótipos, para os quais a identidade nacional colabora em muito. Ao longo da história de Portugal, é possível perceber que são utilizados alguns símbolos com a finalidade de manipular a memória coletiva e reforçar determinadas representações.

Durante a ditadura, António de Oliveira Salazar vale-se da representação de Portugal como império a fim de incutir no povo a ideia de que o país voltaria a ser grandioso como fora outrora. Com o *slogan* “orgulhosamente sós”, pretendia fazer crer que Portugal não precisava da Europa, nem de ninguém para o seu desenvolvimento. Nada melhor que utilizar, portanto, o livro amado pelos portugueses, *Os Lusíadas*, para sustentar esse discurso. Eduardo Lourenço (2012, p. 146), em *Mitologia da saudade*, afirma que Luís de Camões é não apenas referência mítica da cultura portuguesa, mas também de “toda a vida portuguesa”. Sobre a importância do poeta, ele ainda ressalta que

Para os Portugueses, Camões não será apenas o maior dos seus poetas – era-o já, desde o século XVII, e não apenas para o seu comentador e hagiógrafo, Faria e Sousa –, mas o seu herói nacional. Apenas o estilo do nosso destino coletivo e a história do nosso imaginário podem explicar esta conversão do autor d’*Os Lusíadas* em símbolo de Portugal. (LOURENÇO, 2012, p. 147)

A obra de Camões, portanto, faz parte da memória coletiva portuguesa e é muito significativa quanto ao seu poder de gerar identificação com o povo, visto que é definidora de uma identidade nacional da qual este tinha orgulho. Salazar sabia disso e, num momento de crise por que Portugal vinha passando, recorreu a ela para induzir as pessoas a agir de determinada maneira. Nesse período, é criada, inclusive, uma adaptação em prosa do poema por João de Barros, adotada pelas escolas para que seu alcance fosse maior. Assim, para que o Estado Novo fosse bem-sucedido em seus propósitos, todos queriam contribuir para seu bom funcionamento.

Na obra de Mãe, um símbolo que colabora para reforçar a imagem do país como um grande império é o futebol, mais especificamente o Benfica. No capítulo intitulado “herdar portugal”, Silva relembra o momento em que ele e Laura se casaram e menciona o time português:

mas em mil novecentos e cinquenta as coisas não estavam ainda tão definidas, é isso que tento dizer. o certo e o errado eram difíceis de discernir, pois o benfica ainda não se fizera glorioso, nem salazar parecia ainda o estupor que o povo pudesse reconhecer cabalmente, não sabíamos nada. havíamos passado ao lado da guerra e parecia que a vida se protegia no país das quinas, igual a termos uns muros nas fronteiras, um peito viril erguido contra malandros estrangeiros. e foi assim que nos casámos. cheios de vivacidade e entrega ao futuro num país que se punha de orgulho e valentias.²³

Percebe-se, no excerto, a manipulação exercida sobre a sociedade, de forma que a alienação era comum, era difícil discernir o certo e o errado. Foi necessária uma vida inteira para que Silva conseguisse se dar conta desse fato. A ditadura valeu-se do futebol, com o time Benfica, para mostrar que a glória e a grandiosidade do império português haviam voltado. Fez do futebol um símbolo ideológico. Apesar de não se compreender ao certo o que estava acontecendo, o país se punha de “orgulho e valentias”. Nesse excerto, o tempo de que fala o narrador ainda não é o tempo em que Benfica havia levado o

²³ Ibid., p. 82.

futebol português a ser considerado um dos melhores do mundo. No entanto, é o tempo da narrativa que revela a grandiosidade que adquiriu posteriormente.

No mesmo capítulo, tem-se a confirmação da importância do time português para o povo.

e o plantel do benfica estava com o eusébio e com o yaúca, com o costa pereira e o josé águas, com o santana, e o grandioso coluna. e foram lixar o real madrid vencendo para nós a taça dos campeões europeus e alardeando por toda a parte que quem não era do benfica não era bom pai de família.²⁴

Depois da vitória, era inconcebível o não reconhecimento do time, de forma que torcer para ele era uma atitude equiparada a exercer bem o papel dentro da instituição familiar. E exercer bem o papel familiar era justamente ser patriota, orgulhar-se da nação. É interessante atentar para o fato de que todos os jogadores citados são oriundos de colônias portuguesas ainda durante a ditadura, tendo maior prestígio Eusébio. Esse fato revela a força de Portugal enquanto potência imperial diante da Europa, pois o país havia mantido seu império até então e todos os jogadores vindos das colônias seriam, nesse caso, de posse do país. De acordo com uma fala de Ronildo Santana (2014) sobre a morte do jogador, Salazar teria utilizado a imagem de Eusébio para apaziguar o movimento anticolonialista em Portugal, que era muito expressivo na época. O jogador nega o envolvimento com a política de Salazar e o fato de ser seguido nos lugares que frequentava. Entretanto, confirma que, em 1962, não pode aceitar uma oferta da Juventus por ser avisado que não poderia deixar o país se não realizasse antes o serviço militar.

Esse fato é confirmado na narrativa em uma conversa de Cristiano Silva, morador do lar que António também chama de o Silva da Europa, com o narrador. Cristiano tem opiniões que se alternam ao longo da narrativa. É torcedor do Porto, um time menor e rival, entretanto julga que Benfica deveria ganhar jogos por não ter o direito de perder devido ao investimento que tem do governo. Nessa conversa, ele defendia o Porto e dizia que Eusébio quis ir embora, mas não o deixaram ir. Se o deixassem, de acordo com Cristiano, não

²⁴ Ibid., p. 85.

teria ficado no país a estuporar o Porto. É interessante ressaltar que o discurso de que Salazar favorecia o Benfica, sobretudo pelos portistas, é muito forte. Isso acontecia a fim de unificar a nação em prol de um objetivo comum, de tornar a nação orgulhosa de seu país, de sua identidade.

Em outro momento da narrativa, o discurso de Cristiano Silva evidencia a importância do time para o país.

porra, o que é que se passa. a maior fábrica de futebol nacional não produz resultados à altura há muito tempo, e ninguém faz nada. vocês já perceberam que se o benfica fosse campeão o país até se começava a levantar da letargia. dizem que tem seis milhões de adeptos, o benfica campeão havia de funcionar como combustível nos espíritos da nação e pôr esta gente toda a bulir.²⁵

Cristiano reclama a grandiosidade do Benfica, colocando-a como uma condição para que o país seguisse um novo rumo, retomasse sua imagem como império. Mesmo sendo portista, Cristiano reconhece que as vitórias do time seriam o impulso necessário para que a nação voltasse a acreditar no próprio país. Acredita também que o time tem obrigação de ganhar pelo investimento que recebe do governo. Essa seria uma forma de retomar a identificação com o nacional no presente. Em seguida, Cristiano defende o Porto, afirmando que esses jogadores, sim, merecem ganhar os jogos e também diz ser esta uma forma de investir no país, pois, com as vitórias, todos trabalhariam felizes. A rivalidade entre o time do Porto e o Benfica é também a rivalidade entre as cidades a que esses times estão associados, Porto e Lisboa, que antecede a criação das equipes. A cidade do Porto, menos aristocrática que a capital portuguesa, não recebia o mesmo investimento que Lisboa. Daí a ideia de Cristiano de que o Benfica tinha a obrigação de ganhar os jogos, apesar de o Porto merecer muito mais em sua concepção. Nesse excerto, bem como em outros, há um excesso de memória do passado nacional glorioso. O apego a ele alimenta a crença de que um dia será retomado, de que Portugal reconquistará seu antigo lugar como império na configuração mundial. Desse modo, a comemoração em relação às vitórias do

²⁵ Ibid., p. 155-156.

time torna claro o desempenho da manipulação da memória coletiva, visto que até o presente, já idoso, Cristiano não consegue desvencilhar-se dessa noção imposta.

Ao final do capítulo “herdar português”, tem-se a ratificação da manipulação exercida pelo regime: “[...] o regime se nos metia pela pele adentro como um vírus. ficávamos sem reacção, íamos pela vida abaixo como carneirada, tão bem enganados”²⁶. Conforme o trecho, não é possível escapar da influência do regime, visto que ele mobiliza vários elementos culturais populares a fim de ganhar a simpatia da população.

Outro símbolo muito utilizado durante a ditadura que sustentava os seus valores é o fado. A ideia de uma nação cordial, obediente, que aceita a pobreza como uma grandiosidade, esperando uma recompensa posterior por tanto sofrimento, por exemplo, na obra de Mãe, é difundida pelo fado de Amália Rodrigues. Este é o veículo que auxilia a incutir essa memória na população.

divirtam-se gentes da minha terra, não é desgraça ser pobre, punhamos a amália a dizer, e que numa casa portuguesa há pão e vinho e um conforto pobrezinho e fartura de carinho, e ela que ia a França comprar vestidos onde se vestiam as estrelas de cinema americano e se embonecava de joias e até tinha visto o Brasil e a Espanha, servia para que a amássemos e fôssemos pensando que estávamos todos tão bem ali metidos, éramos todos tão boas pessoas, tão bons homens, realmente.²⁷

No excerto, o narrador faz uma referência bastante explícita à canção “Uma casa portuguesa”, cuja letra é de Reinaldo Ferreira (s.d.). De acordo com a letra da canção, “a alegria da pobreza/ está nesta grande riqueza/ de dar e ficar contente”. Ou seja, como explicita Silva, não é horrível ser pobre, é grandioso ter pouco e ainda dividir. Outro trecho claramente citado é o seguinte:

[...]
No conforto pobrezinho do meu lar
há fartura de carinho.

²⁶ Ibid., p. 86.

²⁷ Ibid., p. 134.

E a cortina da janela é o luar,
mais o sol que bate nela;
Basta pouco, pouquinho pra alegrar
uma existência singela;
[...]

Fica bastante explícita na canção a ideia de grandiosidade da pobreza. A imagem poética da cortina da janela ameniza a pobreza de não se ter sequer uma cortina. Afinal, isso não importa, pois, para um bom português, de existência singela, basta pouquíssimo para ser feliz. Sem desconsiderar o valor artístico de Amália, é importante atentar para o fato de que o discurso reproduzido em suas canções colaborou para que a população pensasse dessa maneira, auxiliou na manutenção do conformismo em relação à condição em que se encontrava. Silva tem a consciência de que Amália diz isso em sua canção, mas não pratica seu próprio discurso, tendo em vista que compra vestidos e joias luxuosos em outros países. Entretanto, não consegue sentir raiva da cantora, afirmando que, se existisse céu, escolheria Amália para ficar nele, o que configura uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que percebe a carga negativa do discurso da cantora, sente admiração por ela. Daí o êxito da manipulação realizada durante o regime salazarista. Mesmo revisitando seu passado e tendo um olhar crítico sobre ele, o narrador não consegue desvencilhar-se do afeto que sente pela cantora, um afeto que é perverso, corrosivo, pois fez toda uma nação parar resignada.

Silva relembra os símbolos do Estado Novo com um olhar crítico sobre o passado, buscando revisar suas ações. A ideia de viver em um país do qual poderia se orgulhar, no passado, é contraposta à visão de um presente que evidencia desilusão em relação ao país. Paul Ricoeur (2005), em “O perdão pode curar?”, aponta para a necessidade de questionar a ideia de que somente o futuro é aberto. Ao passado, caberia o fechamento e a determinação. Claro que não há como mudar os fatos que já aconteceram. Entretanto, os sentidos, as representações sobre ele construídas são diversas. Desse modo, não só os fatos ocorridos no passado estão abertos a interpretações diferentes, mas também se modificam os projetos do sujeito que lembra, com um efeito de

“acerto de contas”. É, portanto, a carga moral desse passado que pode ser modificada, carga esta que pesa tanto sobre o presente quanto sobre o futuro. Silva, ao revisar seu passado, busca novos sentidos aos fatos de sua vida. E, por isso, a narrativa remete a um “acerto de contas”, como diz Ricoeur, do narrador consigo mesmo.

3 AS NARRATIVAS DO PASSADO E A BUSCA POR SENTIDOS

3.1 HISTÓRIA, PASSADO E REPRESENTAÇÃO

Se a memória possibilita a revisitação ao passado, não tal qual como ele era, mas com imagens já modificadas diversas vezes pelos diferentes momentos em que ocorreu a lembrança, é fundamental pensar acerca da história que esse passado retoma. Jacques Le Goff (1990), em *História e memória*, esclarece que há, pelo menos, três conceitos diferentes para história nas línguas românicas: a busca pelas ações realizadas pelo homem que se esforça para a constituição de uma ciência; o objeto de procura como sendo o que os homens realizaram; por fim, a narração. É este último sentido o que mais interessa a esta pesquisa. De acordo com o historiador, “uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na ‘realidade histórica’ ou puramente imaginária – pode ser uma narração histórica ou uma fábula” (1990, p. 18). Nesse sentido, está clara a ambiguidade, que se manteve ao longo de muitas épocas, causada pelo uso do termo para duas narrações tão distintas entre si.

Como já foi abordado no capítulo anterior, o ato de narrar é fundamental à memória, pois é por meio dele que a informação constitui-se após a ocorrência do acontecimento. Cabe ressaltar a importância desse ato também para a história, uma vez que a partir dele o sujeito que lembra comunica ao mundo seu conhecimento do que ocorreu no passado. Paul Ricoeur (2005) também destaca, assim como Le Goff, a importância da narração para a lembrança, entendendo como narrativa a arte de contar em geral. O filósofo reflete sobre a noção de compulsão de repetição, desenvolvida por Sigmund Freud, que é um grande obstáculo para alcançar a cura psicanalítica, pois o lugar da lembrança esperada é ocupado pela repetição. A resistência à lembrança acaba constituindo-se uma espécie de trabalho. Para ele, essa

noção de trabalho de lembrança esclarece o paradoxo sobre o excesso e a escassez de memória de que sofrem os povos: é com essa obsessão ao passado que se satisfazem os povos com excesso de memória; entretanto, também é essa compulsão que os leva a fugir do passado, com medo de se perder na angústia que ela causa. O que corresponderia ao trabalho da lembrança nessa situação seria o uso crítico da memória. É pensando nesse uso, então, que ele reflete sobre a importância da narração. Conforme afirma,

É, pois, ao nível da narrativa que se exerce o primeiro trabalho de lembrança. E a crítica ainda agora evocada parece-me consistir no cuidado em contar a outrem as histórias do passado, em contá-las também do ponto de vista do outro - outro, meu amigo ou meu adversário. Este rearranjo do passado, consistindo em contá-lo a outro e do ponto de vista do outro, assume uma importância decisiva, quando se trata dos acontecimentos fundadores da História e da memória comuns. (RICOEUR, 2005, p. 4)

Ricoeur também destaca a importância da alteridade nesse ato. Nesse sentido, pode-se pensar na importância da narração como afirmação diante do outro, seja ele amigo ou adversário, como afirma o autor. Se o pensamento for estendido para a narração no que se refere à história, seria a afirmação diante do outro por meio da história seja no nível individual, seja no coletivo, podendo-se assumir o ponto de vista do outro. No ato de rearranjar o passado contando-o do ponto de vista do outro e para o outro, reside um aspecto fundamental no que diz respeito aos acontecimentos da história e da memória comuns, como ressalta o filósofo, pois é a esse nível que a compulsão de repetição oferece maior resistência. O trabalho da lembrança torna-se mais difícil, pois a história e a memória comuns amparam, sustentam a repetição. Assim, pode-se pensar sobre como se constituem a história e o passado no ato narrativo.

Segundo Le Goff (1990), lembrando a frase de Benedetto Croce, toda a história é história contemporânea, pois, por mais que pareçam estar distantes no tempo, os acontecimentos tratados pela história sempre estão em sintonia com o contexto do presente. Isso porque é a partir do presente que se pensa o passado. Nesse sentido, o passado é “[...] uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa

da história” (LE GOFF, 1990, p. 25). A veracidade da afirmação se dá por dois aspectos: devido ao fato de o progresso dos materiais e das técnicas permitir o pensamento de que ainda há muito a se descobrir sobre os documentos do passado; e devido ao fato de as novas leituras de documentos, realizadas no presente, proporcionarem uma sobrevivência a esse passado, que acaba deixando de sê-lo. É importante refletir também que, além de o passado ser narrado no tempo presente, ele também é narrado para o presente. É o esclarecimento do presente que justifica o interesse no passado. As narrativas do passado, dessa forma, impõem-se como necessárias para dar sentido à existência dos homens no presente.

Para Le Goff (1990), a história é a ciência do passado, tornando-se este objeto daquela. E é pensando na reconstrução constante do passado que volta a avaliar determinados acontecimentos e como se pode abordá-los de acordo com cada época. Desse modo, cada época é responsável por fabricar uma nova representação do passado. A ideia de representação é fundamental, pois a partir dela pode-se pensar que o passado não é estanque e fechado. Na medida em que é reconstruída pela memória do sujeito que lembra, a lembrança envolve também o presente do momento dessa reconstrução, indo ao encontro do que diz Ricoeur (2005) sobre a necessidade de se ver os fatos do passado considerando a possibilidade de diferentes sentidos e interpretações. Se a representação possibilita a percepção de que a história é construída pelo sujeito, interessa ressaltar, da mesma forma, que ela se dá na linguagem e pela linguagem. Assim, volta-se o olhar para as relações entre a sociedade e a linguagem, pois a linguagem, bem como as representações (história e literatura, por exemplo) criadas por ela, ao mesmo tempo em que são fruto da sociedade denotam um posicionamento em relação a ela.

A forma de o homem entender o mundo e expressá-lo se dá pela linguagem. Desse modo, da mesma forma que a linguagem cumpre um papel fundamental em relação à memória, também o faz em relação à história, visto que o modo como o homem vê a história também se dá pela linguagem. A narração dos acontecimentos, bem como a representação das coisas, só é possível por meio da linguagem, e a narração e a representação estão

atreladas a um passado. Nesse sentido, pode-se questionar o valor de verdade, objetivo do texto histórico, devido ao seu inevitável caráter de construção linguística e pensar na relação entre o texto ficcional e o histórico/científico.

Teresa Cristina Cerdeira da Silva (1999), em “Na crise do histórico, a aura da história”, faz um contraponto entre ficção e fato, afirmando que, na ficção, tem-se a expansão das fronteiras do imaginário e o afastamento do objeto a fim de se criar uma imagem dele. A linguagem como imagem, de acordo com a autora, configura-se ausência do fato, sendo, portanto, a consciência ou denúncia do aprisionamento que a linguagem também gera. No entanto, isso não significa negar a história, e sim passar a entendê-la não como uma verdade universal e livre de qualquer questionamento, mas como construção elaborada a partir de um ponto de vista específico.

Indo ao encontro dessas ideias, Cerdeira (1999) também vê o documento como produção cultural criada para impor ao futuro uma visão da história. Questionar os documentos não significa tomá-los como falsos, mas implica conhecer as condições que geraram sua produção. A literatura, por sua vez, possibilita a realização dessas indagações sobre os documentos e os analisa de forma diversa da apresentada pela perspectiva da história oficial, fazendo-os falar também de modo diverso. A ficção, para a pesquisadora, ultrapassa a disputa pela verdade com o referente. Ela toma para si o desvio, a reinvenção, visto que é da ordem da criação. Nesse sentido, Cerdeira também enfatiza a necessidade de não tomar para si essa disputa pela verdade, o que denomina por “perder o mundo”, para conseguir recriar esse mundo.

Helder Macedo (1999, p. 38), em “As telas da memória”, relaciona a história à memória e também à noção de significação. De acordo com ele,

O que chamamos História é também uma percepção da memória: a memória própria de quem viveu ou observou o que aconteceu, o testemunho de outros, registros, documentos, imagens. A História nunca é aquilo que aconteceu mas aquilo que permite significar o que aconteceu.

Se a história é uma percepção da memória, do sujeito que viveu ou observou os acontecimentos, ela está sujeita a questionamentos tanto quanto outras narrativas podem estar. Essa ideia se confirma, sobretudo, pela segunda afirmação do autor sobre a história ser não o que ocorreu, mas o que possibilita significar o que ocorreu. Assim, novamente cabe a noção de representação, tendo em vista que o signo que representa o passado não é o passado em si, e sua possível significação sofre alterações de acordo com o presente.

Acresce-se a essas ideias de Le Goff, Cerdeira e Macedo, as teses “Sobre o conceito da história”, de Walter Benjamin (1994, p. 223.): “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja num momento de perigo”. Relampejar, nesse sentido, pode assumir o significado de iluminar, pois se volta o olhar para o passado a fim de iluminar o presente. Para o filósofo, desse modo, o passado é construído como resultado de articulação, e não de descrição, pois a história, e a memória também, é objeto de uma construção ativa, refletida pela observação no tempo presente. Essa concepção de passado vai ao encontro do conceito de lembrança, fundamental a este trabalho, definido por Halbwachs (2003), que vê esta como objeto de reconstruções realizadas em outros momentos e nas quais a imagem já havia sido alterada.

Sobre a dependência da história do passado no que se refere ao presente, Le Goff (1990, p. 26) evidencia sua preocupação:

Ela é inevitável e legítima, na medida em que o passado não deixa de viver e de se tornar presente. Esta longa duração do passado não deve, no entanto, impedir o historiador de se distanciar do passado, uma distância reverente, necessária para que o respeite e evite o anacronismo.

Dessa forma, a história deve auxiliar no esclarecimento da memória e na retificação de seus erros. Se a memória implica um jogo de poder, proporcionando manipulações de forma consciente ou inconsciente, e de forma a obedecer a interesses tanto individuais quanto coletivos, a história, bem

como as demais ciências, tem como objetivo a verdade (LE GOFF, 1990). Na literatura, não há esse compromisso com a verdade. O discurso literário apresenta visões divergentes da perspectiva oficial da história, como enfatiza Cerdeira (1999), visto que questiona os documentos oficiais a fim de evidenciar uma visão diversa da oficial, destitui-lhe o poder a favor das falas silenciadas, mostrando como o discurso histórico carrega consigo por tanto tempo a fragilidade de ter como objetivo a verdade. O que Helder Macedo (1999) afirma sobre o discurso histórico está em concordância com as ideias de Cerdeira (1999). Para ele, o discurso histórico tem em comum com o discurso literário o fato de ambos constituírem-se “representações semânticas” que são retocadas, pois necessitam de uma perspectiva autoral, e toda perspectiva autoral implica uma ideologia. Nesse sentido, pode-se pensar num alargamento de fronteiras entre a história e a literatura quando se articula o rigor do historiador à liberdade do ficcionista.

É tradicional a diferenciação entre as duas áreas. Aristóteles (1964), em sua *Poética*, já evidencia a preocupação em distinguir os dois campos. Para ele, ao escritor não cabe narrar exatamente o que aconteceu, mas o que poderia ter acontecido de acordo com a verossimilhança ou a necessidade. A diferenciação entre o historiador e o escritor não está na forma com que optam estruturar seus textos, mas no fato de o primeiro dizer o que aconteceu e o segundo o que poderia acontecer. De acordo com essa concepção tradicional, o relativismo cabe somente à narrativa literária. Entretanto, conforme Macedo (1999), não pode ser apenas assim porque, se fosse, essa seria a maior limitação da história, como ocorreu no século XIX com a falsa objetividade científica do determinismo organicista. Seguindo a linha de pensamento do português, pode-se por em xeque, então, tanto a narrativa literária quanto a histórica.

Mas a incerteza não é matéria legítima da Literatura? Sim, é claro, e se calhar a Literatura foi inventada para isso mesmo. Mas está a tornar-se também a da História, como História, refletindo todo um novo relativismo que virá, entre muitas outras razões, do colapso das hierarquias tradicionais, do deslocamento dos antigos centros de poder político, da globalização da economia, da emancipação das mulheres, tudo, em suma, acontecimentos que têm a ver com o

nosso tempo e que, por isso, permitem ver no tempo passado um equivalente relativismo. (MACEDO, 1999, p. 42)

Esse relativismo igualmente possível para a narrativa histórica está ligado também ao fato anteriormente mencionado de a história ser uma percepção da memória construída por um sujeito e, portanto, perpassada de interpretação e ideologia. Além disso, esse relativismo está relacionado à concepção de nova história. Jacques Le Goff é um dos historiadores que auxiliou no desenvolvimento dessa nova concepção de história, a qual está associada à Escola dos Annales, que sofreu influência, assim como Maurice Halbwachs, da visão de Émile Durkheim. De acordo com a nova história, a objetividade da história é considerada irreal, pois não é possível evitar olhar o passado sob uma perspectiva particular.²⁸ A percepção do mundo está intimamente ligada a convenções e estereótipos que diferem em conformidade com as culturas de que fazem parte. Desse modo, a ênfase é dada, nesse caso, para a variedade de pontos de vista que se opõem, deslizando o ideal do paradigma histórico de uma única voz para a multiplicidade de vozes, que divergem entre si e se opõem.

O romance de Valter Hugo Mãe não altera os dados sobre a história oficial de Portugal ao apresentar as lembranças de Silva acerca do período ditatorial. Todavia, há outros romancistas portugueses que inventam dados históricos a fim de subverter o discurso histórico por meio do literário. Um exemplo, nesse caso, é o romance *As naus* (1988), de António Lobo Antunes, em que as personagens históricas são apresentadas de forma rebaixada e irônica. O autor vale-se da paródia para deslocar a elevação épica para o momento pós-independência das colônias, de forma a mostrar que o passado glorioso dos portugueses não foi tão glorioso assim. A retomada da história, nesse sentido, ocorre a fim de questionar e desconstruir o que esse discurso revela. É possível citar também a obra de José Saramago, que em vários romances evidencia o conhecimento sobre a impossibilidade de resgatar o

²⁸ Le Goff (1990) ainda não teria essa visão sobre a objetividade histórica, mas a considera um objetivo ambicioso que pode ser construído a partir da acumulação de verdades parciais. É a noção de verdade parcial que possibilitou posteriormente chegar à conclusão da irrealidade da objetividade histórica.

passado, mas a possibilidade de representá-lo, de forma a emendar a história, como afirma Cerdeira (1999). Em *História do cerco de Lisboa* (1989), por exemplo, Raimundo Silva, um revisor que está corrigindo a obra que dá título ao romance, quer alterar uma afirmação do texto inserindo o advérbio “não”, conferindo a esta o sentido oposto ao original: o de que os cruzados não aceitaram ajudar o rei de Portugal a tomar a cidade dos mouros. Essa inserção mostra a fragilidade que o discurso histórico carrega consigo, bem como aponta para o fato de ser uma construção de homens, os quais imaginam diferentes histórias. Apesar de o romance de Mãe não seguir esses parâmetros, não significa que não há tensionamento do discurso literário com o discurso histórico. Interessa, então, esclarecer a implementação da ditadura em Portugal, momento rememorado pelo narrador no romance, a fim de entender como se constitui na narrativa o jogo com o discurso histórico.

Em *Breve história de Portugal*, António Henrique de Oliveira Marques (1996) explica como foi o surgimento da ditadura em Portugal e como António de Oliveira Salazar conseguiu chegar ao poder. O ditador foi contratado para controlar as finanças do país, que passava por uma grave crise financeira. Após o sucesso de sua política financeira, passou a ter grande prestígio, de modo que se converteu em “salvador da Nação”. Seus discursos, a partir de 1929, já não eram apenas sobre assuntos financeiros. Salazar iniciou nesse momento seu discurso nacionalista a fim de causar o sentimento de identificação na nação portuguesa, fortemente fragilizada com as dificuldades do país. Por trás dele, existiam forças que apoiavam suas atitudes em troca da resolução de algumas questões no futuro. São elas o capital e a banca, a Igreja, a maioria do exército, os intelectuais da direita e os monárquicos. Após a implementação do Estado Novo, em 1933, Salazar começou a interferir muito mais em todos os aspectos da vida nacional, inclusive na educação, a fim de conduzir as ações das pessoas.

No capítulo intitulado “herdar Portugal”, Silva apresenta sua visão sobre a educação nessa época:

quando as crianças daquele tempo estudavam lá lá ri lá lá ela ele eles elas alto altar altura lusitos lusitas viva salazar viva salazar, toda a gente achava que se estudava assim por bem, e rezava-se na escola para que deus e a nossa senhora e aquele séquito de santinhos e santinhas pairassem sobre a cabeça de uma cidadania temente e tão bem-comportada. assim se aguentava a pobreza com uma paciência endurecida, porque éramos todos muito robustos, na verdade, que povo robusto o nosso, a atravessar aquele deserto de liberdade que nunca mais acabava mas que também não saberíamos ainda contestar.²⁹

Com um tom irônico, o narrador revela a atuação das elites católicas na educação, as quais auxiliavam o governo. A cidadania era uma ilusão. A postura que se desejava era a de submissão ao regime. Assim, aguentava-se tudo, inclusive a pobreza, pois se incutia na sociedade uma ideia de decência, de que o sacrifício por que todos passavam iria compensar, na medida em que os levaria à candura e à pureza, como esclarece o próprio narrador. A descrição feita por António condiz com a narrativa histórica portuguesa; entretanto, ele o faz de forma irônica, reproduzindo a fala das crianças na escola logo no início do excerto e utilizando diminutivos. A reprodução dessa fala revela, da mesma forma, a inocência infantil ao repetir o discurso ditatorial escolarizado; por isso causa um efeito irônico: o sentido da narração de Silva é o oposto do presente na fala das crianças.

Para Walter Benjamin (1994), o passado se revela apenas quando há a necessidade de rememoração no presente. Esta ocorre devido ao fato de o passado precisar ser redimido. Na vida de Silva, o passado é revelado, pois há essa necessidade de que fala Benjamin. O narrador assume para si a árdua tarefa de rememorá-lo em busca da experiência, nos termos de Benjamin. De acordo com este, a arte de narrar estava extremamente ameaçada. Com a guerra, esse fenômeno prevaleceu, e foi possível observar que os combatentes voltavam mudos das batalhas, não conseguiam comunicar suas experiências. O filósofo contrapõe experiência e vivência, estando a primeira relacionada à tradição coletiva, ao ato de narrar histórias entre gerações diferentes e de transmitir ensinamentos; a segunda, mais desenraizada e fugaz, estaria tomando o lugar da primeira.

²⁹ Ibid., p. 82.

Benjamin (1994) destaca que, devido à despersonalização que o sujeito burguês sofre, como reação, ocorre a tentativa de amenizar esse quadro por meio da apropriação de todos os elementos que o cercam na vida privada: família, casa, objetos pessoais, entre outros. O apego de Silva à família sugere esse movimento de tentar redimir o quadro de despersonalização, certamente intensificado pelo período ditatorial. A memória de Laura, esposa que tanto amava, e dos filhos, é o que resta para sua vida infeliz no asilo. Buscar sentido para o passado, desse modo, configura-se uma necessidade para manter a vida no presente.

Sobre sua vida com Laura, ele relembra o seguinte:

não creio que algum dia tenha sido suficientemente amigo de alguém. fui sempre um homem de família, para a família, e o meu raio de ação esgotava-se essencialmente na minha mulher, nos meus filhos, e nos meus pais enquanto foram vivos.³⁰

Nesse trecho, fica bastante claro o nível de dedicação à família do narrador, o que evidencia, por meio da representação de uma história “parcial”, a representação de uma história mais ampla, a de um povo que, a fim de manter a sobrevivência no período, volta-se exclusivamente para a família e o trabalho. Pensando pela perspectiva da nova história, a narrativa de Silva pode ser considerada uma “história vista de baixo”, como afirma Peter Burke (2011, p. 13), que evidencia a opinião de uma pessoa comum e sua experiência da mudança social. Essa noção estabelece diálogo com a concepção de memória individual, de Halbwachs (2003), que afirma ser esta um ponto de vista sobre a memória coletiva. Seria a memória individual, então, que proporcionaria a concretização da “história vista de baixo”, ou seja, da história “menor”, que considera as pessoas comuns, pontos de vista anteriormente sem legitimidade de expressão, em contraposição com a perspectiva da história oficial, dos grandes homens e grandes fatos.

A visão que ele tem sobre sua história também condiz com essa percepção da nova história:

³⁰ Ibid., p. 171.

assim, confessei, fiz uma cabeça de periferia, paisagista, um pouco ao largo das coisas, longe de ter influído nas decisões. a minha história é a de todos os homens. não é história nenhuma, não tem novidade. passei a nenhum heroísmo senão o de ter chegado a velho e apaixonado, que muitos não o conseguiram e talvez o tivessem querido tanto quanto eu.³¹

O narrador tem consciência da posição periférica que ocupou durante a vida, sem afastar-se de sua rotina e obrigações diárias. Dentro das possibilidades que viu na vida, sua maior conquista foi o amor pela esposa. Daí o pensamento de que sua história não é nenhuma. A narrativa de Silva é, assim, a narrativa do cotidiano. A história é abordada no romance da seguinte forma: o cotidiano é tomado como ponto de partida para evidenciar os resultados relativos ao grande acontecimento histórico da ditadura salazarista na vida de pessoas comuns como António. Como já destacado anteriormente, o romance de Mãe não distorce os fatos históricos, mas os mostra por uma perspectiva outra, diferente da apresentada pela história oficial. E essa perspectiva enfatiza ainda o seu caráter marginal, uma vez que se trata da visão de um idoso, destituído das condições que lhe proporcionavam sentir-se sujeito da sociedade, como abordado no capítulo anterior, internado em um asilo, local que o aparta ainda mais da sociedade.

No asilo, as lembranças que Silva têm do período histórico em que viveu revelam diferentes posicionamentos sobre a época. A postura que toma para si referente aos relacionamentos, tanto de amizade quanto familiares, e conseqüentemente relativa à política não significa a concordância com o regime ditatorial, mas é adotada como uma forma de sobreviver a ele. No exemplo a seguir, tem-se a visão do narrador sobre o momento histórico a partir de seu cotidiano:

[...] eu e a Laura fizemos a vida através de um padrão discreto de rebeldia. era uma rebeldia nenhuma, mas antes uma mágoa que não nos fazia agir contra nada nem ninguém, e só amargava as ideias para os intentos dos outros. isto passava sobretudo pelo regime,

³¹ Ibid., p. 94.

claro, ao qual não desobedecíamos mas do qual não gostávamos particularmente.³²

Assim como grande parte da população da época, devido certamente também aos valores religiosos muito incentivados durante a ditadura, Silva priorizava a proteção do núcleo familiar. Não havendo espaço para a experiência nesse meio, a reação de Silva, assim como de grande parte dos portugueses, é voltar-se para a família em busca da apropriação do que compõe a vida privada, em consonância com as ideias de Benjamin (1994), e também com a necessidade de conferir-lhe segurança diante da repressão que poderia sofrer caso se manifestasse contra o regime. Assim, a postura tomada pelo narrador não pressupõe a concordância com o regime, o que configuraria uma completa alienação, mas também não subentende uma compreensão muito clara do momento histórico em que vive, uma vez que a contradição é bastante frequente em suas ações.

Outra lembrança muito importante sobre o cotidiano do narrador é a de uma terça-feira, dia 5 de setembro de 1967. Nesse dia, antes de fechar a barbearia da qual era proprietário e de onde provinha o único sustento de sua família, entra no local um homem assustado, que parecia não saber o que fazer ou dizer. Seu olhar era de medo. Fugia da polícia. Silva indica-lhe o compartimento interior da barbearia. Ele entra e agacha-se calado. Alguns segundos depois, os policiais da polícia secreta chegam naquele ponto da rua olhando para todos os lados, procurando alguém. Eles questionam António sobre o horário de fechar a barbearia. Ao mesmo tempo em que o questionam, ele roda as chaves da barbearia para ficar mais longe de entrar no estabelecimento. Nesse momento da narrativa, é muito bem explorado o sentimento do narrador, que sente um “medo grande”³³ da polícia, pois sabia quais eram seus meios de atuar e o quanto, sabendo disso, estava pondo em risco sua família.

Ao chegar em casa, não consegue parar de pensar no homem, “muito mais jovem do que [ele], [que] ao contrário de se ter habituado à ditadura,

³² Ibid., p. 171.

³³ Ibid., p. 132.

andava a miná-la como sabia, criando brechas aqui e acolá para que ao menos se soubesse que o povo gangrenava descontente”³⁴. Era terrível essa postura de contestação, tendo em vista que era o que o Estado Novo menos queria, conforme esclarece Silva. Este faz uma analogia da sociedade portuguesa como carneiros bem ordenados. Ainda sobre Salazar, Silva afirma:

e ele pensava que éramos de facto todos inertes e cordeiros, obrigados às manifestações de louvor e proibidos de contestação. o salazar pensava, na verdade, que na pior das hipóteses eram todos como eu, um pai de família acima de tudo, cuja maior rebeldia seria abdicar da igreja, mesmo assim discretamente, tanto quanto possível.³⁵

O que levava a população a não se manifestar era o medo de sofrer as consequências a que os policiais poderiam submetê-la, a tortura ou até a morte. Além disso, quem tinha família temia por ela também. O narrador manifesta sua maior rebeldia abdicando das idas à igreja, mas não pôde deixar de batizar os filhos, pois, do contrário, não seriam deixados em paz, tendo em vista que “[...] quem não fosse batizado não valia de muito na sociedade e haveria de ser rejeitado em inúmeras oportunidades”³⁶.

Apesar de ter medo do que poderia ocorrer com sua família devido ao fato de ter ajudado esse homem, o narrador sente orgulho de tê-lo feito. Muitas vezes o vê depois, “a fazer-se doutor”³⁷. Passava na barbearia para cortar o cabelo e apresentava a Silva propagandas antifascistas. Silva proibiu o jovem de aparecer ali com panfletos, folhetos, livros ou qualquer coisa que pudesse incriminá-lo. Ele lembra que “era uma covardia típica de laura para pensar nos filhos e no futuro”³⁸; entretanto, obedecia. Silva gostava de saber que havia pessoas com menos medo e compromissos que ele e que faziam algo para que a situação mudasse.

Apesar de inicialmente acolher o jovem e sentir orgulho dele e da ação que realiza para ajudá-lo, posteriormente se arrepende e acaba por entregá-lo

³⁴ Ibid., p. 132.

³⁵ Ibid., p. 133.

³⁶ Ibid., p. 133.

³⁷ Ibid., p. 135.

³⁸ Ibid., p. 136.

à polícia. Ele relembra esse acontecimento no asilo, agora com orgulho por auxiliar a polícia.

[...] entreguei-o, quase sentindo uma euforia interior que tinha de abafar, uma euforia por ter conseguido levar aqueles policiais experientes a seguir o caminho que eu indicava, sem suspeita de maior nem retorno. expliquei-lhes que no sábado seria dia para o ver.³⁹

Essa atitude se revela contraditória, pois Silva, em muitos momentos da narrativa, rememora a admiração que tem por esse jovem devido ao fato de ter a coragem que ele não tem para enfrentar o regime vigente. Portanto, não sentiria felicidade por entregá-lo à polícia. O período ditatorial em que viveu deixou-lhe marcas tão profundas que o narrador passa a ter atitudes semelhantes às que repudia de forma inconsciente. Nesse sentido, o medo instaurado pela ditadura é que determina essa contradição que se faz permanente, pois, assim como deseja ajudar o estudante, também quer ajudar a família; às vezes atua contra o regime, às vezes a favor, expressando ora o sentimento de orgulho, ora o de arrependimento.

Ao longo da narrativa, Silva traz à tona, juntamente com a lembrança das situações em que viveu, a lembrança do sentimento que elas causavam. Por isso, em determinados momentos, ele afirma ser difícil discernir o que era certo e errado e também, em outros, mostra uma postura mais incomodada com o regime já no momento da lembrança, e não somente no presente da narração.

Ainda quando mais novo, Silva começa a se dar conta do que estava acontecendo à sociedade. Como é possível perceber a partir do que já foi abordado, queria poder manifestar-se, agir contra a ditadura, mas a responsabilidade de ter uma família, os filhos pequenos ainda necessitando de proteção e sustento davam a ele e a sua esposa “medos” e “prudências”⁴⁰. Laura não queria que a política fosse assunto dentro de casa. Desse modo, ele faz a seguinte reflexão avaliando sua postura:

³⁹ Ibid., p. 183.

⁴⁰ Ibid., p. 133.

eu deixava que a sociedade fosse apodrecendo sob aquele tecido de famílias de bem, um mar imenso de famílias de aparências, todas numa lavagem cerebral social que lhes punha o mundo diante dos olhos sublinhado a lápis azul, para melhor vermos diante dos olhos o que melhor queriam que apreciássemos. ai as glórias de salazar, eram tão grandes as pontes e longas as estradas, eram tão bonitas as criancinhas a fazerem desporto e a cantarem letrinhas patrióticas. parecíamos um grande cenários de legos, pobrezinhos mas tão lavadinhos por dentro e por fora, a obedecer.⁴¹

As famílias eram consideradas de bem por não se envolverem com a política, assim como a família de Silva. Contudo, não definir seu posicionamento diante da sociedade é assumir um. Se a sociedade não se manifestava contra a ditadura, acabava contribuindo para o funcionamento do sistema a partir da estagnação social. Uma forma de manter as famílias coniventes e com o pensamento de que o regime era favorável à sociedade era apresentar as “glórias de salazar”. O narrador utiliza, então, diminutivos para reduzir essas glórias e acentuar a ingenuidade das pessoas que, assim como ele na época, reproduziam o que deles era esperado pelo regime. Ele se vale da analogia com os legos a fim de mostrar o quanto a população era manipulável; porém limpinha, indo ao encontro da ideia de pureza incutida em todos pela Igreja. Dessa forma, é possível perceber que as lembranças do passado de Silva são permeadas pelos juízos de valor que vai tendo acerca de suas atitudes e que representam o modo como viveram muitas outras famílias na época.

Para Le Goff (1990), a objetividade histórica é um objetivo ambicioso cuja construção parte de constantes reavaliações do trabalho histórico e, sobretudo, da acumulação de verdades parciais. Essa noção de parcialidade relativa à verdade permite a reflexão sobre os jogos de poder que a envolvem. Ora, a parcialidade para a determinação de uma verdade implica a legitimidade para narrar uma história a ponto de que esta possa ser tomada como verdade. Com certeza, pensando no método historicista, o qual é criticado por Benjamin (1994), percebe-se que este estabelece um vínculo com o vencedor, de forma a evidenciar seu efeito: ser excludente. O que ocorre na narrativa de Mãe é a possibilidade de tornar legítima uma história de um não vencedor, uma verdade

⁴¹ Ibid., p. 133.

parcial, de um homem comum como o narrador. Esse movimento assemelha-se ao que Benjamin (1994) toma para si quando reflete sobre a tarefa de fundar uma nova temporalidade, diferente da linear. Esta última apresenta um tempo vazio e homogêneo, em que o espaço é o da soma por encadeamento de fatos. Nessa historiografia, existe lugar apenas para o que foi tido como sucesso; o que não foi registrado ou que foi frustrado não possui lugar. A nova temporalidade seria, então, uma forma de suplantar o conhecimento histórico e de romper com a história dos vencedores, aproximando-se à concepção de multiplicidade do tempo da nova história. A história de Silva não é a história de um vencedor. É, sim, uma narrativa que procura encontrar sentidos para um momento histórico tão conturbado e perturbador na vida desse português e de tantos outros que não são mencionados diretamente, mas que, pela própria escolha de um nome tão comum como Silva, são indiretamente lembrados e citados nessa história. A António, assim como a outros portugueses, não há possibilidade de sintetizar sua história em um único sentido devido à forte influência que a ditadura fascista exerceu em sua vida e que gerou um conflito identitário muito intenso. Por isso, existe a predominância na narrativa de paradoxos e contradições em seu pensamento.

3.2 O ROMANCE HISTÓRICO E O LUGAR DO NACIONALISMO

Pensar memória, história e passado relacionados à arte literária implica pensar também o gênero em que ocorre a expressão desses conceitos. Na literatura, o romance histórico agiu no sentido de recuperar a história estabelecendo um distanciamento pela perspectiva do narrador onisciente, o qual representava ainda um sujeito unificado e estável que reproduzia, por sua vez, uma narrativa que carregava suas características: com estabilidade no foco narrativo e uma perspectiva da história condizente com o conhecimento histórico da época. No caso da literatura portuguesa contemporânea, a

retomada da história ocorre no sentido de questioná-la, subvertê-la apresentando uma perspectiva diferente da reconhecida pela história oficial, utilizando uma memória individual para tanto. O fato de considerar a memória de uma personagem para contextualizar um momento histórico, revelando a influência daquele determinado momento em seu cotidiano, por si só já evidencia o caráter não oficial do discurso romanesco.

Maria de Fátima Marinho (1999, p. 12, grifos da autora), em *O romance histórico em Portugal*, define esse tipo de romance da seguinte forma:

Trata-se de um *gênero híbrido*, na medida em que é próprio da sua essência a conjugação da ficcionalidade inerente ao romance, e de uma certa *verdade*, apanágio da História. [...] Espartilhado assim, entre a liberdade de romancista e as limitações do historiador, o autor de romances históricos deverá assumir essa fundamental ambiguidade, visando, através da representação de factos objectivos, a respectiva transcendência, ou então, estabelecendo uma relação metafórica com modelos arquetípicos.

A pesquisadora confirma, com sua definição do gênero, a existência de uma noção de verdade, relacionada ao texto histórico, que não caberia tradicionalmente ao texto literário.

Marinho (1999) explica que o caráter didático era inerente ao romance histórico. Para ela, Antero Figueiredo, escritor português do século XIX e início do XX, é quem explicita o sentimento de muitos escritores que, desde Alexandre Herculano, acreditam que a arte é a melhor forma de divulgar os feitos de uma nação. Assim, os escritores também agiam como manipuladores da memória, na medida em que, da mesma forma que os historiadores, selecionavam o que precisava ou não ser ensinado e lembrado pela nação, aquilo de que todos deveriam se orgulhar, gerando o sentimento de nacionalismo.

É possível perceber que o ato de voltar-se para o passado com a visão romantizada do século XIX foi resultado da promoção da paixão pela história, que ocorreu nesse mesmo século. De acordo com Le Goff (1990), essa promoção foi criada pela inspiração burguesa a que estão ligadas as noções de classe, democracia e de sentimento nacional. Deve-se lembrar também, como

ressalta Ruggiero Romano (1994), que a ideia de nação teve seu ápice justamente no romantismo, já no decorrer do século XVIII, e estava relacionada, nessa época, muito mais à alma e ao espírito do que à matéria corpórea. Com as mudanças nos conceitos de nação e Estado – a identificação entre nação e liberdade, a liberdade tida como característica essencial e o Estado totalizador de Georg Hegel, que se baseia em uma rigorosa ética –, o século XIX só poderia ser um século de grandes histórias nacionais. Teriam direito a uma história nacional, inicialmente, os países que apresentavam uma unidade nacional bem consolidada há bastante tempo, de nacionalidades satisfeitas. Os demais, de nacionalidades frustradas, buscavam provar que havia uma linha condutora na história nacional (ROMANO, 1994).

A historiografia satisfeita, conforme Romano (1994), construiu um modelo de nação ideal e identificava esta com um Estado ideal. Isso resultou em um Estado-nação unitário. E, assim, criaram-se obras para explicar a formação dos Grandes Estados Unitários Modernos, as quais eram dirigidas à opinião pública. Essas histórias nacionais acabaram gerando, então, o sentido de nacionalidade e de nacionalismo, tendo este último como consequência o racismo, seja ele implícito ou explícito – visto que fazia crer na essência de um povo como realidade, e não como construção da história. Até a geografia auxiliou na afirmação de uma nova nação, na medida em que até a metade do século XIX a cultura europeia via a nação como um espaço delimitado por fronteiras naturais, em que se falava a mesma língua, se tinha a mesma religião e em que a união se dava por um espírito nacional.

Nesse sentido, tendo em vista a necessidade que as nações viam no momento de afirmar-se por meio de uma história e de gerar a identificação nos sujeitos a fim de fazê-los sentirem-se parte dessa história, os escritores de romances históricos viram a arte como uma importante ferramenta para obter esse resultado. Assim, ensinavam aos seus leitores a perspectiva oficial da história, de forma a torná-la parte da memória coletiva. A essa época, já era dado um enfoque para a vida privada do momento histórico que se desejava representar, mesmo sendo épico ou glorioso, a fim de gerar maior sentimento de identificação aos leitores; entretanto, a narrativa não deixa de abordar um

grande momento, ou grandes feitos de uma nação, tornando apenas os heróis mais acessíveis. O objetivo tanto da arte quanto da história era o de orientar e elevar o homem a partir da experiência. É evidente que esse caráter do romance está intimamente ligado à concepção de história da época. Esta, tida como verdade universal e inquestionável, era retomada apenas com a finalidade de ser memorizada. Posteriormente, esse caráter didático foi abandonado na segunda metade do século XX.

Marinho (1999) também dá destaque para a importância das personagens marginalizadas pelo processo histórico tematizado no romance. A pesquisadora afirma que elas têm papel fundamental, entretanto nunca são personagens principais e não condicionam o enfoque do que é narrado. É apenas na segunda metade do século XX, contudo, que essas personagens passam a assumir outro papel, obtendo a focalização mais frequentemente, de forma a mudar o sentido oficial da história. Essa alteração é possível porque também a concepção de história passa por mudanças, concebendo o passado como construção social e, portanto, condicionado ao entendimento que dele se tem no presente. Esses dois aspectos embasaram os pressupostos teóricos da nova história. Devido à dependência do passado em relação ao presente e por sua reprodução ser sempre produto de um sujeito, a narrativa histórica sempre carregará consigo ideologia e interpretação, uma vez que o historiador narra determinado acontecimento de um ponto de vista e está sujeito a apagamentos da memória e ao preenchimento destes com a imaginação como qualquer outro indivíduo. De acordo com a visão anterior de história, era considerada apenas uma perspectiva sobre determinado acontecimento histórico, a perspectiva dominante, tida como a única verdade capaz de representar as visões de diferentes parcelas da sociedade. Com essa alteração de paradigma, assim, outras vozes passam a ter legitimidade para narrar a história de acordo com suas visões, o que resulta na possibilidade de contar histórias comuns, e não de grandes feitos de grandes homens.

É inegável a importância do romance histórico para o desenvolvimento de uma literatura que possibilita a revisão do passado. Inicialmente essa retomada é nostálgica, como se viu até então; posteriormente ela abre mão da

nostalgia e assume para si um sentido muito mais crítico. Uma teórica que auxilia a pensar esse novo movimento do romance é Linda Hutcheon (1991). Em *Poética do pós-modernismo*, ao definir o pós-modernismo como contraditório, histórico e político, a autora afirma que as contradições se manifestam em um conceito muito importante para o fenômeno: o de “presença do passado”. Contudo, é claro o posicionamento de que essa retomada do passado não é realizada de forma nostálgica, mas como reavaliação crítica, diálogo irônico. Hutcheon enfatiza também que sua obra privilegia o gênero romance, em especial, na forma denominada por ela de metaficção historiográfica, que define como romances intensamente autorreflexivos e que se apropriam da história e de suas personagens. A este trabalho interessa, muito mais que a definição de romance proposta pela autora, aspectos da relação entre romance contemporâneo e história apontados por ela.

Com o pós-modernismo, seguindo as ideias de Hutcheon (1991), ocorre o desafio em relação às noções de perspectivas tradicionais. O indivíduo já não é mais coerente e unificado, possibilitando múltiplas perspectivas. Vincula-se ao descentramento identitário do sujeito o questionamento a qualquer sistema homogeneizante ou totalizante. Não há mais validade para o centro e, assim, abre-se espaço para o marginal, para o “ex-cêntrico”, de forma a reconhecer que a cultura não é homogênea e presumível, o que faz deixar de lado a noção de uma única Cultura para se assumir diversas culturas. É importante destacar que o marginal não toma o lugar de novo centro, visto que não há mais certezas absolutas. Passam a ser consideradas diferentes verdades, no plural, pois elas são posicionais. Então, da mesma forma que não há como assumir uma cultura, não é possível assumir também uma concepção de essência para uma nação, de um espírito nacional, uno e estável. As noções homogeneizantes dos romances históricos tradicionais e seu nacionalismo, por sua vez, entram em crise.

Fátima Marinho (1999, p. 39) faz a seguinte afirmação sobre o romance histórico pós-moderno:

O romance histórico pós-moderno torna-se, assim, não uma forma de conhecimento histórico (como os românticos pretendiam), mas a inquirição da possibilidade de utilizar esse mesmo conhecimento de uma perspectiva epistemológica ou política.

Desse modo, o que surge é um posicionamento contrário ao cientificismo da história, rompendo com a tradição aristotélica. Entretanto, isso não significa considerar a história obsoleta, mas, sim, vê-la como uma criação do homem. A história, por esse viés, existe apenas enquanto texto, o que não nega a existência do passado, mas vê seu acesso condicionado pela textualidade.

Considerando essas diferentes formas de expressão artística na literatura, interessa refletir sobre onde se situa *A máquina de fazer espanhóis*, de Valter Hugo Mãe, que aproximações e distanciamentos apresenta em relação a essas formas. Assim como no romance histórico tradicional e no romance histórico contemporâneo, na obra de Mãe, o narrador realiza o movimento de voltar-se para o passado, lembrando-se, após a ida para o asilo, dos momentos em que viveu junto à família durante a ditadura fascista. Contudo, essa rememoração não ocorre de forma nostálgica, como no romance histórico tradicional, mas crítica, como no romance histórico contemporâneo.

O narrador pode ser considerado um “ex-cêntrico”, usando o termo de Hutcheon (1991), devido à sua condição como idoso. Não só ele tem uma visão crítica de suas ações no passado, mas a narrativa como um todo assume esse caráter crítico, uma vez que é por meio do diálogo com as outras personagens, as quais também revelam seus posicionamentos, que Silva assume o seu. Nesse sentido, as demais personagens idosas também podem ser definidas como ex-cêntricas, evidenciando uma perspectiva periférica, pois, assim como o narrador, também foram abandonados no asilo a fim de que a velhice não atrapalhasse suas famílias.

Uma personagem que tem seu posicionamento mais desenvolvido na narrativa é Cristiano Silva, que trabalhava no hospital em que António levou Laura antes da morte desta. Cristiano, o Silva da Europa, tem uma opinião que oscila bastante, em diversas das suas falas expressa saudade do passado

ditatorial, mas em outras também o condena. Em determinado momento da narrativa, Silva está contando sobre sua vida profissional, como se tornou barbeiro. Ao relatar que seu chefe emprestou-lhe dinheiro para abrir sua própria barbearia após o nascimento de sua filha, Cristiano fica admirado com o gesto do homem, dizendo não existirem mais pessoas com essa responsabilidade social para com outro, e faz o seguinte comentário: “o estupor do regime tinha essas coisas, púnhamo-nos todos a olhar uns pelos outros”⁴². Anísio, outro colega do lar, discorda da opinião de Cristiano: “não diga asneiras, disse o anísio, isso era quando era, que já dos lusíadas nos vem a inveja, e não se mudam essas coisas do sangue de um povo”⁴³. É interessante pensar que essa personagem trabalhou em um museu e está escrevendo um livro sobre a história de Portugal. Ele acredita ser um legado importante para deixar à sociedade, e é justamente ele, um homem da ciência, que cita *Os Lusíadas* como um documento capaz de fornecer indícios sobre o comportamento de um povo, indicando a importância da epopeia para a nação. Sua ideia sobre esta ainda é a de que existem aspectos que são intrínsecos ao comportamento social, os quais não se pode mudar por fazerem parte dessa essência definidora de uma nação, de forma a condizer com a concepção romântica de nação. Assim, os diálogos entre as personagens são reproduzidos a fim de fazer o leitor questionar-se acerca dos sentidos que refletem e também acerca do processo de constituição da identidade que cada um cria para si ou para o outro na narrativa. Isso é realizado no sentido de evidenciar as marcas do passado impressas no presente, seja nas atitudes, seja no discurso, tornando-o, portanto, sempre presente e aproximando o romance dos moldes de Hutcheon (1991).

A memória do narrador, desse modo, não o prende ao passado, mas o liberta para a criação de novos sentidos que este pode adquirir, o que leva a alterar sua relação também com o presente. Sobre essa alteração, uma questão muito importante no romance, aspecto que se destacou na história das nações do século XIX e fundamental para chegar ao objetivo deste trabalho, é

⁴² Ibid., p. 92.

⁴³ Ibid., p. 92.

o nacionalismo. Enrique de Badajoz é a personagem que suscita essa discussão mais fortemente entre os moradores do lar. Espanhol que adquiriu sua nacionalidade portuguesa há mais de 40 anos, ele, já em sua chegada ao asilo, não demonstra estar em condições mentais normais, visto que está muito alterado e grita para que todos ouçam que é português e tem direitos. Não admite que o identifiquem como espanhol. Com a chegada de Enrique, os demais moradores do lar passam a refletir sobre seu posicionamento. Cristiano é um dos que reflete sobre isso:

um indivíduo que queria tanto ser português. um indivíduo que vinha reclamar a nossa cidadania com aquele fervor, recuperando brigas antigas e orgulhando-se de ter nascido em badajoz, a cidade onde os portugueses imaginam espanha. pudéssemos ser todos assim, convictos, sem orgulhos parvos, apenas a determinação de quem aceita ser daqui e edificar com essa raiz a sua vida.⁴⁴

Sua admiração surge devido ao orgulho que o homem sente por ter adquirido a nacionalidade portuguesa, que Cristiano tem, mas com que não consegue estabelecer boa relação. O trecho “pudéssemos ser todos assim” subentende que não é o que acontece. Não são todos assim. Não se reclama a nacionalidade portuguesa porque ela implica a ideia de sentir-se parte do país, o que parece cada vez mais difícil para os senhores do lar, devido ao fato de estarem apartados da sociedade e já não conhecerem mais qual é o seu modo de ser e estar no mundo. A própria palavra “raiz” traz à tona essa ideia de vinculação a uma origem.

A conclusão a que chega Cristiano é a de que Portugal é um país de cidadãos não praticantes. E ele continua: “ainda somos um país de gente que se abstém”⁴⁵. O uso do advérbio “ainda” pressupõe que no passado também era assim. E, pensando no passado em que os idosos do lar viveram a maior parte de suas vidas, abster-se era uma ação bastante comum devido à repressão, mas também devido à forte simpatia que as pessoas tinham por Salazar e seu governo. Um exemplo histórico dessa abstenção é a Revolução dos Cravos, que foi dirigida pelos militares do Movimento das Forças Armadas.

⁴⁴ Ibid., p. 154.

⁴⁵ Ibid., p. 154.

Após a deposição de Marcelo Caetano, foi necessário avisar as pessoas em suas casas que a ditadura havia acabado. Desse modo, a questão da reclamação da nacionalidade portuguesa por Enrique e o seu nacionalismo exacerbado são postos em evidência a fim de refletir sobre a atuação das pessoas comuns na história, como os moradores do lar, que o mais que fizeram foi cuidar do sustento de suas famílias.

É interessante atentar também para o fato de que quem reclama a nacionalidade portuguesa é um espanhol destituído de juízo. O louco é uma personagem que também representa a margem na literatura e que, em geral, é utilizada para gerar provocações, conforme Foucault (1999). No romance, é exatamente isso que essa personagem faz. Ele tira os demais moradores do lar de suas zonas de conforto e suscita também a reflexão sobre o conflito histórico entre Portugal e Espanha. Após a morte do rei D. Sebastião, como não havia herdeiros, quem assume o reinado é seu tio D. Henrique. Entretanto, este já tinha bastante idade e acaba morrendo em seguida, em 1580. Assim, dá-se início a dinastia filipina em Portugal, permanecendo o país sob domínio espanhol até 1640. Esse momento histórico tão frágil de Portugal intensificou a rivalidade entre os países, que já existia há muito, desde a disputa por territórios antes mesmo do estabelecimento dos países e que se manteve acirrada devido à descoberta de novos territórios durante o período das grandes navegações.

Após a chegada de Enrique, Cristiano lamenta a independência portuguesa e vê os portugueses como espanhóis enfeitados, revelando uma perspectiva bastante desiludida em relação ao seu país. Sua postura mostra que não há espaço para o nacionalismo na narrativa, o que se confirma com a seguinte fala: “deixem-se de tretas, meus amigos, que o patriotismo só vos fica mal [...]”⁴⁶. Ele e os demais idosos começam a cogitar, então, como seriam suas vidas se tivessem a nacionalidade espanhola, rejeitada por Enrique, a qual acreditavam ser muito melhor que a portuguesa. No diálogo entre os velhos, Silva concorda com Cristiano, mas as suas lembranças revelam a intensidade de seu problema com o sentir-se português e viver em Portugal, e

⁴⁶ Ibid., p. 185.

não o desejo de necessariamente ter a nacionalidade espanhola. Antes de sua filha Elisa nascer, ele e a esposa cogitaram fugir para a França.

durante muito tempo, Portugal foi um país cujas crianças nasceram em França. tantas, caramba. e eu pensava, já ali por mil novecentos e sessenta e dois, que em França estaríamos a salvo, escapando da fome e do jugo de um trabalho sem retribuição suficiente para um raio de sol por dia. mas os nossos sonhos de França nunca iriam para lado algum.⁴⁷

A década citada pelo narrador é bastante complicada para a história do país. De acordo com Oliveira Marques (1996), ainda na década anterior a oposição ao regime ficou mais forte, com o Partido Comunista marcando seu espaço em cada eleição, o que deu esperanças aos oposicionistas. Nesse momento, intensificou-se a política de obras públicas, a industrialização desenvolveu-se e os salários aumentaram. A estabilidade governamental aumentou a popularidade do regime. Entretanto, a repressão continuou e intensificou-se. Como resposta à insensibilidade do ditador, em 1958 ocorre uma grande crise política que levou não só os oposicionistas a manifestarem-se contra, mas também os neutros e quem era a favor do regime. A Igreja, insatisfeita com a perda de popularidade que teve devido a sua filiação à ditadura, passou também a intervir contra o regime, pois seu número de adeptos só reduzia. Em 1961, teve início a Guerra Colonial e, em seguida, ocorreu uma forte oposição estudantil, culminando na proibição do dia do estudante e na Crise Acadêmica de 1962. O Estado reagiu, então, da única forma que sabia: com repressão ainda mais forte, espancando e prendendo estudantes.

Diante de tal cenário histórico, torna-se difícil sentir-se seguro no país, mais difícil ainda estabelecer identificação com ele. Silva, assim como tantos outros portugueses, vê na França uma possibilidade de viver melhor. Entretanto, não poderiam correr esse risco com a filha por nascer. Elisa, então, nasce em Portugal “na felicidade e na frustração”⁴⁸, conforme conta o narrador. E ele continua, como se estivesse conversando com ela: “podias ter sido

⁴⁷ Ibid., p. 85.

⁴⁸ Ibid., p. 85.

francesa, embora nos dê um orgulho tão grande a resistência que te permitiu ser portuguesa e, assim, herdar Portugal. Portugal é teu, minha filha, é teu, mesmo assim difícil de compreender”⁴⁹. Nesse momento, novamente o narrador evidencia a contrariedade de suas opiniões. Ele admite depois que o desejo não era o da nacionalidade francesa, mas sim o da felicidade dos portugueses. Não se tinha o direito de ser feliz em Portugal com o país na situação em que se encontrava. Mesmo assim, orgulha-se da nacionalidade da filha, pois ser português, como ele afirma, é resistir.

Em seguida, Silva revela seu desprezo pela Espanha: “[...] e que se fodessem os espanhóis e o general franco que era uma merda como a que aturávamos nós”⁵⁰. Aqui, ele admite a similaridade entre as histórias dos países e também a rivalidade que existe há muito tempo. Posteriormente, em uma conversa com os amigos do lar após a entrada de Enrique, Silva relata um momento em que o espanhol chega gritando no lugar em que estavam. Dizia novamente ser de Badajoz de Portugal, cidade espanhola fronteira a Portugal que foi temporariamente de posse portuguesa na Idade Média. Devido ao seu posicionamento geográfico, foi alvo de batalhas entre portugueses e espanhóis diversas vezes. Durante o reinado de Felipe II sobre Portugal, a corte manteve-se nessa cidade. Enrique reclama, então, sua nacionalidade portuguesa por uma cidade que não pertence a Portugal, mas poderia ter pertencido. Ele acredita que alguém viria das Astúrias e expulsaria os ímpios do lugar para, assim, poder retomar o sentimento nacional. A região das Astúrias foi a primeira a passar pela Reconquista Cristã, libertando-se do domínio dos mouros. Seu território foi alargado quando estava sob o Reino de Leão, que também conquistou territórios pertencentes a Portugal hoje. Deve-se lembrar que apenas com a expulsão dos mouros Portugal consegue estabelecer-se como país. Daí a significativa menção de Enrique às Astúrias a fim de restaurar o sentimento nacional, como uma forma de reconquistar esse sentimento pela vinda de alguém que pudesse impor o cristianismo, pois, conforme já foi dito

⁴⁹ Ibid., p. 85.

⁵⁰ Ibid., p. 85.

anteriormente, as nações deviam manter em comum a religião, a língua e compartilhar o mesmo espírito nacional.

Silva narra como ele e os amigos agem após a atitude de Enrique e o que pensam sobre essa situação:

e nós estávamos pouco importados com isso. dizíamos asneiras, era o nosso modo último de ter nação. estávamos demasiado ferrados pela idade para sermos coerentes e de confiança. o silva da europa achava que o terror do espanhol havia de ser convencer-se de que nascia um franco em cada família portuguesa. tudo ao contrário, como se fosse a mesma coisa.⁵¹

A falta de coerência nas opiniões do narrador e dos amigos é confirmada pelo próprio, juntamente com o pensamento de que não há mais o que fazer em relação ao país, a não ser dizer asneiras. O Silva da Europa, Cristiano, pensa em Francisco Franco como a referência ditatorial em Espanha, que ocorreu em período semelhante ao de Portugal, com início em 1939 e fim em 1976. Assim, para Cristiano, essa figura deveria representar em Espanha o mesmo que Salazar em Portugal. Nesse trecho, a frase final de Silva propicia a aproximação pelo leitor entre as histórias dos países, uma vez que ambos os povos tinham as imagens de seus ditadores associadas ao terror que lhes causavam e, por isso, desejavam livrar-se deles e, conseqüentemente, das histórias repressivas que carregam consigo.

Dessa forma, percebe-se que Silva, na convivência com os velhos, é testemunha das contradições que estes apresentam em suas narrações. Assim como ocorre com ele, essas narrações revelam uma fratura muito grande da identificação com o nacional. Não há mais espaço para o nacionalismo, apenas para as incertezas e para as suposições de como teria sido a vida em outro lugar. Daí também o motivo de não ser uma retomada nostálgica, pois o passado traz questões mal resolvidas para o presente. A narração, então, se faz uma forma necessária para tentar resolver essas questões.

O romance, nos aspectos citados, aproxima-se dos moldes que Hutcheon determina como pós-modernos. Contudo, ele não se configura

⁵¹ Ibid., p. 186.

metaficção historiográfica, na medida em que não reflete sobre si mesmo e não estabelece um diálogo irônico com a história. A memória do narrador, ao proporcionar o acesso a lembranças e posicionamentos seus e de outras personagens, permite a “presença do passado”, de modo a provocar a reflexão sobre os sistemas totalizadores e homogeneizantes que fazem parte desse passado, como o nacionalismo, e que influenciam tão fortemente as identidades.

É interessante pensar que, se a rememoração do passado estabelece dependência com o tempo presente, como quer Le Goff, a literatura que busca retomar esse passado também está intimamente ligada ao presente e será responsável por fabricar uma representação do passado de acordo com o presente. Nesse sentido, as mudanças que o romance histórico contemporâneo sofreu em relação ao romance histórico tradicional ocorreram devido ao fato de não ser possível aos escritores deste último problematizar o que ainda não se tinha pensado. No caso dos romances históricos, a concepção de história está intimamente atrelada às alterações por que passam os romances.

Não só o conceito de história é importante para se chegar à questão da identidade, que é objetivo desta pesquisa, mas também os de memória e passado já desenvolvidos. Le Goff, por exemplo, considera a memória “[...] um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1990, p. 469). Se a memória reconstrói o passado, partindo de uma visão do presente, e assim o faz com a história, ela constrói também as identidades culturais implicadas nesse processo de reconstrução do passado e, portanto, da história. A relação que o narrador e as personagens estabelecem com o sentir-se português é reveladora quanto à identidade tanto no nível individual quanto no coletivo. O sentimento que tem o narrador no romance é de angústia, de desconforto ao ir confrontando as imagens que tinha de si às reavaliadas no presente. Por isso as frequentes contradições em suas atitudes e opiniões, como será abordado a seguir.

4 SOMOS UM POVO DE CAMINHOS SALGADOS

4.1 UMA PÁTRIA DE BONS HOMENS

A descoberta de si é um dos grandes desafios que se tem enfrentado ao longo da história. Saber quem se é e qual seu lugar no mundo são questões que interessam ao homem desde o início de sua existência. Entretanto, como bem destaca o sociólogo Zygmunt Bauman (2005), a identidade, há algumas décadas, não constituía centro de debate. Já na atualidade é um assunto muito importante e que tem ganhado destaque tanto nas manifestações artísticas quanto na crítica. Por que ocorre essa mudança? Ele indica que a pista para essa resposta está com Martin Heidegger, o qual afirma que as coisas são percebidas e colocadas em foco quando começam a se dissipar, a fracassar, a ter um comportamento estranho ou quando decepcionam de algum modo. Em suma, os questionamentos em torno da identidade surgem em momentos de crise, pois, na medida em que ela não proporciona mais certezas ao sujeito, este já não se sente mais seguro, configurando uma condição de extrema angústia.

O confronto com a alteridade está sempre presente na busca pela identidade, pois é a partir da relação com o outro que esta se constrói. A identidade, desse modo, é marcada pela diferença. Deve-se lembrar também que, conforme atenta Kathryn Woodward (2000), as diferenças são vistas com valores diversos, pois algumas são concebidas como mais importantes que outras, dependendo do lugar que se ocupa e do momento em que se vive. Nesse sentido, a emergência das diferentes identidades nacionais precisa ser destacada. Bauman (2005) defende a ideia de que a identidade nacional não surgiu naturalmente na experiência humana, mas como uma ficção. Dando à identidade nacional o caráter de tarefa, o Estado moderno se incumbiu de fazer o necessário para que todas as pessoas que se encontram em seus limites

territoriais cumprissem com seu dever. Essa ficção assume um papel fundamental entre os recursos disponíveis pelo Estado moderno para reconhecer como legítima a subordinação dos seus indivíduos. A dependência entre Estado e nação se fazia necessária, portanto, visto que o Estado garantia a concretização de futuro da nação por dar a esta unidade e coesão e a necessidade de um destino compartilhado (BAUMAN, 2005).

Fica bastante evidente, desse modo, que o Estado, seguindo esse projeto de dar à nação coesão e unidade, exerce vigilância contínua a fim de ser bem-sucedido na empreitada. A identidade nacional passa a ser uma espécie de grito de guerra, algo pelo que e por que se deve lutar a fim de manter a ilusão de uma totalidade unificada. Para delimitar a fronteira entre “nós” e “eles”, objetivo da identidade nacional, fez uso, acima de tudo, de seu poder de exclusão (BAUMAN, 2005). Só se permitiria a existência de outras identidades se elas não confrontassem a fidelidade à identidade nacional. Foi construído, desse modo, o pressuposto da naturalidade de que a nacionalidade gera automaticamente nos sujeitos o sentimento de pertencimento a uma nação.

Stuart Hall (2006) também discorre sobre como o sujeito fragmentado é colocado em termos de sua identidade nacional. Indo de encontro ao pressuposto da naturalidade do sentimento de pertencimento associado à nacionalidade, para o sociólogo, as identidades nacionais não nascem com os sujeitos, mas são formadas e modificadas no interior da representação. E essa representação faz parte das culturas nacionais, as quais produzem sentidos sobre a nação e, portanto, criam identidades. Esses sentidos são produzidos a partir de histórias que são contadas sobre a nação, “memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (HALL, 2006, p. 51). Desse modo, pode-se pensar que as nações buscam sua reafirmação identitária por meio de uma volta ao passado. E a revisitação a esse passado faz parte do processo de constituição da identidade de uma nação que não cessa de ocorrer.

Entretanto, os problemas relacionados à identidade que surgem na atualidade são exatamente pela perda da “naturalidade” desse sentimento de

pertença anteriormente citado. Na ausência deste, surge nos sujeitos a necessidade de identificação com um nós, visto que nessa nova configuração de mundo, de fragilidade de relações, as identidades rígidas, como no modelo antigo, não funcionam mais. Nesse sentido, as identidades passam a ter um “livre curso”, como quer Bauman (2005, p. 35), e cada sujeito pode buscá-la à sua maneira.

Stuart Hall (2006) distingue três concepções de identidade, as quais auxiliam a entender os problemas da identidade ao longo da História: a do sujeito do Iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. A primeira evidencia uma visão de um indivíduo uno e centrado, que tinha como centro um “núcleo interior” (HALL, 2006, p. 10). A concepção de sujeito sociológico considera a existência de um núcleo interior que, porém, precisa interagir com a sociedade. Essas concepções foram mudando ao longo dos tempos: o sujeito, antes com uma identidade unificada e estável, torna-se estilhaçado, composto não de uma, mas de várias identidades, as quais estão sempre em processo de formação. Esse processo culmina em uma nova concepção de identidade, a do sujeito pós-moderno. Nesse sentido, Hall aproxima-se da ideia de “livre curso” de Bauman, pois o sujeito pós-moderno não dispõe mais da ilusão de unidade que dispunha o sujeito do iluminismo e o sujeito sociológico.

Para Bauman (2005, p. 19), as identidades “flutuam no ar”, algumas delas é possível escolher, mas outras são infladas e lançadas por pessoas à nossa volta. O sociólogo ainda afirma que

O anseio por identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo. Embora possa parecer estimulante no curto prazo, cheio de promessas e premonições vagas de uma experiência ainda não vivenciada, flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, perturbadoramente, ‘nem-um-nem-outro’, torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade. (BAUMAN, 2005, p. 35)

As identidades pós-modernas não podem ser predefinidas e sólidas. Desse modo, o indivíduo de nossa época, ao contrário de seu desejo, evidencia uma posição de insegurança devido ao fato de sua identidade não

poder proporcionar-lhe certezas, um dos sentimentos que dá tom à obra de Mãe.

A identidade portuguesa, mais especificamente, é tema de discussão para Eduardo Lourenço. De acordo com ele, em *Nós e a Europa ou as duas razões*, a identidade, de um modo geral, é definida da seguinte forma:

Quer para o indivíduo, quer para o grupo, quer para uma nação, a *identidade*, em sentido óbvio, é um *pressuposto* [...] para o indivíduo, o grupo, a nação, a questão de *identidade* é permanente e se confunde com a da sua mera experiência, a qual não é nunca *puro dado*, adquirido de uma vez por todas, mas o ato de querer e poder permanecer conforme ao ser ou ao projeto de ser aquilo que se é. (LOURENÇO, 1994, p. 9. grifos do autor)

Essa constante presença do passado tem uma dupla função sobre os portugueses: a primeira é a de subtrair estes à consciência deprimida que teriam sem esse passado; a segunda é a de impedi-los de investir na realidade, no presente. Dessa forma, a sombra da identidade passada se sobrepõe à da identidade atual. Ainda há a rememoração, que gera um sentimento de saudosismo, do passado glorioso dos portugueses, fase heroica em que ocorre a consolidação da nação, a expansão e o enriquecimento do império. Esse povo tenta converter o passado no tempo presente, tendo em vista que não encontra sua identidade no mundo, não sabe como ser e estar numa Europa que parece não ter lugar para ele. Daí a prisão à sua identidade passada. Devido a ela, o país sofre dificuldades de se inserir na nova ordem mundial, no mundo globalizado, pois se vê preso “à língua, à história, à religião e à própria marginalização, no contexto europeu, devido ao seu lado ilha sem o ser” (LOURENÇO, 1994, p. 13).

Interessa refletir também sobre o conceito de hiperidentidade estabelecido por Lourenço (1994). Para ele, o povo português não tem problemas de identidade, mas de hiperidentidade. Conforme o pensamento do filósofo:

Todos os portugueses são, ou se sentem, por assim dizer hiperportugueses. Talvez alguns pensem que isso significa, afinal, que Portugal não só tem, como todos os povos, em certos momentos

problemas de identidade, mas que os tem da pior maneira, sob o modo de hipertrofia da sua realidade ou da inconsciência. (LOURENÇO, 1994, p. 19)

Lourenço (1994) explica que vê em Portugal um problema de imagem. Conforme a visão do autor, os portugueses, enquanto indivíduos, não tem problemas, são pragmáticos, de fácil adaptação e confiantes. Entretanto, enquanto nação, essa imagem é distorcida, sendo considerada eminentemente positiva e banal. Assim, a hiperidentidade portuguesa é tomada como uma espécie de distorção da personalidade, que causa confusão devido ao excesso de referências sobre o povo, em sua maioria forjadas.

A importância desse conceito está na diferenciação da atuação do imaginário mítico português, que, por fazer parte de uma memória coletiva, influenciou tanto a história quanto a identidade.

Ao retomar as lembranças de seu passado, António Silva reconstrói sua história e também a história da nação portuguesa, de forma a ressignificá-las e a repensar a identidade no que concerne ao individual e ao coletivo, seguindo os preceitos de Halbwachs (2003). Esse processo intensifica sua angústia à medida que a narrativa se desenvolve, pois existe um movimento em direção a uma tomada de consciência de sua parte. Uma personagem fundamental para pensar o processo de constituição da identidade do narrador e dos portugueses de forma geral é Cristiano Silva, o Silva da Europa. A diferenciação entre os nomes das personagens já sugere a problematização entre suas identidades e também a discussão realizada por outras personagens do romance acerca desse sobrenome. Logo no início do romance, quando António Silva conversa com Cristiano Silva, atendente do hospital onde está Laura, é suscitada a reflexão sobre a identidade portuguesa. Nas primeiras linhas, Cristiano afirma a António:

somos bons homens. não digo que sejamos assim uns tolos, sem a robustez necessária, uma certa resistência para as dificuldades, nada disso, somos genuinamente bons homens e ainda conservamos uma ingênua vontade de como tal sermos vistos, honestos e trabalhadores.⁵²

⁵² Ibid., p. 11.

Essa é a primeira representação da identidade portuguesa apresentada n' *A Máquina de fazer espanhóis*. E é também a imagem que o narrador tem de si mesmo e que tenta comprovar para si, a de um bom homem. A ideia de “bom homem” está ligada ao período ditatorial, significava ser honesto, trabalhador, dedicar-se à família em primeiro lugar, não se envolver em disputas ideológicas ou em reivindicações a favor daqueles que sofreram com a violência desse sistema para manter a família protegida. Em suma, era fechar os olhos aos problemas que assolavam a sociedade, submetida ao poder de Salazar, e colaborar para o bom funcionamento desse sistema, seja com a contribuição à PIDE, seja por não se opor. Não à toa Silva considera famílias de bem as que se deixavam levar pelas aparências, eram facilmente manipuláveis pelos mecanismos de atuação do regime e, portanto, viam o mundo de acordo com o que era do desejo do ditador.

O período ditatorial é o passado comum entre os moradores do lar. Para os idosos, como já foi abordado, o passado constitui-se parte muito importante da vida. É dele que se ocupam no presente. Assim, a reavaliação desse passado, possibilitada pela memória, em relação ao presente é comum por parte desses sujeitos, uma vez que é necessário reavaliá-lo para ressignificar as identidades no presente, tentando encontrar formas de justificar as ações tomadas no passado, que em geral diziam respeito à inércia que auxiliou a restringir a vida dos indivíduos à esfera familiar. É inevitável que esse momento deixasse heranças sociais e culturais aos portugueses. Sobre o fascismo, Cristiano também evidencia seu posicionamento em uma das tantas conversas entre os moradores do lar: “estamos para aqui todos fascistas, com pensamentos de um fascismo indelével a achar que antigamente é que era bom. este é o fascismo remanescente que vem das saudades”⁵³. A herança da ditadura para a identidade portuguesa é o fascismo que ainda permanece nos sujeitos mesmo após o estabelecimento da democracia. Ele, em seguida, afirma ser uma saudade mais de si do que do regime ou de Salazar; entretanto não deixa de ser um fascismo remanescente por não levar em conta o

⁵³ Ibid., p. 116.

sofrimento alheio. Ele, assim como tantos portugueses, não sofreu com a repressão porque exercia sua cidadania de abstenção e, portanto, pouco ou nada refletia sobre o momento por que o país passava.

Cristiano, tal como o narrador, expressa contradição em suas opiniões. Embora afirme que no asilo todos são fascistas, saudosos de um regime tão cruel, nessa mesma conversa e em tantas outras, ele se manifesta contra a ditadura e as instituições portuguesas a ela relacionadas. Nessa conversa, Anísio, o historiador, defende a existência de deus e da fé, tentando apartar ambas da Igreja enquanto instituição. Cristiano mal o escuta e, como reação à defesa de Anísio, diz que são “[...] uns filhos da mãe, a igreja é uma instituição pançuda que se deixou confortavelmente sentada ao lado de salazar. [...] e o silva da europa dizia, nestas merdas sou um comunista do caraças”⁵⁴. Cristiano, da mesma forma que Silva, não pode estabelecer coerência em sua narrativa do eu enquanto parte da sociedade devido à influência do passado no presente. Ele, bem como as demais personagens, deseja negar a ditadura e o que a ela está relacionado – nesse caso, a Igreja –, entretanto em muitos momentos, sente saudade do regime e vê nele vantagens em relação ao presente da narração. Além disso, qualquer assunto vira motivo para lembrar esse passado de forma a avaliá-lo, o que aponta para a necessidade de dar sentido a ele no presente e também à sua identidade.

Sem saber o que pensar devido à oscilação do pensamento de Cristiano, que ora dizia que os idosos eram comunistas, ora fascistas, Silva pergunta ao colega:

[...] isso faz de nós bons homens. ele regozijava, claro que somos bons homens, ó senhor silva, não somos por natureza inquinados de política nenhuma, temos de tudo um pouco mas, sobretudo, temos saudades, porque somos velhos e quando novos a robustez e a esperança curavam-nos de muita coisa. o fascismo dos bons homens.⁵⁵

Cristiano relaciona a caracterização como bom homem à não inquinação política, tratando esta como uma esfera à parte da sociedade da qual é

⁵⁴ Ibid., p. 115.

⁵⁵ Ibid., p. 116.

possível desvencilhar-se. A saudade de que fala é nociva para a nação por contribuir para a estagnação social. Ela provoca um excesso de passado e, portanto, impede que os portugueses invistam no presente, na continuidade da história do país, seguindo as ideias de Lourenço (1994). O saudoso não é capaz de problematizar o passado, porque dele tem uma representação ideal, inventada, que não considera acontecimentos diferentes dos que compõem essa representação, e se considerasse ela seria modificada. José Gil (2007), em *Portugal, hoje – O medo de existir*, utiliza a frase com que o apresentador da RTP terminou seu programa para explicar o ambiente mental em que se vive em Portugal. “É a vida” expressa, de acordo com ele, o conformismo e a atitude de telespectador assumidos pelos portugueses. Esse posicionamento é resultado de um processo histórico e colabora para a compensação da barbárie, do excesso praticados ao longo da história. A crueldade é reequilibrada pelo sorriso. O sentimento de resignação é mais forte do que a indignação diante de uma realidade observada como quem está no mundo, mas, sobretudo, está acima dele e, por isso, não é capaz de atuar para modificá-lo. Esse sentimento é muito explorado pela Igreja Católica durante o fascismo salazarista, colabora expressivamente para sua manutenção e possibilitou a herança de um fascismo remanescente, como denomina Cristiano.

A importância do passado em relação ao presente é expressa por Cristiano na sequência dessa conversa. Para ele: “[...] o passado, neste sentido, é mais forte do que nós. quem fomos há de sempre estar contido em quem somos, por mais que mudemos ou aprendamos coisas novas”⁵⁶. Essa afirmação do idoso relaciona o passado à identidade do sujeito que dele lembra. Nesse momento, ele faz essa afirmação para explicar o motivo de existir esse fascismo remanescente, que, conforme ele mesmo enfatiza, se sabe que talvez não devesse existir, mas do qual é impossível fugir. Dessa forma, o passado não deixa de estar em sintonia com o presente, como quer Le Goff (1990), influenciando a identidade dos sujeitos. Por assumir diferentes significados a partir do presente de quem lembra, o passado será visto de

⁵⁶ Ibid., p. 117.

formas diversas e, conseqüentemente, devido a essas mudanças, o processo de constituição da identidade nunca para de acontecer.

Essa conversa faz Silva refletir sobre o que Cristiano diz. Ele, então, pensa o seguinte:

quando o silva da europa nos falou de sermos fascistas e comunistas ao mesmo tempo eu pus-me a fazer contas para trás e a ver coisas. concluí também que a maior parte daquilo em que acreditamos nos dá medo e isso leva-nos a ficar de boca fechada. recordava-me bem do que me dizia naquela noite em que o conheci, que éramos todos livres de pensar as coisas mais atrozes. isso não nos impedia de sermos vistos pela sociedade como bons homens e de sairmos à rua dignos como os melhores pais de família.⁵⁷

O medo era uma forma eficiente de conter a palavra, outro sentimento herdado também da ditadura, como enfatiza Gil (2007). Ele justifica a irresponsabilidade dos sujeitos quanto à tomada de ações. E também justifica o comportamento do narrador em relação às falas de Cristiano. Silva se irrita diversas vezes com o colega e, com frequência, quando relembra sua vida durante a ditadura, o faz para si mesmo. Assim, mesmo após a implementação da democracia, o medo ainda é parte significativa do processo de constituição da identidade do narrador. Por isso, o narrador se irrita diversas vezes com o Silva da Europa, uma vez que este expressa opiniões que o inquietam, fazendo-o refletir sobre sua identidade no passado e conseqüentemente no presente. Em pensamento a liberdade era possível, e por pior e mais cruel que fosse esse pensamento não alteraria suas identidades como bons homens, pois esses pensamentos não chegam ao plano da ação. Nesse sentido, a concepção de identidade para os idosos está relacionada aos atos tomados no espaço privado, que era o único espaço que julgavam competir a eles devido ao medo que sentiam de encarar o espaço público, que implicaria assumir a responsabilidade de não conter a palavra.

Depois dessa conversa sobre o fascismo, Silva lembra o dia em que conheceu o homem que entrou em sua barbearia para fugir da polícia. Relembrando esse momento, pensa poder ter julgado que o fugitivo era dos

⁵⁷ Ibid., p. 118.

“maus”: “se uns seriam bons, outros teriam de ser maus, era tão linear o pensamento vendido aos portugueses”⁵⁸. Esse trecho confirma o maniqueísmo simplista de que se valia a ditadura para definir a identidade dos sujeitos dentro do regime totalitário. Não havia espaço para meio-termo. Os indivíduos eram determinados, de acordo com seus comportamentos, a ocupar um desses lados, o que facilitava aos “bons” identificarem facilmente os “maus”. Como estes não auxiliavam o funcionamento do sistema por manifestarem-se contra ele ou por praticarem quaisquer ações que o colocassem em risco, deviam ser entregues à polícia pelos bons homens. A representação do português como um bom homem pode ser relacionada à hiperidentidade de que fala Lourenço (1994), pois é resultado de um excesso de referências sobre a identidade portuguesa. Essas referências foram amplamente difundidas no regime ditatorial, conforme foi dito anteriormente, a fim de manter uma união nacional e, conseqüentemente, a manutenção do regime.

Além disso, a definição entre mau e bom homem pode ser relacionada com a oposição deus x diabo, defendida pela Igreja. Essa comparação é feita por Silva quando presta ajuda ao homem deixando-o se esconder da polícia dentro da barbearia. Ele diz estar auxiliando o diabo e sente-se aterrado com isso. Assim, a Igreja também ajudava a estabelecer essas identidades tão simplórias que foram adotadas pela população como uma forma de garantir seus lugares na sociedade a fim de não sofrer com a repressão e de proteger suas famílias.

O encontro com o homem na barbearia é muito significativo para a reflexão sobre a identidade, uma vez que esta segue uma lógica de oposição. O rapaz diz para o narrador que um dia este deixaria de ser fascista. Nesse caso, cabe a oposição antifascista x fascista. Silva responde: “estás maluco, rapaz, aqui não há dessas ideias, somos *humanistas*, queremos o melhor para os homens, não te ponhas com burrices em voz alta”⁵⁹. A partir dessa resposta, percebe-se a ingenuidade de Silva ao achar que era possível defender esse posicionamento sem tomar uma atitude concreta em prol da sociedade. Em

⁵⁸ Ibid., p. 131.

⁵⁹ Ibid., p. 136, grifo meu.

seguida, o jovem diz-lhe: “se ao menos todos os fascistas fossem de coração de manteiga como o senhor Silva, isto levava-se de outra maneira e, com umas boas conversas, até o ditador se reformava de bom grado e em profunda comoção”⁶⁰. Esse acontecimento é muito marcante na vida do narrador, pois foi a primeira vez que o chamaram de bom fascista, como ele mesmo determina. No lar Feliz Idade, ele relembra esse fato sabendo que não tinha “liberdade mental suficiente”⁶¹ para dizer ao rapaz que ele defendia mesmo eram os homens e que “queria que pegassem nos políticos todos, mais todas as formas de politizar um povo, mais tudo quanto representasse o poder e todos quantos tivessem poder, e os enfiassem fossas abaixo [...]”⁶². Novamente, Silva avalia sua atitude tomada no passado, ou melhor, a falta dela.

O humanismo que o narrador defende é na verdade um humanismo despolitizado, assim como o Silva da Europa define a nação portuguesa como não inquinada à política. Como bem ressalta Michel Foucault (1984), em *A microfísica do poder*, deve-se pensar o poder em sua relação com a rede de dispositivos ou mecanismos em que está inserido e da qual não é possível escapar. Não se pode considerar o poder, desse modo, como de posse de um único grupo, mas como algo exercido por todos os indivíduos de diferentes formas. Estas variam de acordo com o lugar que os indivíduos ocupam nessa grande máquina que o poder se torna, o que permite a hegemonia de uns sobre outros, mas não exclui ninguém de seu funcionamento. O poder gera disputas a fim da renegociação dos lugares ocupados nessa máquina. Nesse sentido, não apenas os políticos exercem o poder, mas todos os cidadãos. No excerto anteriormente citado do romance, Silva se refere ao poder como se fosse da apropriação de apenas algumas pessoas, defendendo uma despolitização do povo. A defesa de uma despolitização é uma típica atitude política dos bons fascistas, como o denomina o jovem fugitivo, na medida em que, ao fazer os cidadãos pensarem não exercer poder na sociedade, não há, por parte da maioria da população, uma manifestação de resistência contra o aparelho repressivo do Estado.

⁶⁰ Ibid., p. 136.

⁶¹ Ibid., p. 136.

⁶² Ibid., p. 136.

Essa noção, inclusive, faz com que os sujeitos não se percebam como autores do que acontece na sociedade, uma vez que não se veem como quem exerce poder nela. Essa condição é levada ao extremo no caso de Silva no que diz respeito à autoridade que assume em relação a suas ações. Como observado anteriormente, apesar de não concordar com o regime, o narrador não reage contra o fascismo de Salazar, defende a despolitização do povo, o que colabora para a manutenção do regime, e ainda não se vê como agente de suas ações. O ponto ápice para a representação disso na narrativa é a não autoridade que toma para si em relação ao assassinato de Marta. Além de aproximar a narrativa da velhice devido à imprecisão da memória que o acontecimento revela, esse esquecimento também é um indício da expressão da identidade do narrador como um “bom homem”, que não se vê como um sujeito que exerce poder na sociedade, o que, conseqüentemente, não permite a percepção de si como autor dessa morte, de forma a evidenciar também o fascismo herdado de seu passado. Outro exemplo dessa condição é sua reação após entregar o jovem que se esconde em sua barbearia à polícia. De início, sente orgulho por entregá-lo; posteriormente ele afirma:

e assim me senti como a saber e a arquivar o assunto como algo que ocorrera com outras pessoas, verdadeiramente como algo de que soubesse a partir da televisão. um homem preso pelo regime e outro acusando-o, e eu não era nem um nem outro [...].⁶³

Semelhantemente ao que ocorre com a morte de Marta, o narrador não se vê como agente da ação, mas como quem apenas observa. Ele, apesar de praticar as ações mencionadas, tem uma visão de telespectador sobre elas, não percebendo o peso que essas atitudes possuem. Isso evidencia, assim, que essa perspectiva despolitizada é um aspecto fundamental no processo de constituição da identidade de um bom homem.

É interessante retomar, nesse sentido, o que Halbwachs (2003) discorre sobre a causalidade natural. Para o sociólogo, é ela que liga as coisas e o pensamento que se tem em relação a essas coisas. Ela se constitui a

⁶³ Ibid., p. 175.

representação que um sujeito faz de si na sociedade de que faz parte. Assim, Silva é ligado à representação que faz de si mesmo como um bom homem pelo que Halbwachs denomina por causalidade natural. Se essa lembrança obedece às leis naturais, ainda em consonância com os preceitos do autor, que estão no pensamento coletivo, é possível compreender, então, que a representação que o narrador faz de si, evocada por sua memória individual, não é senão uma forma de tomar consciência da representação coletiva de identidade amplamente difundida e incentivada pelo aparelho do Estado e pelas instituições que o apoiavam. Dessa forma, essa representação que Silva faz de si não é apenas sua, é de uma nação doutrinada a entender que diz respeito a ela apenas o núcleo familiar e que do país Salazar cuidaria. Daí a segurança advinda do regime que se sentia na época, mencionada pelos idosos no lar. Ela se dá pelo fato de ter sido uma época que conheceram bem, como diz Cristiano, mas, sobretudo, por ser-lhes destituída a noção de que exercem poder socialmente, caracterizando suas condutas pela inação, e deixando o país sob o jugo de Salazar.

A identidade como um bom homem, que Silva e Cristiano tomam para si e que diz respeito ao povo português como um todo, está fortemente atrelada à cidadania de abstenção. No capítulo “velhos da cabeça”, Silva relembra:

tudo era para que não praticássemos cidadania nenhuma e nos portássemos apenas como engrenagem de uma máquina a passar por cima dos nossos ombros, complexa e grande de mais para lhe percebermos o início, o fim e o fito de cultivar a soberba de um só homem. tudo contribuía para essa cidadania de abstenção, para que apenas a recebêssemos por título honorífico enquanto prosseguíssemos sem manifestação.⁶⁴

A metáfora da máquina, bastante recorrente ao longo do livro, novamente é citada, apontando para a necessidade de enxergar a automatização a que o comportamento dos sujeitos estava condicionado. Não havia espaço para tornar exterior ao pensamento o que de humano caracteriza o comportamento, os questionamentos, a insatisfação, a rejeição. O narrador enfatiza a impossibilidade de discernir em termos físicos essa máquina, que,

⁶⁴ Ibid., p. 175.

nesse exemplo, representa a ditadura, a grande máquina controladora da nação. A repetição do pronome indefinido “tudo” tenta abarcar a extensão da atuação dessa máquina na vida das pessoas. No excerto, a cidadania de abstenção remete à identidade nacional: recebe-se o título de cidadão português como um prêmio, no entanto, apenas para que a vida de cada um seguisse sem manifestações.

Boaventura de Sousa Santos (2013), em “Onze teses por ocasião de mais um descoberta de Portugal”, destaca como aspecto fundamental ao país seu caráter semiperiférico. Por ser uma sociedade de desenvolvimento intermédio, há diversas peculiaridades para se atentar. Cabe ressaltar, nesse momento, o papel privilegiado do Estado na regulação social, embora seja desempenhado de modo ineficiente. Para o sociólogo, é característico desse tipo de sociedade um Estado fraco externamente e forte internamente. Sua força consiste na capacidade de governar por coerção social, seja na forma democrática, seja na forma não democrática, mais do que por legitimação. Isso se dá devido à falta de organização formal da sociedade civil.

[...] a sociedade portuguesa não tem uma tradição de organização formal, centralizada e autônoma de interesses sociais setoriais bem definidos (interesses dos empresários, interesses dos trabalhadores etc.), capaz de gerar parceiros sociais fortes em permanente diálogo conflitual entre si e com o Estado. (SANTOS, 2013, p. 92)

A análise de Santos (2013) condiz com a caracterização da cidadania de abstenção e, conseqüentemente, com a identidade de um bom homem apresentadas no romance. Se, como anteriormente mencionado, os sujeitos não se veem como autores de suas ações por não perceberem que também exercem poder na sociedade, não há possibilidade para a existência de organização formal e, por conseguinte, de mobilização. Da mesma forma, se o poder é exercido de diversos modos, como quer Foucault (1984), de acordo com a preponderância do lugar que o sujeito ocupa, a consequência disso é a dominação de uns sobre outros. No caso do romance, do Estado repressivo sobre a sociedade.

Outro aspecto para o qual se deve atentar é, segundo Santos (2013, p. 92), o fato de o “Estado não ser um Estado-providência em sentido técnico e de nele não ser tão fácil destrinçar entre a componente social e a componente repressiva”. Essa condição é compensada por uma sociedade-providência, que é organizada informalmente de acordo com os modelos de solidariedade tradicionalmente estabelecidos. Trata-se de uma sociedade que se ajuda mutuamente com base em laços de vizinhança e parentesco, possibilitando a troca de bens e serviços de modo não comercial. Para o autor, numa perspectiva idealista desse dado sociológico, o português é transformado num ser profundamente humano, muito solidário, que evita conflitos e sofrimento, evidenciando o pensamento do etnólogo Jorge Dias. Dias (1971) foi um dos tantos estudiosos que tentou traçar uma síntese da identidade portuguesa. Em *Estudos do carácter nacional português*, o autor destaca humanidade, sensibilidade, bondade e amorosidade, sem demonstrar fraqueza, como aspectos fundamentais da identidade nacional. Esses traços podem ser relacionados, para ele, à religiosidade, que também apresenta esse mesmo fundo humano do português.

Essa visão de Dias (1971) compõe uma representação identitária bastante difundida, sobretudo, no que diz respeito ao discurso sobre a colonização portuguesa. Segundo esse discurso, esta seria peculiar justamente pela humanidade e bondade dos portugueses, que não eram racistas, visto que mantinham relações com as mulheres dos territórios que ocupavam e também porque aceitavam se casar com mulheres de diferentes nacionalidades, ignorando diversas formas de violência explícita e não explícita para legitimar a continuidade do império português. A representação do português como um bom homem, desse modo, é mais antiga que o discurso em que se assentava Salazar sobre a brandura dos costumes.

O romance de Valter Hugo Mãe apresenta, assim, uma forma outra de construir a identidade literariamente. A representação dos bons homens é trazida à tona não para reafirmar a identidade que Dias (1971) defende, mas para revisitar essa identidade criticamente. É constante na narrativa a necessidade que Silva tem de provar a si mesmo que é um bom homem. Daí a

repetição sobre esse assunto entre os idosos. Essa necessidade só confirma o extremo conflito identitário em que vive, pois, se ela existe, é porque se tem consciência de uma realidade diferente. E a consciência, como o próprio narrador afirma, é o pior corrosivo.

4.2 O MITO DA SALVAÇÃO PELA EUROPA E A JEREMÍADA NACIONAL

Outro ponto importante para discutir a identidade e que também explica a diferenciação entre os nomes do narrador e de Cristiano é o discurso proferido por este último favorável à europeização dos portugueses. A personagem acredita que o fato de o país ter sido incorporado à União Europeia resolverá a crise por que passa Portugal. Ele diz:

não nos hão de convencer que volte a censura, qualquer tipo de censura, isso seria uma desumanidade e agora somos europeus. qualquer iniquidade do nosso peculiar espírito há de ser corrigida pela europa, para sempre. isto é que é uma conquista. e é como respirar, existir oxigênio e usarmos os pulmões, não se mete requerimento, faz-se e fica feito e não passa pela cabeça de ninguém que seja de outro modo.⁶⁵

A censura, para a personagem que viveu o fascismo, parece ainda ser uma ameaça, visto que cogita sua volta. No entanto, sente-se a salvo pelo fato de agora serem considerados os portugueses europeus devido à entrada de Portugal para a União Europeia. Apesar da localização de Portugal na Europa, até essa mudança, é como se dela não fizesse parte. Afinal, isolar-se do mundo, instalar-se à margem dele é uma ação recorrente do povo português, como quer Eduardo Lourenço (2012). Daí a conversão do país em ilha defendida pelo filósofo. A própria história também fornece indícios desse traço. Percebendo o isolamento que os países europeus destinaram a Portugal, Salazar passou a defender o isolamento internacional do país na década de

⁶⁵ Ibid., p. 11.

1960, tornando como *slogan* de seu governo a frase: “Orgulhosamente sós”. Além de reforçar o isolamento, essa frase foi tomada por muitos como símbolo de coragem pelo fato de o país isolar-se diante do mundo tentando defender seus princípios ideológicos e manter o império colonial mesmo após o processo de descolonização por que a Europa passara. Outro exemplo do isolamento é a não industrialização do país, trazendo graves consequências econômicas, a fim de manter as colônias. Estas não eram rentáveis ao país. Elas geravam muito mais gastos do que lucros. Com a Guerra Colonial, em 1961, essa situação se intensificou, mas Salazar não mudou seu posicionamento como uma forma de não perder o prestígio nacional de único império na configuração europeia. Como consequência desse isolamento, foi reforçada a noção de uma superioridade identitária. Com a perda das colônias, Portugal perde também o prestígio que julgava ter. O que poderia restituir esse prestígio, então, e que gera um sentimento de esperança à nação é a entrada do país na União Europeia.

Silva mostra-se reticente à visão entusiasmada de Cristiano e ao presente em Portugal. Quando o atendente diz para o narrador que também se chama Silva, a fim de aproximar-se, António estabelece uma comparação entre os dois: “e eu imediatamente pensei em nós dois como a frente e o verso, eu, antónio jorge da silva, e ele, o silva da europa, o peito inchado de orgulho como se tivesse conquistado tudo sozinho”⁶⁶. Já no início do romance, então, explica-se a diferenciação entre os nomes das personagens, que inclui uma relação de superioridade/inferioridade na análise identitária: o Silva da Europa é visto como superior por Silva devido ao fato de perceber-se europeu. Para o narrador, então, a cidadania europeia assume o valor de título conquistado, apontando para uma identidade dita superior.

Ainda acerca do sobrenome, Cristiano afirma o seguinte: “[...] somos todos silvas neste país, quase todos. crescemos por aí como mato, é o que é. como as silvas”⁶⁷. O nome possibilitaria a individualização ao sujeito. No entanto, nesse caso, não é o que ocorre. Ele sugere a padronização, a qual é

⁶⁶ Ibid., p. 12.

⁶⁷ Ibid., p. 12.

reforçada ao longo da narrativa quando, no asilo, após a entrada de Cristiano, este reclama que também seja chamado pelo sobrenome. Pereira, também morador do lar, diz que não seria possível, pois Silva já era o colega António. Contudo, não contente, Cristiano reclama ser este seu sobrenome e fica incomodado por não o chamarem assim. Pereira ainda explica que também ele se chama Silva, mas que seria muito difícil distinguir entre o colega Silva e Cristiano e que o chamaria pelo primeiro nome para tornar o reconhecimento mais fácil. Posteriormente, argumentando outra reclamação de Cristiano, Anísio diz o seguinte: “ó senhor cristiano, eu também sou anísio da silva franco, que é para aprender como somos muitos”⁶⁸. No lar, portanto, não é apenas o espaço padronizado que favorece a perda de individuação dos sujeitos, mas também o que eles trazem consigo de suas vidas e que seria um traço de distinção, os sobrenomes. É interessante que essa problematização está relacionada à cidadania europeia e evidencia uma atribuição de valor, já mencionada anteriormente, considerando uma identidade inferior.

Cristiano continua sua defesa entusiasta dizendo:

e a mim ninguém apanha diminuído como outrora, somos europeus, eu sou um silva da europa, isso é que ainda há muitos que não o são, só porque ainda não o aceitaram ou não o perceberam.⁶⁹

Essa representação identitária que apresenta Cristiano é explicada por Boaventura de Sousa Santos (2013). O autor discorre sobre o fato de o país configurar-se uma sociedade semiperiférica, pois era o centro em relação às suas colônias e a periferia em relação à Inglaterra. Nesse sentido, foi ao mesmo tempo colonizador e colonizado. Sua condição constitui-se um paradoxo. Conforme Santos (2013, p. 83), mesmo com o fim do império colonial, o caráter intermédio prevaleceu, “inscrito na matriz das estruturas e das práticas sociais dotadas de forte resistência e inércia”. Ocorre uma renegociação da posição do país no sistema mundial devido à integração na

⁶⁸ Ibid., p. 95.

⁶⁹ Ibid., p. 13.

União Europeia. Esta se constitui o centro de uma das três regiões do sistema mundial. Portanto, a integração nela criaria a ilusão de ser central.

O recepcionista tem essa ilusão de que fala Santos, resultado do discurso político dominante da “imaginação do centro”: “Estar com a Europa é ser como a Europa” (SANTOS, 2013, p. 84). No entanto, essa necessidade de afirmar-se com uma identidade superior, visto que ninguém mais poderá vê-lo “diminuído”, como antes, apenas confirma a expressão de um complexo de inferioridade. Lourenço (1992), em *O labirinto da saudade*, trata desse complexo. De acordo com ele,

Esta conjunção de um complexo de inferioridade e superioridade nunca foi despoletada como conviria ao longo da nossa vida histórica e, por isso, misteriosamente nos corrói como raiz que é da relação irrealista que mantemos conosco mesmos. Segundo as contingências da situação internacional ou mundial, aparece ao de cima um ou outro complexo, mas com mais constância os dois ao mesmo tempo, imagem inversa um do outro. (LOURENÇO, 1992, p. 17)

Essas imagens inversas não servem senão para cumprir a função de esconder a profunda fragilidade em que essa identidade se encontra, conforme o filósofo. Essa fragilidade identitária também é evidenciada no romance com a continuidade da fala de Cristiano para Silva:

é tempo. um dia seremos cidadãos de um mesmo mundo. iguais, todos iguais e felizes nem que seja por obrigação. estamos a alastrar, como nos compete, e um dia ainda deixaremos de ser silvestres, agrestes, isso de ir como o mato, porque estaremos cada vez com melhores maneiras, sofisticados e cheios de nuances de interesse, subtilezas como as que assistem aos grandes caracteres. um dia, caramba, estaremos até cheios de razão.⁷⁰

No trecho, a personagem reclama a necessidade de igualar-se a um mundo, que, nesse caso, restringe-se à Europa, uma vez que é em relação a ela que se veem como inferiores, devido ao desenvolvimento do país. A felicidade é colocada como uma obrigação, sem interessar se é verdadeira ou não, tal como eram as famílias que viviam de aparências durante o regime ditatorial. Novamente é problematizado o sobrenome, remetido pela

⁷⁰ Ibid., p. 13.

comparação com a planta e caracterizado como comum, simplório e não refinado, expressando uma carga semântica pejorativa. Contudo, essa realidade, para a personagem, sofrerá uma alteração gradual à medida que a Europa for proporcionando a sofisticação e até a razão, de modo a apontar para os complexos tratados por Lourenço (1992).

Para além da expressão desses complexos, esse aspecto da identidade nacional retoma a função portuguesa de intermediação durante o império colonial de que fala Santos (2013). Mesmo após o fim das colônias, Portugal ficou à espera de uma alternativa. Depois da Revolução dos Cravos, foi considerada, então, a possibilidade de equiparar-se aos países centrais. Por entender a identidade portuguesa como inferior à europeia, Cristiano precisa acreditar que a salvação está nela para recuperar o orgulho nacional de um passado glorioso e, portanto, de uma identidade relacionada a ele. As duas imagens do complexo de que fala Lourenço (1994) são apresentadas, assim, pois é devido ao fato de a identidade passada de grandiosidade do país ser tida como referência que os portugueses se veem diminuídos e buscam restaurar a antiga condição.

Santos (2013) problematiza o pensamento mítico em relação à identidade nacional. No entanto, essas representações não deixaram de existir e de serem tomadas como dominantes. O que tem sido feito na literatura é a representação dessas identidades a fim de revisitá-las de forma crítica. No romance de Mãe, as personagens vivem um conflito identitário muito intenso no que concerne ao nacional. A identidade como um bom homem não é posta em questão na narrativa para reforçá-la culturalmente, mas para gerar a reflexão citada por voltar-se ao conceito de identidade portuguesa que retoma o pensamento mítico. Nesse sentido, a compreensão acerca dos mitos é bastante importante para entender a constituição da história dos povos e de suas identidades.

Le Goff (1990) evidencia a oposição entre mito e história da seguinte forma: no Ocidente medieval, no momento em que as nações, as linhagens nobres ou as comunidades urbanas começam a se preocupar com a construção de uma história, elas recorrem aos mitos para o fazer, os quais

sustentam a origem de heróis dessas nações e, portanto, são ligados consequentemente à origem das próprias nações, a fim de gerar um sentimento de identificação. O mito colabora, assim, para a constituição da identidade de uma nação, uma vez que gera o sentimento de pertencimento dos sujeitos em relação à sociedade em que estão inseridos.

Mircea Eliade (1963, p. 11, grifo do autor), um dos estudiosos do mito, define-o, em seu *Mito e realidade*, da seguinte forma:

[...] o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do “princípio”. Em outros termos, o mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É sempre, portanto, a narrativa de uma “criação”: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser.

Estando relacionado à origem, o mito então é considerado por Eliade (1963) uma história sagrada e, como tal, tem de ser uma “história verdadeira”, pois faz referência a uma realidade. O mito define o modelo das atividades em uma determinada comunidade. Essa é a sua principal função. Desse modo, é importante estudá-lo para entender as sociedades, bem como para compreender o processo de constituição identitária nelas imbricado.

Em Portugal, os mitos foram muito importantes para a constituição da história e da identidade do país e perduram no imaginário do povo, manifestando-se, por exemplo, na literatura de forma muito recorrente. Eduardo Lourenço (2012) é um dos estudiosos que trata da mitologia portuguesa. Em *Mitologia da saudade*, afirma que a cultura portuguesa não consegue ter um olhar exterior a si, o que colaboraria para acordá-la da contemplação maravilhada de si. O confinamento no amor próprio é uma característica existencial desse povo. É também esse amor próprio que faz o ato de voltar-se para o passado uma ação tão frequente. E essa ação configura uma retomada também da mitologia imbricada no passado e que ainda está tão presente na memória coletiva portuguesa. O filósofo ressalta a imagem da bandeira de Portugal, que possui uma esfera armilar em seu centro, evidenciando a

importância do sentido dessa inserção, a necessidade de representar o universo. Ele continua:

Com que direito e em nome de quê? Em todos os tempos, os povos que desempenharam um papel na História se atribuíram missões de caráter messiânico. [...] Portugal não fugiu à regra. Na época da sua expansão no mundo investiu-se totalmente numa cruzada, ao mesmo tempo imperial e messiânica, herdeira de Roma e de Israel. [...] Em nome de Cristo, Portugal assumiu o papel impossível de povo “eleito”. À volta do brasão de Portugal, evocando as cinco chagas de Cristo, os reis desse país, então senhor dos mares, do Brasil ao Japão, ousaram colocar-se no centro do mundo. (LOURENÇO, 2012. p.88-89)

Configura-se de extrema importância o mito do povo português como o povo escolhido. Para entender a continuidade do messianismo em Portugal, é fundamental a compreensão do mito da Batalha de Ourique. Nessa batalha, os portugueses lutaram contra os mouros, que estavam em número bastante maior. Mesmo em número muito menor, os cristãos venceram a batalha. A justificativa é o fato de Jesus Cristo ter aparecido e dito, um dia antes da Batalha de Ourique, que os inimigos da Cruz seriam punidos pela espada de seu povo. Após vencer a batalha, os guerreiros proclamaram D. Afonso Henriques rei, e, na bandeira portuguesa, foram colocadas cinco quinas, as quais representam os reis vencidos e também as chagas de Cristo. O mito, em consonância com a definição de Eliade (1963), apresenta a narrativa de origem do reino português, explicando-a, assim como também explica o surgimento do brasão de Portugal, dá sentido para a imagem das quinas, citada por Lourenço (2012). É importante destacar a intervenção divina para a independência portuguesa: teria sido por vontade de Jesus que Portugal passou a existir independentemente. Isso para defender a fé cristã. Nesse sentido, o mito explica a história do país e justifica a prática exploratória que marca a história portuguesa. Os discursos que justificam as navegações e o colonialismo defendem o argumento de que os portugueses teriam sido o povo escolhido por deus para desbravar novos territórios e levar civilização à barbárie. A literatura de viagem evidencia a posição do colonizador português em relação ao outro. O Tratado da Terra do Brasil, de Pero de Magalhães Gândavo (1980),

por exemplo, mostra a percepção sobre os indígenas que viviam então no Brasil: um povo muito desumano e cruel, sem fé, sem lei e sem rei. Não há a tentativa de voltar-se para o outro buscando compreendê-lo enquanto sujeito de uma sociedade, mas sim a redução desse outro à barbárie, à não civilização. Desse modo, os portugueses assumiram para si a identidade de grandes salvadores desses povos, pois levariam a eles o que não têm. O messianismo está totalmente relacionado, então, à identidade portuguesa e justifica a representação tão explorada de Portugal como um grande império, o maior e mais duradouro império ultramarino.

O messianismo tem continuidade na história, por exemplo, com o mito de Dom Sebastião, o Desejado, codinome dado pelo próprio povo. O rei não possuía herdeiros e resolveu ir para a batalha de Alcácer Quibir, em 1578, com o desejo de conquistar o Marrocos. Mesmo sendo um momento bastante delicado da história portuguesa devido à ameaça constante da Espanha e ao abalo no cenário internacional, D. Sebastião apostou tudo o que tinha na batalha e perdeu tudo, o exército, o reino, a vida. Devido à falta de herdeiros, Portugal foi anexado à Espanha. Apenas após 60 anos pode recuperar sua independência. O corpo do rei não foi encontrado na batalha, levando a população a acreditar que um dia retornaria para libertar Portugal da Espanha. Mesmo depois de anos, a crença de que D. Sebastião voltaria manteve-se viva entre os portugueses, podendo este também ser representado por outros governantes após muitos anos de ausência.

Pode-se observar, então, que a identidade portuguesa apresentada no romance foi fortemente influenciada pelos mitos citados. Daí o excesso de referências tratado por Lourenço (1994). Cristiano crê na salvação de Portugal pela Europa como quem acredita na volta de D. Sebastião a fim de restituir a glória nacional de uma identidade “diminuída”, como ele diz, devido à crise gerada pela perda das colônias. É a tentativa de substituir um mito por outro; no caso, o mito de D. Sebastião pelo mito da salvação pela Europa, mas que tem a mesma fundamentação. Está contida nas suas falas a ideia de que Portugal tem um destino a ser cumprido, fundamento do messianismo. Essa é uma das constantes do pensamento mítico, segundo Santos (2013), e como se

pode perceber pelos excertos até então citados de Lourenço (2012). O não cumprimento do destino português apenas seria superado por um reencontro de Portugal consigo. Santos (2013) acredita que o discurso acerca desse pensamento tem uma matriz, que denomina por jeremiada nacional, caracterizada pela decadência e descrença. As patologias causadas pela jeremiada nacional são o nacionalismo e o iberismo.

A reflexão sobre o nacionalismo é suscitada no romance em diversos momentos. Quando Silva relembra a perda de seu primeiro filho com Laura e reflete sobre a condição do país, dizendo que foi o acaso de serem miseráveis num país igualmente de miséria que esperava de seus cidadãos o orgulho e o sacrifício. Ele continua sua reflexão pensando na morte do filho como tendo sido sacrificado devido à condição em que Portugal se encontrava. Para ele, a vida era feita “de dor e aprendizagem, feita de dor e esperança, feita de dor e coragem, feita de dor e cidadania, feita de dor e futuro, feita de dor e deus e salazar”⁷¹. Os substantivos utilizados nesse trecho chamam a atenção para a repetição da palavra “dor”. Como uma forma de ressaltar sua intensidade, é ela que antecede quaisquer dos outros substantivos. Estes, então, resumem a vida de um sujeito na época. Diante de uma realidade tão complexa e de tanto sofrimento, a identificação com o país de origem é fortemente comprometida. Para Stuart Hall (2000, p. 106),

Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão.

A identificação possibilita o sentimento de pertença entre um sujeito e determinado lugar. É ela que gera a fidelidade em relação ao grupo que está inserido no lugar. Era tido como natural que a nacionalidade gerasse o sentimento de pertença dos sujeitos em relação ao seu país de origem e à nação correspondente. No entanto, é a perda dessa naturalidade, como citado

⁷¹ Ibid., p. 84.

anteriormente, que causa os problemas identitários em questão na atualidade. A identificação, pelo viés discursivo, é considerada um processo que nunca está completo. Assim, não é possível determiná-la, visto que se pode sustentá-la ou abandoná-la. É, então, caracterizada pela contingência (HALL, 2000).

O narrador, conforme abordado no capítulo anterior, constrói a narração de forma a opor diferentes opiniões, suas e das demais personagens, o que permite, pela lógica de oposição que norteia o processo de constituição da identidade, que afirme a sua, a dos colegas do lar e também a dos portugueses de uma forma geral. Em uma conversa, Cristiano, supondo como seria a situação se os portugueses que estão fora voltassem para reclamar seu lugar no país, faz a seguinte afirmação:

já viram o que seria. acabava o dinheiro com sabor francês e ficávamos sozinhos com um euro assombrado pela mentalidade de escudo, isso é que não outra vez. até os nossos euros haviam de pensar serem escudos numa crise de identidade à portuguesa como nunca se viu outra. é que somos estuporados por todo o lado, pagamos o mesmo que a europa paga por qualquer coisa, mas ganhamos três vezes menos. temos salário de rato. salário de humanos de segunda.⁷²

Novamente a identidade é projetada na França, assim como no momento em que Silva cogita ir para tal país a fim de que Elisa nascesse francesa. Durante a ditadura, a emigração portuguesa foi muito intensa, sobretudo, para a França, país em que se via uma possibilidade de vida mais digna. Esse país também sempre foi tomado como modelo em Portugal, que acaba sofrendo forte influência de sua cultura. Lourenço (1994) confirma essa ideia ao dizer que nenhuma cultura estabeleceu uma ligação tão forte com Portugal quanto a cultura francesa.

É comum a comparação entre os dois países e também com outros países da Europa, como a que se dá entre Portugal e Espanha. No entanto, essas comparações produzem um sentimento de inferioridade. Na visão de Cristiano, tal como se almejava durante a ditadura, os portugueses podem equiparar-se à França no presente da narrativa, pois, assim como esta,

⁷² Ibid., p. 155.

também agora fazem parte da União Europeia e têm como moeda o euro. É a moeda que representa o pertencimento à Europa. Com a volta de mais de um milhão de portugueses que emigraram no período, a moeda sofreria uma crise de identidade, na medida em que ela própria pensaria ser escudo, moeda criada após a independência de Portugal. Ser escudo, nesse sentido, representa ser menor, ser inferior como se fora outrora, antes da salvação trazida pela Europa, conforme o pensamento da personagem. Entretanto, ainda na mesma fala a personagem se contradiz ao se dar conta de que, mesmo com a moeda sendo o euro, os salários são inferiores, como se os portugueses fossem, da mesma forma, seres humanos inferiores. Essa constatação faz cair por terra a crença no mito da Europa como salvadora da nação, mas a personagem em si não se dá conta da contradição em seu discurso, revelando um problema de identificação com o nacional.

O conflito de Cristiano para com o sentimento de pertença em relação a Portugal é evidenciado em outra conversa, depois da chegada de Enrique de Badajoz ao lar. Essa personagem desestabiliza as demais por reclamar o direito à sua cidadania portuguesa, apesar de ser espanhol, e por orgulhar-se muito de ser português. O orgulho por parte de um indivíduo que não nasceu no país faz com que os demais moradores do lar reflitam acerca do sentimento que têm. Pensando nessa situação de Enrique, Cristiano ressalta:

e sabem que mais, portugal ainda é uma máquina de fazer espanhóis. é verdade, quem de nós, ao menos uma vez na vida, não lamentou já o facto de sermos independentes. quem, mais do que isso até, não desejou que a espanha nos reconquistasse, desta vez para sempre e para salários melhores.⁷³

O título do romance é retomado de forma a mostrar explicitamente quem representa essa máquina, Portugal. A projeção da identidade na Espanha retoma um momento frágil da história portuguesa, após a morte de D. Sebastião e o consequente domínio filipino. O fato de a personagem afirmar ser comum a lamentação pela independência e o desejo da reconquista pela Espanha remete ao passado comum desses moradores. Vale lembrar que,

⁷³ Ibid., p. 184-185.

durante o fascismo, Salazar tratou de manipular a população para gerar identificação com a identidade nacional. Para isso, voltou-se, como foi abordado no primeiro capítulo, para imagens e símbolos muito expressivos na memória coletiva e de forte poder para gerar o sentimento de pertença, tais como a representação de Portugal como um império que ainda está por se cumprir, o futebol como um símbolo que contribui para reforçar a imagem do império e o fado como uma maneira de difundir a ideologia de resignação do regime. Por saber da preponderância do messianismo, unido à tradição católica do país, assume a condição de enviado por Deus para salvar Portugal e retomar o prestígio do passado. Após o fim da ditadura, vendo-se que a crise continuava e lembrando das dificuldades financeiras e sociais de uma forma geral por que passaram os portugueses ao longo do regime, a esperança num futuro diferente da decadência que vinha se afirmando por anos torna-se cada vez mais distante. Vê-se, então, o iberismo, bem como o êxodo para a França, como uma saída.

Outro momento em que há a defesa da Espanha é na segunda ocorrência da mudança do foco narrativo para um narrador onisciente. O inspetor Jaime Ramos volta ao asilo para investigar ainda o incêndio que havia ocorrido. Ao encontrar Enrique de Badajoz, este diz que eram todos portugueses e que estavam livres de Franco. O inspetor ouve e faz a seguinte réplica: “Ó senhor, ainda há disto? Estávamos bem a falar castelhano, com salários castelhanos e uma princesa bonita para as revistas. Que filho da mãe de erro este de proclamarem soberania nos arremedos de uma península”⁷⁴. O narrador onisciente assume a narrativa novamente como que para confirmar o incêndio e o mistério que paira sobre o motivo de seu acontecimento e para reforçar a defesa do iberismo por uma visão exterior e não envolvida na narrativa. Novamente, pensa-se na Espanha como um local que proporcionaria melhores condições de vida aos portugueses.

Cristiano ainda fala das mulheres portuguesas como as responsáveis por fazerem espanhóis.

⁷⁴ Ibid., p. 190.

abriam as pernas e pariam-nos a todos, estes espanhóis enfeitados, arrependidos, com vontade de voltar a casa, para terem melhor casa, melhores salários, uma dignidade à grande e não esta coisa quase a tombar ao mar, como se cada vez mais pressionada contra a parede, a suicidar-se, cheias de saudades, remorsos, queixas e tristezas frustrantes.⁷⁵

Ser português, de acordo com a citação, é ser um espanhol enfeitado. A Espanha assume o lugar de origem, a casa acolhedora que proporcionaria melhores condições de vida. A dignidade que se teria na Espanha é colocada em oposição à “coisa”, visto que não é possível definir o que se tem em Portugal, mas se sabe que não é possível denominar dignidade. O mar, símbolo tão associado à identidade nacional, é retomado não a fim de conferir a grandiosidade do passado das navegações, porém de mostrar que a “coisa” está à beira de tombar ao mar para perder-se, para desvanecer, causando sua própria morte. A citação às saudades, aos remorsos, às queixas e às tristezas frustrantes está relacionada ao ato de voltar-se para o passado, pois é dessa ação que esses sentimentos resultam.

Para Lourenço (2012), voltar-se para o passado jamais é um ato que caracteriza neutralidade, mas esse ato pode ser vivido como mera alusão aos acontecimentos ou sentimentos. Entretanto, destaca que os regressos da melancolia, da nostalgia, da saudade são de ordens diferentes, visto que dão sentidos ao passado e são capazes de inventá-lo como uma ficção. O filósofo acredita que a maneira dos portugueses se voltarem ao passado é saudosa, e não melancólica ou nostálgica –, mais da ordem dos sonhos que da ordem do real. Portugal, sendo o lugar do sonho por excelência, converte-se em ilha-saudade, de forma a impossibilitar a distinção entre realidade e sonho. É, de acordo com o português, o país da saudade. Nesse sentido, o trecho anteriormente citado do romance de Mãe está fortemente vinculado à identidade passada, de grandeza e orgulho, que hoje proporciona tristeza, remorso, queixas e saudade devido ao fato de a nação não ter conseguido recuperá-la, e está vinculado também a esse aspecto saudoso da identidade nacional de que fala Lourenço.

⁷⁵ Ibid., p. 185.

Na continuidade dessa conversa de Cristiano, Silva e os demais idosos também acreditam que a nacionalidade espanhola seria melhor do que a portuguesa mesmo após a Revolução dos Cravos, confirmando a continuação das dificuldades de um país que manteve suas colônias, mesmo sem poder, e que, como consequência, se industrializou tão tardiamente. O narrador e os demais idosos chegam a comentar que a cidadania portuguesa era uma porcaria. No entanto, anteriormente, ele pensa no nascimento de Elisa em Portugal com orgulho, como uma forma de resistência, e mostra seu desprezo pela Espanha. O paradoxo do pensamento de Silva e Cristiano é uma constante em relação à identidade. Suas opiniões oscilam muito ao longo da narrativa. Tanto o nacionalismo quanto o iberismo surgem no romance sendo aceitos ou negados pelas personagens, de modo a certificar a fratura da identificação com a identidade nacional, comprovando o caráter contingencial da identificação e o fato de ela ser um processo em contínuo andamento.

4.3 A VIVÊNCIA DA RELIGIOSIDADE

Outro ponto importante para analisar a identidade no romance, mais especificamente a de António Silva, é a relação deste com a religiosidade, a qual permeia toda a narrativa e apresenta diferentes significados para o narrador. Logo que a família de António Silva o leva para o asilo, deixa-o apenas com suas roupas e um álbum de fotos. Depois, por acharem que a contemplação das fotografias faria-o cultivar a dor da perda da esposa, substituem o álbum por uma imagem da Nossa Senhora de Fátima, afirmando que ele, com o tempo, teria um credo religioso. Essa atitude configura-se de uma extrema violência por tirar-lhe o direito à lembrança com a imposição do esquecimento acerca da vida que teve antes da entrada no asilo. Numa fase ainda de negação em relação à estadia no lugar, ele olha para a imagem da santa e diz para si mesmo:

[...] tenho pena de ti, metida à cabeceira dos tristes nos lugares mais tristes de todos e agora vens assistir-me, eu que nada tenho para te mostrar que valha o empenho de manteres incessantemente esses olhos azuis abertos, essas mãos postas no ar. talvez devesse despedaçar aquela estatueta. libertá-la da obrigação de estar ali com solenidades sagradas que, sem dúvida, cansariam o melhor dos espíritos. talvez devesse lembrá-los de que não sou um homem religioso e que a perda não me faz acreditar em fantasias.⁷⁶

O narrador não se diz um homem religioso. Contudo, fala para si mesmo sobre a imagem como um ser personificado, o que causa certa dúvida acerca de seu posicionamento. Em seguida, afirma, muito convicto, que não acredita na transcendência e que a imagem da santa não lhe convenceu do contrário. Sabia que, se morresse, não iria para os braços de Laura outra vez.

Passado o momento inicial de grande revolta por estar no lar, o narrador e o senhor Pereira, seu colega, retiram as pombas da imagem da santa como uma forma despudorada de agredi-la, aludindo à genitália feminina. Eles acham graça e ainda fazem uma brincadeira com a santa: levam-na para passear com um leteiro dizendo “mariazinha, rodeada de pombinhas”⁷⁷. Ambos desejavam que a santa trabalhasse na limpeza do lar. Precisam rebaixá-la, chamam-na de parva. Nesse sentido, nota-se a necessidade, de uma forma mais ampla, de rebaixar tudo que está relacionado à religiosidade. Essas ações indicam que a bondade definidora da identidade portuguesa anteriormente abordada é apenas aparente, uma vez que a crueldade e agressividade são frequentemente expressadas. Pereira sente como se estivesse pecando. Sabem que aquela não seria uma atitude de um fiel. Entretanto, novamente a imagem da santa é personificada, tratada inclusive como companhia pelos velhos. Se ela não tivesse significado algum para Silva, não seria utilizada como símbolo e para a realização de uma ação carregada de simbologia, como o fez. Pelo contrário, ela seria um significante vazio.

Essa atitude que Silva toma justifica-se em seguida: “a alma, repetia eu, que burrice tão grande para nos enganar e pôr como carneirada a cumprir

⁷⁶ Ibid., p. 25-26.

⁷⁷ Ibid., p. 49.

ordens e a atender medos”⁷⁸. Ele se mostra contra a “transcendência”, como ele chama, devido ao fato de as elites católicas atuarem a favor de Salazar durante seu governo, tão traumático à população. Desse modo, como quem reflete de forma crítica sobre seu passado, impõe-se a condição de não aceitar a Igreja, pois assim estaria sendo contra o regime do ditador, mesmo já não existindo mais.

Contudo, a contradição em relação à religiosidade se estende ao longo da narrativa. Depois da morte de Pereira, seu grande amigo no lar, Silva parte um pedaço da nuvem da imagem de Nossa Senhora de Fátima, pois queria levá-lo ao caixão do amigo. Ele, de início, afirma que seria uma forma de o amigo lembrar dele e para que, caso não existisse céu, tivesse um consigo, o que pressupõe a continuidade de uma consciência após a morte. Em seguida, cogita estar errado sobre a inexistência de deus e dos santos:

eu não esperaria mais nada para mim e nenhuma piedade, mas se fosse verdade, se por algum motivo estivesse eu enganado, que ao menos acudisse ao senhor pereira, porque ele ainda tinha umas convicções na vida depois da morte e frequentava umas missas a medo de ser acusado de demasiada rebeldia contra o criador.⁷⁹

Além de cogitar estar errado, Silva ainda faz uma intercessão pelo amigo, pois este acreditava em deus e ia às missas por medo da ameaça do inferno. Depois da morte de Pereira, o narrador passa mal e julga que vai morrer devido a uma tosse que o faz parar de respirar. Ele conta que, por isso, levam um padre ao lar, pensando que se arrependeria de não ter acreditado em deus.

falavam à boca pequena da nuvem que enterrara com o senhor pereira e estavam a ver-me ganhar alma, transcendência. achavam que me arrependeria no último momento, mas eu não estava ainda no último momento, nem fazia intenção de me arrepender.⁸⁰

Apesar de tentar manter esse discurso, considerando tola toda e qualquer crença, ao conhecer Esteves, um novo morador do lar, acredita ser o

⁷⁸ Ibid., p. 49.

⁷⁹ Ibid., p. 238.

⁸⁰ Ibid., p. 238.

Esteves de “Tabacaria”, de Fernando Pessoa. O poema de Pessoa sugere a discussão da identidade já em seus versos iniciais: “Não sou nada./ Nunca serei nada./ Não posso querer ser nada./ À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo” (PESSOA, 2007, p. 63). Esses versos evidenciam uma identidade que não está ancorada na unidade e fixidez, na medida em que o sujeito lírico percebe ser nada e por isso também ser tudo. A referência à personagem do poema também suscita a discussão sobre a identidade, pois é-lhe retirada a metafísica no texto de Pessoa. É esta que faz com o que o sujeito lírico reflita muito sobre sua existência no mundo. A chegada de Esteves à tabacaria faz a realidade cair sobre o sujeito lírico, gerando a interrupção com o devaneio, o sonho.

O narrador, mesmo um pouco reticente no início, em seguida, acredita na afirmação do próprio Esteves sobre o fato de ir sempre à tabacaria de que fala Pessoa (2007) no poema. Silva pensa:

o rosto de um homem com mais quinze anos do que eu, sorridente, aberto, limpo ao mesmo sol que nos cobria, e era como se o próprio maravilhoso genial lindo fernando pessoa ressuscitasse à minha frente, era como dar pele a um poema e trazê-lo à luz do dia, a tocar-me no cotidiano afinal mágico que nos é dado levar. era como se alice viesse do país da fantasia para nos contar como vivem os coelhos falantes e as aventuras de faz de conta.⁸¹

Esse acontecimento traz alegria ao lar. Depois dele, é a primeira vez que Silva sorri, como nunca até então. Pereira diz que agora, sim, é possível denominar o lar de “o lar da feliz idade”⁸². A emoção é tanta que o narrador julga que teria um ataque de qualquer coisa. Sente-se vivo novamente: “caramba, com oitenta e quatro anos um homem ainda pode ficar deslumbrado e todo incrédulo, como se viesse para criança pasmar diante de um gelado”⁸³.

A aproximação entre Esteves e Nossa Senhora de Fátima é feita pelo próprio Silva: “[...] achei que o esteves sem metafísica, com os seus quase cem anos, era a melhor senhora de fátima do lar”⁸⁴. Percebe-se, portanto, o

⁸¹ Ibid., p. 51.

⁸² Ibid., p. 51.

⁸³ Ibid., p. 51.

⁸⁴ Ibid., p. 53.

paradoxo de seu pensamento, na medida em que, apesar de seu discurso, o narrador atribui importância à santa e, agora, a Esteves, chegando a compará-lo a ela.

Em seguida, pede ao doutor Bernardo, um dos médicos do lar, para ir visitar o túmulo de sua esposa. Fica comovido com a descoberta do Esteves. Queria que Laura pudesse saber dele, estar junto nesse momento. Sobre o desejo da visita, ele pensa:

ou então, quem sabe, sentar-me numa coragem incrível e ficar ali um bocado a ver se alguma coisa na matéria que sobrava dela e de mim percebia que lhe queria dizer que andava por aqui um homem que conhecera o pessoa e que eu lhe iria falar dela, sim, da minha laura, e que a vida era só isto.⁸⁵

Nota-se a tentativa de manter seu discurso contra as crenças na escolha da palavra “matéria” para não falar em “alma”, a qual tanto repudia. Entretanto, nesse caso, só é possível falar em matéria subentendendo-se a existência de uma alma, já que a primeira carrega o significado de corpo, no texto. O corpo não poderia comunicar-se com ele, pois não vive mais, mas a alma, o espírito, sim.

O desejo de que Laura conheça o Esteves é tão grande que, posteriormente, Silva tem o seguinte pensamento:

eu, como todas as pessoas que perderam alguém, com ou sem fé, pensei que a laura estaria num lugar qualquer, como reduto último de uma qualquer consciência reconhecível e que me reconhecesse, e fitei o esteves sem metafísica cheio de vontade de o embalar enviado a preceito para onde fosse esse lugar da laura. esse lugar onde ela o encontrasse. depois da nossa conversa, pensei por momentos que se aquele homem de quase cem anos morresse poderia encontrar a laura no caminho. que ridículo, para um homem sem abstrações como eu, pensar naquela mentira da transcendência e ficcionar essa falácia do costume para nos apaziguarmos da fatalidade de sermos efêmeros.⁸⁶

O narrador reconhece sua ideia sobre a esposa estar em um lugar. Mesmo que o local não seja determinado para ele, ela estaria em algum lugar

⁸⁵ Ibid., p. 54.

⁸⁶ Ibid., p. 71.

após sua morte, o qual certamente não é o cemitério, pois este não proporcionaria um reconhecimento, uma identificação entre Laura e Esteves, como quer Silva. Stuart Hall (2006, p. 48) assinala que “sem um sentimento de identificação nacional o sujeito moderno experimentaria um profundo sentimento de perda subjetiva” Silva sente-se feliz por estabelecer a identificação com Esteves, e, portanto, com Fernando Pessoa, pois é por meio desse processo que se projeta uma identidade cultural. No entanto, a ideia de uma identidade cultural unificada e estável é uma ilusão, como abordado anteriormente e em consonância com Hall (2006).

Silva sente-se feliz por encontrar em Esteves a identificação que Nossa Senhora de Fátima não lhe proporcionou. Quer que Laura o conheça para que também se sinta parte de algo, do país em que viveram e que lhes causou tantos traumas. Esteves, desse modo, representa a esperança de sentir orgulho de ser português, de contar uma história mais feliz e menos dolorosa acerca dessa nação.

Cabe pensar, então, o motivo para um sujeito dito sem metafísica, que poderia ser visto de forma negativa, assumir um papel de tanta importância para os idosos e ter uma imagem tão positiva para eles. O próprio Esteves comenta que não entende por que Fernando Pessoa tirou-lhe a metafísica. Vê essa situação como uma injustiça que lhe ocorreu, mas sente orgulho por fazer parte de um poema de Fernando Pessoa, o grande poeta português. Nesse sentido, a referida imagem positiva é construída devido ao fato de a personagem ser vista como uma personificação do tão conhecido e aclamado poema de Pessoa.

A importância dessa personagem para a vida dos senhores do Feliz Idade fica ainda mais evidente quando Esteves morre. Silva fica extremamente triste. Sua filha, Elisa, se preocupa com a regressão do pai, que passa a ficar só na cama, como quem não quer manter-se acordado. Até as refeições ele passa a fazer no quarto também. Ao supor que Esteves nunca existisse, afirma que ele e os outros velhos do lar ficariam “pobres de fantasia”⁸⁷, perderiam “o

⁸⁷ Ibid., p. 144.

elemento da efabulação maior do feliz idade”⁸⁸. Nessa passagem, tem-se de forma mais clara a primeira evidência de que Silva e seus colegas do lar pensavam em Esteves como uma fantasia. Em seguida, ele continua desenvolvendo essa ideia em uma conversa com a filha: “o esteves era como uma boia para que eu flutuasse, e agora vou ao fundo, elisa, é tudo ingrato de mais”⁸⁹. Esses excertos confirmam que o narrador tinha consciência do fato de seu amigo do lar não ser o Esteves do poema de Pessoa. No entanto, como quem opta por acreditar em Deus ou em Nossa Senhora de Fátima, ele sente a necessidade de acreditar na personagem a fim de reduzir a profunda perda subjetiva de quem não consegue identificar-se com o nacional, como postula Hall (2006). Devido à tradição católica em Portugal, a Igreja cumpria seu papel gerando o sentimento de identificação com a nação, o que auxiliava na construção de uma identidade nacional unificada. No entanto, por ter colaborado com o governo de Salazar, despertou a antipatia de muitas pessoas que, assim como Silva, viam nessa instituição uma extensão do regime. Daí sua necessidade de negar a religiosidade.

Em uma conversa com o doutor Bernardo, Silva diz o seguinte:

o esteves foi um delírio, doutor bernardo. que estupidez a minha a de acreditar que fora personagem do pessoa, uma personagem tão fictícia quanto possível. era uma fantasia e eu só caí nela porque queria tanto encontrar algo que me sustentasse diante do sol.⁹⁰

Esteves parece preencher o vazio da identificação que a religiosidade não proporciona. Após sua morte, o narrador o vê como uma fantasia na qual opta acreditar por tornar sua vida menos angustiada. Essa visão, entretanto, contradiz a anteriormente citada, em que se percebe a imensa alegria do narrador ao conhecer a personagem e o desejo instantâneo de que Laura estivesse viva para conhecê-la também. Isso aponta para o paradoxo constante nas opiniões e ações do narrador, intensificados por sua memória volátil de idoso, de modo a confirmar uma identidade fragmentada e fluida. Ao

⁸⁸ Ibid., p. 144.

⁸⁹ Ibid., p. 145.

⁹⁰ Ibid., p. 179-180.

tentar sustentar seu discurso, Silva revela que pensa na identidade como uma essência. Esse entendimento vai de encontro ao conceito de identidade pós-moderna postulado por Hall (2006). De acordo com o autor, pode-se entender que a identidade está sempre em processo, constantemente em mudança; sendo assim, não pode ser entendida como uma essência. Nesse sentido, o pensamento que se tem de sua unidade é ilusório.

Para além da fragmentação que caracteriza a identidade do narrador, não se pode esquecer que ele ainda tem como particularidade sua condição como idoso. Sabe-se que o passado é retomado para confirmar um dado identitário no presente. Um sujeito se lembra de ações, comportamentos e pensamentos que auxiliam nessa empreitada. Assim, a memória é um componente fundamental nesse processo, uma vez que é por meio dela que a revisão ao passado se torna possível. Se a memória de Silva sobre o passado é mais volátil devido à velhice, sua identidade, além de ser fluida, fragmentada e estar sempre em processo, ainda sofre a influência dessa volatilidade. Como abordado no primeiro capítulo, a própria narrativa se aproxima da realidade da velhice ao mostrar as imprecisões da memória do narrador e, com isso, influencia também seu processo de constituição da identidade.

A influência dessa condição na memória do narrador se intensifica após a morte de Pereira, quando inicia uma degradação física e mental de Silva. Ele não desce mais para fazer suas refeições com os demais colegas, passando a comer no quarto. Os enfermeiros deixam-no na penumbra para que descansasse e dormisse mais. O narrador afirma que faziam isso para que se encaminhasse para a morte aos poucos nesses momentos que denomina como “estar desligado”⁹¹. É nesse momento que fala em uma polícia dos costumes:

mas não sabiam que desligado eu ia para o outro lado da cabeça, onde me sentava no canto escuro do quarto protegendo-me com as mãos em sangue do ataque cada vez mais perto da polícia de costumes. acusavam-me de matar as pessoas, de entregá-las para a

⁹¹ Ibid., p. 239.

morte, de não querer ser português, de suspirar pela morte para não ter de pagar pelos meus crimes.⁹²

A referência a um outro lado da cabeça sugere que esses acontecimentos sejam da ordem do sonho, assim como os abutres que visitavam todas as noites o narrador. A polícia dos costumes claramente retoma Portugal salazarista e sua polícia política que parecia ter controle sobre todas as ações da população. Nesse caso, a polícia citada por Silva o condena pela entrega e morte de pessoas, por ter colaborado com o fascismo. Essa polícia, de certa forma, desempenha o papel de consciência do narrador, na medida em que as acusações que faz são justamente os aspectos que geram tanto conflito para a identidade de António. A acusação de entregar as pessoas para que morressem pode ser associada ao acontecimento com o rapaz, que ele entrega à polícia e que cogita ter morrido por nunca mais vê-lo. Esse fato, como já abordado, é muito importante para a discussão sobre a identidade do narrador, pois, a partir do contato com o jovem, António passa a refletir mais sobre sua identidade. Já a acusação por não querer ser português não é senão um reflexo da preocupação e tentativa de estabelecer identificação com o sentimento de nacionalismo, apesar de mostrar orgulho em relação à nacionalidade em outros momentos. É por se questionar acerca do passado que o narrador oscila entre opiniões divergentes e que não lhe proporcionam mais certezas em relação à identidade. Diante de uma realidade de incertezas, ele é tomado por uma forte angústia, a qual vai se intensificando ao final da narrativa. Se a consciência é o mais forte dos corrosivos, como ele mesmo afirma, é nela que se encontra o motivo para a acusação sobre a morte. Esta possibilitaria o fim da memória, das lembranças e, portanto, da reflexão sobre elas.

Em seguida, António pensa que iria para a ala esquerda devido aos cuidados de que precisava, e essa era a ala onde havia enfermeiros e aparelhos, a ala dos que se encaminham para a morte, de acordo com ele. No entanto, ele pede ao Américo, um dos cuidadores do lar, que não fosse para o quarto onde morreu Esteves porque lá estava ainda Medeiros. Esteves contou

⁹² Ibid., p. 239.

aos colegas que Medeiros gritava todas as noites para que ele morresse. Enrique, que é quem ocupa o quarto após a morte de Esteves, também conta a mesma coisa. Além disso, Enrique afirma que à noite entram homens em seu quarto e montam uma máquina para transformar portugueses em espanhóis. O ofício dos cientistas era convencer a apreciar o modo de vida na Espanha. Novamente é posta em questão a identidade por meio da imagem da máquina. É imposta, assim, à personagem uma identidade que não deseja, o que sugere a influência da atuação da ditadura pela repressão, mesmo que seja a de Franco, como uma marca que não se apaga.

Essas narrativas configuram-se fantasias, mesmo assim, é por causa delas que António não quer ir para o quarto onde estiveram os dois colegas. O narrador questiona Américo sobre a morte de Enrique e pede para não ir para o local. Américo nega a morte do espanhol, porém, posteriormente, Silva passa a narrar a história como quem está no quarto. Na ida para essa ala, leva a imagem da santa consigo, tem ela como uma companhia, o que certifica o paradoxo anteriormente comentado acerca da crença na religiosidade. Ele acredita que morrerá em seguida, por isso, vê a ida para o quarto de Esteves como o momento de conhecer o sentido da vida. É nesse ponto, então, que começa a assumir para si a narrativa dos colegas. Com isso, passa-se a questionar também a ida para a ala esquerda, justamente no quarto de Esteves.

Tal como Esteves e Enrique, António também ouve Medeiros aos berros ordenando sua morte. Sobre essas ofensas que os velhos julgam ouvir, Américo esclarece não ser possível, pois Medeiros havia sido operado e não tinha mais cordas vocais. Mesmo assim, Silva não acredita. Também como Enrique, vê muitos homens chegarem até ele com uma máquina. Para o narrador, havia a necessidade de ajustar os ritmos porque ele estava a resistir: “e depois alguém comentava que talvez eu fosse demasiado resistente, e outra mulher respondia, nada disso, está mesmo a precisar, não se mexe, já nem fala, é urgente”⁹³. Não à toa é utilizada a palavra “resistir”. Uma das formas de António caracterizar a identidade portuguesa é justamente pela resistência.

⁹³ Ibid., p. 248.

Teria ele, assim, esse traço que atribui à identidade até que uma enfermeira o negue. Sua reação é pensar o seguinte, então:

naquela altura eu tinha de gritar. precisava de dizer que me arrependia, que não queria acabar sem metafísica, que me enterrassem com a metafísica e português. arrependia-me do fascismo e de ter sido cordeiro tão perto da consciência, sabendo tão bem o que era o melhor valor, mas sempre o ignorando, preferindo a segurança das hipocrisias instaladas. eu precisava gritar dizendo que queria morrer português, queria ser português, com a menoridade que isso tivesse de implicar, porque fui um filho da puta, e merecia ser punido, fiz do meu país um lugar de gente desconfiada, nenhum povo unido. eu precisava que me deixassem morrer inteiro. um monte de peles e carnes derrubadas, mas inteiro, com a vergonha de ter sido conivente e o orgulho de ter percebido tudo.⁹⁴

Considerando a possibilidade da morte, Silva quer se redimir do que não fez no passado e que contribuiu para a condição de desesperança que ele próprio tem em relação ao presente e ao futuro do país. Deseja assumir sua identidade portuguesa, retomar a identificação que não possuía mais com o país, mesmo que isso significasse uma “menoridade”, para poder morrer inteiro, sem esse sentimento de angústia que o toma. A ideia de menoridade pode ser associada ao complexo de inferioridade defendido por Lourenço (1992), anteriormente discutido, segundo o qual apenas reflete a fragilidade identitária. Essa representação da identidade que o narrador faz de si mesmo entra em conflito com a identidade como um bom homem, que tenta sustentar e provar para si ao longo da narrativa. Esse conflito não pode ser resolvido, considerando a noção de que as identidades culturais estão sempre em processo, conforme Hall (2006), e portanto não cessam de mudar. Contudo, há o movimento em direção a uma tomada de consciência por parte do narrador, pois à medida que a narrativa se desenvolve ele passa a ter diferentes visões sobre si, não sendo mais possível construir uma cômoda narrativa do eu. Os constantes paradoxos existentes em sua narração revelam justamente a impossibilidade de condensar em um único sentido a sua história e também as fortes marcas que o passado ditatorial imprimiu em sua identidade, uma vez que as reflexões que faz sobre ela em geral trazem à tona aspectos desse

⁹⁴ Ibid., p. 248-249.

passado. Não à toa a palavra “angústia” faz parte da última fala do narrador no romance. É este o sentimento que permanece, tal como a memória. Faz parte da herança deixada pela ditadura.

O passado do narrador, por fazer parte do passado da nação, reflete um ponto de vista sobre ele, como quer Halbwachs (2003). Portanto, também a discussão acerca da identidade do narrador é reveladora no que diz respeito à identidade da nação. Para além da influência da volatilidade da memória e da fragmentação das identidades culturais na contemporaneidade, o romance de Mãe apresenta uma identidade frágil e em constante conflito que surge também como uma herança do momento histórico para o narrador – visto que, como Cristiano afirma, não se pode fugir do passado –, e para tantos outros portugueses que são lembrados de forma indireta pela escolha de um sobrenome tão comum como Silva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A memória longínqua de uma pátria
Eterna mas perdida e não sabemos
Se é passado ou futuro onde a perdemos*
(ANDRESEN, 2011, p. 263)

O poema de Sophia de Mello Breyner Andresen sugere uma reflexão sobre a memória e a identidade. O sujeito lírico situa já no verso inicial o distanciamento da memória acerca da pátria. A ideia de perpetuação conferida pela eternidade, de continuidade apesar da distância, é rompida pela conjunção adversativa “mas”, que introduz a noção de que ocorre o contrário: não é suficiente que seja eterna a memória da pátria ou a pátria para que seja mantida. A disposição dos versos permite as duas leituras. No segundo verso, o sujeito lírico assume a voz de um “nós”, inserindo-se no grupo dos que perderam a memória dessa pátria ou a própria pátria. A palavra “pátria”, conforme Romano (1994), já por sua etimologia (pater = pai) retoma o lugar de nascimento, a origem de determinado grupo social. No século XVIII, desprende-se do valor religioso que adquire como “reino dos céus” na Alta Idade Média e passa a precisar ser defendida por sua nação. No poema de Andresen, a perda da memória da pátria ou da pátria em si aponta para uma crise identitária que está ancorada no passado, no presente e é projetada para o futuro. O último verso causa surpresa ao leitor que vê nele uma impossibilidade: como é possível, então, perder algo no futuro se a constatação da perda é realizada no presente? Pois bem, quando a história de um país aponta para repetições constantes, torna-se mais fácil presumir o que tornará a acontecer.

António Silva e as demais personagens de *A máquina de fazer espanhóis* têm uma identidade claramente em crise. No romance, é a memória de António que permite o acesso a sua perspectiva do passado e também de seus colegas do lar, de forma a evidenciar também a representação identitária

que está atrelada a esse passado. Se, como afirma Valter Hugo Mãe (2015) em entrevista, a memória é uma forma de compensar a solidão, ocupando a lembrança o lugar de uma companhia devido à percepção que se tem da vida como um acumular de situações, sentimentos, pessoas –, ela é tida também como aquilo que fica, assume um valor de permanência na vida. A memória volátil de Silva é o que permanece de sua vida, depois das tantas perdas que teve: a perda de sua esposa; a perda, com a velhice, da liberdade para escolher os rumos de sua vida; a perda, no passado, da percepção da consequência de suas ações.

Assim, o passado configura-se parte essencial da vida desse idoso e também de seus colegas. Sua revisão é uma forma de dar sentido à vida no presente, uma vez que é a partir deste tempo que se reflete sobre o passado. No entanto, essa retomada não é nostálgica. Ela se configura uma retomada crítica, não havendo espaço para o saudosismo. Ao retomar sua história, Silva também retoma a história da ditadura em Portugal, o que é possível relacionar na narrativa com a noção de uma história vista de baixo, como quer Burke (2011), uma narrativa do cotidiano que revela um posicionamento sobre a história do país e as formas de pensar que são perpetuadas pela permanência da memória. Nesse sentido, a literatura assume um papel fundamental no que se refere à memória.

A importância da memória está no fato de que ela possibilita, como também defende Ribeiro (2012), uma tomada de consciência essencial para a democracia por meio da literatura. Isso ocorre porque evidencia perspectivas diferentes das tomadas pela história oficial, o que implica perceber a história não como única, mas como plural e perspectivada. Além disso, é um meio de não se deixar perder a história “vista de baixo” no silenciamento a que anteriormente estava submetida. É uma forma de perpetuar uma história outra e torná-la, portanto, acessível. Novamente, é nesse sentido que a memória permanece, como quer Mãe (2015).

O romance de Mãe traz à tona uma forma outra de discutir a identidade. A identidade do português como um bom homem, um povo cordeiro, que não gosta de conflitos e nem de fazer sofrer, em consonância com a identidade que

Dias (1971) define, não é exemplificada no romance a fim de que seja reforçada culturalmente. Ao tornar evidentes as contradições do narrador e das personagens, essa identidade é posta em questão justamente para que se perceba a crueldade que está por trás desse discurso. A defesa da despolitização do povo por parte de Silva confirma a atitude de um típico fascista, que, por não pensar no poder como algo que todos os cidadãos exercem, conforme Foucault (1984), colabora para a manutenção de um Estado repressivo. Essa defesa também é evidência da manipulação exercida pelo regime ditatorial sobre os sujeitos. Manipulação esta que deixa fortes marcas impressas na nação, entre as quais a impossibilidade de sintetizar sua história em um único sentido e um intenso conflito identitário. Essa representação identitária ainda está relacionada ao conceito de hiperidentidade de Lourenço (1994), na medida em há que um excesso de referências forjadas, nesse caso, pelo regime ditatorial.

Já a associação da identidade portuguesa à Europa é apresentada por Cristiano como a salvação possível para o país, que se via em crise e precisava de uma crença que o retirasse dessa condição de inferioridade. A crença no mito da salvação pela Europa surge na narrativa como uma forma de suprir essa necessidade. Ela retomaria a superioridade característica da identidade portuguesa, que existe desde a constituição de Portugal e embasa o pensamento messiânico. No entanto, as contradições reveladas no discurso da própria personagem (sobretudo acerca do fato de, mesmo após a integração à UE, os salários serem inferiores tal como os portugueses, de acordo com Cristiano) refletem a fragilidade da problemática identitária, de forma a apontar para a expressão dos complexos de superioridade e inferioridade abordados por Lourenço (1992).

Por fim, a relação de António com a religiosidade e os constantes paradoxos que evidencia em seu posicionamento refletem uma fratura intensa no que concerne à identificação com o sentimento nacional. O narrador sente necessidade de negar a religiosidade e o que a ela está relacionado como uma tentativa desesperada de negar a ditadura. Daí o motivo para mutilar a imagem da santa, arrancando-lhe as pombas, o que alude à genitália feminina. Essa

mutação confirma que o bom comportamento português, cordeiro e humano, é apenas aparente e esconde a agressividade de quem tem coragem de matar uma idosa e sequer lembrar no dia seguinte, de quem entrega um jovem à polícia e sente orgulho por tê-lo feito – de forma a evidenciar as fortes marcas que a ditadura deixou impressas em sua identidade. Devido à ligação que Esteves e Nossa Senhora de Fátima estabelecem com a metafísica, o narrador compara ambos, afirmando ser Esteves a melhor Nossa Senhora de Fátima do lar. Por meio da figura de Esteves, ele busca retomar essa identificação com a identidade nacional. Contudo, posteriormente, também confere à personagem o caráter fictício que confere à santa. Essa oscilação só aponta para o paradoxo que envolve o pensamento da personagem. Dessa forma, esse paradoxo associado à memória volátil devido à condição de velho do narrador evidencia uma identidade fragmentada e fluida, vivida de forma ainda mais intensa por ele, pois sofre influência também dessa volatilidade e da manipulação exercida pela ditadura.

Ao longo da narrativa, há a intensificação de uma tomada de consciência por António. Silva passa a perceber diferentes visões de si mesmo e não consegue assumir uma narrativa unificada. E, então, percebendo uma profunda fratura no que concerne à identificação com o nacional, sente-se culpado e quer retomar essa identificação ao acreditar que irá morrer. Ele deseja fazer o que não fez no passado ditatorial, gostaria de intervir socialmente e lutar por um bem comum. No entanto, não pode e não consegue retomar essa identificação. Reclama para que o deixem morrer português, mas não é possível mudar a culpa que sente em relação ao passado.

Ao fim da narrativa, vivendo um possível delírio, ele diz acreditar nos homens e que se estes se arrependessem e mudassem de conduta passariam a acreditar também uns nos outros. O que resta a esse sujeito, então, é a angústia: “a enfermeira entrou, aproximou-se de nós, perguntou, o que sente, senhor silva. e eu repeti, angústia, sinto angústia”⁹⁵. É esse o sentimento que permeia toda a narrativa, mas que se torna mais intenso no fim devido à

⁹⁵ Ibid., p. 250.

impossibilidade do estabelecimento de uma identidade una e estável. Daí o motivo de confessar seu desejo ao Américo:

sabes que os peixes têm uma memória de segundos. aqueles peixes bonitos que vês dentro dos aquários pequenos, sabes que têm uma memória de uns segundos, três segundos, assim. é por isso que não ficam loucos dentro daqueles aquários sem espaço, porque a cada três segundos estão como num lugar que nunca viram e podem explorar. devíamos ser assim, a cada três segundos ficávamos impressionados com a mais pequena manifestação de vida, porque a mais ridícula coisa na primeira imagem seria uma explosão fulgurante da percepção de estar vivo.⁹⁶

Ter a memória dos peixes implica não lembrar praticamente nada devido à sua curta duração de três segundos. António poderia, como ele mesmo diz, maravilhar-se diante da vida, por vê-la, a todo momento, como quem não a conhece. Essa nova configuração da memória permitiria o sentimento de felicidade que não tem no momento, uma vez que não sofreria com os conflitos relacionados à sua identidade. Por não lembrar, não retomaria seu passado e não resignificaria sua vida no presente. Não haveria, aliás, a necessidade nem a possibilidade de resignificação da vida, pois não existiria da mesma forma a tentativa de estabelecer uma narrativa do eu.

José Gil (2007) destaca Portugal como o país da não inscrição. Conforme o filósofo, nada se inscreve seja na história, na existência individual, na vida social, na arte. E cogita ser este o motivo para os estudos mais sólidos em Portugal serem justamente os que se referem ao passado histórico. Vê esse interesse como uma tentativa desesperada de se inscrever. No que diz respeito à ditadura, não houve a inscrição do autoritarismo salazarista. Policiais da PIDE não foram julgados nem os demais responsáveis pelo regime. É como se o perdão recobrisse toda a repressão e crueldade exercidas na ditadura e as transformasse em esquecimento. Contudo, apesar de esses momentos não terem sido inscritos na história oficial, no romance de Mãe eles estão inscritos.

N'A *máquina de fazer espanhóis*, a memória, como Silva afirma, configura-se o pior dos corrosivos. A memória do peixe é a forma ilusória que o narrador encontra para acabar com essa corrosão e com a extrema angústia

⁹⁶ Ibid., p. 240.

por ela causada. Chega a cogitar, em um momento de desespero e possível delírio, que atingiu o ponto peixe, “o glorioso ponto peixe a partir do qual o destino nos começa a ser irrelevante”⁹⁷. No entanto, não se pode ter essa memória. Mesmo com a volatilidade de sua memória devido à idade, Silva não pode esquecer tudo o que ocorreu em seu passado, não esquece que entregou o rapaz para a PIDE, não esquece que não atuou contra o regime mesmo não concordando com sua ideologia, não esquece a lembrança mais recente da morte de Marta. Essas lembranças evidenciam que o passado está sempre presente. A angústia e o conflito de consciência são constantes justamente porque o narrador vê as consequências de suas ações no passado. Daí o motivo de desejar tão intensamente esquecer. Não se pode, entretanto, esquecer, por mais que a história oficial silencie as narrativas, a memória das pessoas é o que permanece.

A narrativa de Mãe confirma essa impossibilidade e ainda atenta para a importância da memória, na medida em que é ela que reconstrói o passado, a identidade a ele atrelada e propõe a discussão acerca dessas revisões. É claro que essa retomada não é neutra. Ela causa dor, expõe feridas, mas, ao mesmo tempo, vai ao encontro de uma libertação por possibilitar ao sujeito que não viva mais a ilusão da unidade e fixidez relacionadas ao passado e à identidade.

⁹⁷ Ibid., p. 246.

REFERÊNCIAS

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *Obra poética*. Alfragide: Editorial Caminho, 2011.

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Tradução de Antônio Carvalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

BARBOSA, João Alexandre. Uma psicologia do oprimido. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____ (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DIAS, Jorge. *Estudos do carácter nacional*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1971.

DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Tradução de Pola Civelli. São Paulo: Editora Perspectiva, 1963.

FERREIRA, Reinaldo. *Uma casa portuguesa*. Disponível em: <http://www.portaldofado.net/component/option,com_jmovies/Itemid,336/task,detail/id,108/>. Acesso em: 23 Jun 2015.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil; História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

GIL, José. *Portugal, hoje – O medo de existir*. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 103-133.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JORGE, Lídia. *Somos pessoas com o seu lado racista. E fomos colonialistas. O que não queremos é entender isso. Nós fomos violentos na guerra colonial*. Lisboa: 2002. Público PT. Lisboa. Disponível em: <<http://static.publico.pt/docs/cmfm/atores/lidiaJorge/ljorge.htm>>. Acesso em: 04 Nov. 2015. Entrevista concedida a Andreia Azevedo Soares.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.

LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade*. Lisboa: Gradiva, 2012.

_____. *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

_____. *O labirinto da saudade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

_____. *Portugal como destino: Dramaturgia cultural portuguesa*. Lisboa: Gradiva, 2012.

MACEDO, Helder. *As telas da memória*. In: CARVALHAL, Tania Franco; TUTIKIAN, Jane (Orgs.). *Literatura e história: três vozes de expressão portuguesa*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 37-45.

MÃE, Valter Hugo. *A máquina de fazer espanhóis*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

_____. *A memória que permanece*. Vida Simples. 24/11/2015. Disponível em:<<http://vidasimples.uol.com.br/noticias/compartilhe/a-memoria-que->

permanece.phtml#.VtM_TfkrLIV>. Acesso em: 10 fev. 2016. Entrevista concedida a Débora Zanelato.

MARINHO, Fátima. História e ficção ou ficção da história. In: _____. *O romance histórico em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 1999.

RIBEIRO, Margarida Calafate. *Itinerâncias: percursos e representações da pós-colonialidade*. Porto: Edições Húmus, 2012.

MARQUES, Antônio Henrique de Oliveira. *Breve história de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

PESSOA, Fernando. Poesias. Organização de Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2007.

RICOEUR, Paul. O perdão pode curar? In: HENRIQUES, Fernanda (Org.). *Paul Ricoeur e a simbólica do mal*. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

RODRIGUES, Sérgio. *Valter Hugo Mãe – O fofo da literatura*. Veja online. 15/07/2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/celebridades/valter-hugo-mae-o-fofo-da-literatura>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

ROMANO, Rugiero. Algunas consideraciones alrededor de nación, Estado (y libertad) en Europa y América Centro Meridional. In: _____ et alii. *Cultura y identidad nacional*. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes/ Fondo de Cultura Económica, 1994.

SANTANA, Ronildo. O dia em que falei com Eusébio. Ditadura o impediu de jogar fora do país. Lance!. 06/01/2014. Disponível em: <<http://blogs.lance.com.br/fastfut/o-dia-em-que-falei-com-eusebio-ditadura-portuguesa-impediu-eusebio-de-deixar-portugal/>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Portugal: Ensaio contra a autoflagelação*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Teresa Cristina Cerdeira da. Na crise do histórico, a aura da história. In: CARVALHAL, Tania Franco; TUTIKIAN, Jane (Orgs.). *Literatura e história: três vozes de expressão portuguesa*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 109-118.

VALENSI, Lucette. *Fábulas da memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

WOODARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.